



Um **NOVO CICLO**
de Desenvolvimento

www.cm-oeiras.pt



RELATÓRIO DE
CONTA E GERÊNCIA

2018



índice	pág
1. Nota Prévia	5
1.1 Enquadramento Legal	6
1.2 Enquadramento Macroeconómico	8
1.3 Enquadramento Municipal	9
2. Recursos Humanos	11
3. Atividades	39
Território Conectado e Inteligente	41
Valorização e Gestão Sustentável do Território	45
Qualidade de Vida e Ambiente Sustentável	57
Coesão Social	67
Líder na Educação	73
Atração Turística	81
Cidade Cultural	87
Concelho Seguro	93
Governança e Cidadania	99
4. Relatório Financeiro	119
4.1 Análise Orçamental	123
4.1.1 Análise dos Movimentos de Tesouraria	124
4.2 Enquadramento orçamental	126
4.2.1 Principais destaques vrs Rácios Orçamentais	126
4.2.2 Equilíbrio orçamental	128
4.2.3 Execução orçamental	130
4.3 Análise da Receita	132
4.3.1 Alterações e revisões orçamentais da Receita	132
4.3.2 Execução Orçamental da Receita	132
4.3.3 Execução da Receita Corrente	134
4.3.4 Execução da Receita Capital	136
4.4 Análise da Despesa	138
4.4.1 Alterações e revisões orçamentais da despesa	138
4.4.2 Execução Orçamental da Despesa	140
4.4.3 Execução da Despesa Corrente	142
4.4.4 Execução da Despesa de Capital	144
4.5 Análise das Grandes Opções do Plano	147
4.5.1 Despesa por função	148
4.5.2 Despesa por unidades responsáveis	150
5. Posição económica-financeira	153
5.1 Análise do Balanço	155
5.1.1 Indicadores Económico-Financeiros	157
5.2 Análise da Demonstração de Resultados	159
5.2.1 Proposta de Aplicação do Resultado Líquido	161
5.3 Apuramento da Dívida Total	162

Índice

Quadros e gráficos	Pág
Q 1 Modalidade de vínculo	14
Q 2 Evolução do nº de efetivos	15
Q 3 Distribuição dos trabalhadores por grupo profissional	16
Q 4 Distribuição dos trabalhadores por género	16
Q 5 Distribuição de género por carreira/categoria	17
Q 6 Rácio de trabalhadores Operacionais	17
Q 7 Nível de escolaridade	18
Q 8 Escolaridade por Género	18
Q 9 Formação Superior por não Técnicos	19
Q 10 Taxa de Envelhecimento	19
Q 11 Caracterização Etária por carreira / categoria	20
Q 12 taxa de envelhecimento de ass. op. por área profissional	20
Q 13 Antiguidade	22
Q 14 Admissões e Regressos por Carreira / Categoria	23
Q 15 Saídas por situação e carreira	24
Q 16 Mobilidade intercarreira e intercategoria	24
Q 17 distribuição de trabalhadores por U.O.	25
Q 18 Motivo de ausências	26
Q 19 Evolução da Taxa de Absentismo	27
Q 20 Evolução da taxa de Sindicalização	27
Q 21 Evolução de Nº Processos por Ação Disciplinar	27
Q 22 Ações de Formação Interna	28
Q 23 Ações de Formação Externa	29
Q 24 Contrato de Emprego Inserção (CEI)	32
Q 25 Contrato de Emprego Inserção +	33
Q 26 contrato de emprego inserção +	33
Q 27 Quadro resumo das Ações de Promoção / Sensibilização da Saúde	37
Q 28 Evolução da execução do Orçamento	117
Q 29 Realização das componentes do orçamento, por natureza	117
Q 30 Realização dos Fluxos de Caixa	118
Q 31 Evolução dos recebimentos e pagamentos	119
Q 32 Indicadores orçamentais	120
Q 33 Serviço da Dívida	121
Q 34 Equilíbrio orçamental	122
Q 35 Evolução da poupança corrente	122
Q 36 Evolução do saldo efetivo	123
Q 37 Evolução da Receita e da Despesa	124
Q 38 Indicadores de realização orçamental	125
Q 39 Origem do Acréscimo de dotação	126
Q 40 Execução da receita total	127
Q 41 Realização da receita, por classificação económica	127
Q 42 Receita cobrada por agregados	128
Q 43 Execução da receita corrente	128
Q 44 Estrutura da receita fiscal	129
Q 45 Estrutura da receita não fiscal	129
Q 46 Execução da receita de capital	130
Q 47 Modificações ao orçamento, por natureza	132
Q 48 Modificações ao orçamento, por serviço responsável	133
Q 49 Evolução da despesa	134
Q 50 Realização da Despesa, por classificação económica	135
Q 51 Despesa paga por serviço responsável	135
Q 52 Evolução da despesa corrente	136
Q 53 Evolução das despesas com o pessoal	136
Q 54 Execução da despesa de capital	138
Q 55 Evolução das despesas de investimento	138
Q 56 Distribuição do orçamento em PPI e AMR	141
Q 57 Execução das Grandes Opções do Plano	142
Q 58 Evolução das despesas por funcionais	143
Q 59 Evolução da despesa por serviço responsável	144
Q 60 Balanço sintético	151
Q 61 Imobilizado Líquido	152
Q 62 Indicadores económico financeiros	153
Q 63 Demonstrações Financeiras	155
Q 64 Demonstração de Resultados simplificada	156
Q 65 Cálculo da margem para a dívida total	158
Q 66 Entidades que relevam para o montante da dívida municipal	159
Q 67 Limite da Dívida total	159

1. Nota Prévia

Compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificados no n.º 2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, que dele faz parte integrante, e submetê-los à apreciação do órgão Executivo e votação do Órgão Deliberativo, dando assim cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Nos termos instituídos pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL, apresenta-se neste relatório a Execução do Orçamento do Município de Oeiras relativo ao exercício de 2018, contendo paralelamente em anexo os mapas de prestação de contas.

Igualmente, e por forma a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, são apresentadas as declarações relativas aos compromissos anuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, bem como, listagem das isenções de taxas concedidas durante o ano em apreço.

As contas que aqui se prestam foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

Instituída a possibilidade de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas em momento diferente da aprovação das contas individuais do Município, concedida pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, as mesmas serão submetidas ao órgão executivo e deliberativo até junho do presente ano.

1.1 Enquadramento Legal

A atividade das autarquias locais, bem como das empresas municipais encontra-se regulamentada por diplomas legais, dos quais se evidenciam os seguintes:

- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica;
- Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 22 de dezembro, 42/2016, de 28 de dezembro e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e que impõe no seu artigo 25.º a criação de mecanismos de adequação da estrutura orgânica municipal;
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Retificação n.º 46-B/2013 de 1 de novembro, pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto e Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, diploma que introduz maiores restrições ao endividamento municipal, anuncia o fim do imposto municipal sobre transações onerosas, em regime gradual, com extinção em 2019, bem como a profundas alterações ao quadro orçamental que passa a ser plurianual, com novas regras, designadamente no âmbito do equilíbrio corrente;
- Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterada pelos Diplomas de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado através da Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril de 2014, que estabelece as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas;

- Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, revogado pelo Decreto Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, nomeadamente da educação.

1.2 Enquadramento Macroeconómico

Após um período de expansão da economia nacional, com paralelo na economia mundial, surgem sinais de um certo arrefecimento económico, ficando, contudo, grande expectativa quanto à sua real dimensão. Neste âmbito, o PIB nacional em 2018 fixou-se nos 2,1%, registando uma quebra face a 2017 de 0,7%, suportado pelo abrandamento das exportações superior ao abrandamento das importações, aumentando desse modo o valor negativo da balança comercial.

Ainda assim, o crescimento da economia portuguesa ficou acima da média da União Europeia (1,9%) e da Zona Euro (1,8%), que também apresentam uma desaceleração face aos 2,4% registados em 2017. Tais factos, abaixo das projeções iniciais, traduzem-se num impacto pouco positivo para 2019, sendo de esperar um ano difícil para a economia da Zona Euro.

No que concerne ao défice das contas do Estado, estamos perante um facto histórico, uma vez que este indicador atingiu o mínimo registado nas últimas quatro décadas e meia (0,4%), conforme apontado pela UTAO recentemente. Este valor, é bastante inferior às projeções do governo (0,7%), em outubro último, aquando da entrega da proposta do OE para 2019. Neste capítulo, muito contribuiu o crescimento de 5,7% da receita, bastante acima do crescimento da despesa que se quedou pelos 4,5%. Tal facto, torna-se relevante pelas implicações que envolve, nomeadamente na classificação da dívida portuguesa atribuída pelas agências de rating, levando à descida das taxas de juro das emissões da dívida portuguesa colocadas no mercado.

A taxa de desemprego manteve a tendência de descida verificada nos últimos anos, fixando-se em 2018 nos 7%. Este valor, constitui o valor mais baixo desde 2004, representando uma diminuição de 1,9% face a 2017. No entanto, neste contexto, os dados ficaram aquém das projeções do governo, que inicialmente estimou que no final do ano a taxa de desemprego atingisse os 6,9%.

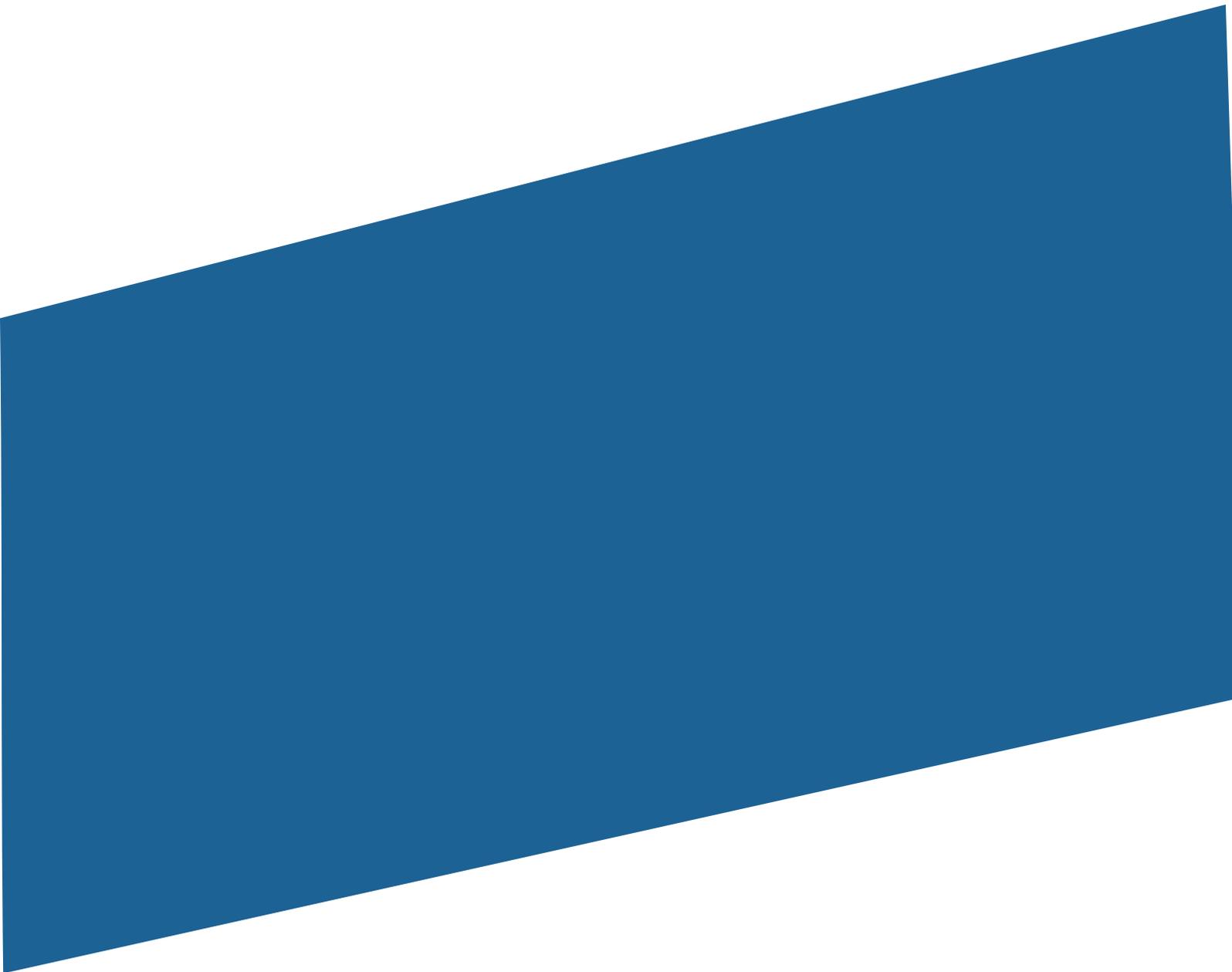
No que diz respeito à inflação, não se verificaram as projeções efetuadas para 2018, tendo o comportamento deste indicador surpreendido os preditores e analistas. Assim, a média anual de crescimento dos preços dos bens, produtos e serviços ficou em 1%, que compara com os 1,4% do período homólogo. Atendendo a este facto inesperado, conciliado com os dados disponíveis e que apontam para um arrefecimento generalizado das economias mundiais, é provável que as projeções do Governo (1,3%) e do BdP (1,4%), para 2019, venham a confirmar-se excessivas, afastando-se ainda mais da política monetária definida pelo BCE para a Zona Euro.

1.3 Enquadramento Municipal

Em 2018, o Município de Oeiras deu continuidade à prossecução de bons métodos de gestão corrente, com vista à obtenção de bons resultados de gestão, objetivo que acreditamos estar conseguido.

Registe-se que foi em 2018 que se procedeu à reestruturação da orgânica dos serviços municipais e ainda foram dados os primeiros passos na adoção do sistema informático da AIRC para a gestão financeira. O regresso à utilização do módulo AIRC permitirá a obtenção de um sistema de gestão financeira mais integrado e robusto, que se acredita que venha a desempenhar um papel francamente favorável nos resultados financeiros.

No geral, deve registar-se que 2018 observou um acréscimo significativo da despesa paga (vide ponto 4.2.1 do presente relato), uma taxa de execução da receita cobrada de 98,2% (vide ponto 4.3.2 do presente relato) e ainda um o prazo médio de pagamentos de 6 dias (vide ponto 4.4.2 do presente relato).





RECURSOS HUMANOS



2. Recursos Humanos

No ano de 2018, iniciou-se o processo de descongelamento de todas as carreiras da Administração Pública, o qual permitiu que fossem processados de forma faseada, em 2018 e 2019, os acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos acumulados ao abrigo do Sistema de Avaliação de Desempenho (SIADAP).

Este processo abrangeu apenas as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, ou seja, as que resultam da acumulação de 10 pontos nas avaliações do desempenho relativo às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em o trabalhador se encontrava, conforme disposto no n.º 7 do artigo 156.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Foi também no ano de 2018 que se consolidaram mobilidades intercarreiras de 160 trabalhadores, que mobilizaram nas várias carreiras, na reposição de despacho de 2017.

Foi também utilizado outro mecanismo, o de regularização de vínculos precários (PREVPAP), que permitiu que alguns dos prestadores de serviços do Município, os que estavam incorretamente vinculados desta forma, passassem a integrar o efetivo municipal (16 – 14 Técnicos Superiores e 2 Assistentes Operacionais).

Foi também implementada a partir de maio de 2018, a reestruturação orgânica dos serviços municipais, que implicou um reajuste das necessidades de recursos humanos, havendo criação de unidades orgânicas novas e alteração de atribuições de algumas das já existentes.

O Município de Oeiras, no âmbito das competências de Recrutamento e Seleção, desenvolve procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento e mobilidade entre organismos da administração, com vista a assegurar o preenchimento dos postos de trabalho e a existência de capital humano com as competências necessárias para a prossecução das atribuições do Município. Os procedimentos de recrutamento e seleção permitem não só assegurar a concretização dos projetos e atividades em curso, como também promover o desenvolvimento e a inovação através da renovação e reforço das equipas, com recurso a novos trabalhadores, que trazem consigo novo conhecimento para a organização.

No ano de 2018 foram publicados 26 procedimentos concursais para: eletricidade, pedreiro, pintura, gestão de recursos humanos ou psicologia social e das organizações, 18 procedimentos de regularização de vínculos precários e 4 procedimentos para polícia municipal.

Foram preenchidos 178 postos de trabalho provenientes de procedimentos concursais. As principais áreas a destacar são a Limpeza Urbana (57 postos), Ação Educativa (33 postos) e Administrativa (35 postos). Os restantes 50 postos encontram-se divididos em diferentes áreas como Serviço Social, Condução de Veículos Pesados e Máquinas Especiais, Medidor Orçamentista e Técnico de Informática, bem como regularização de vínculos precários (PREVPAP).

No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) foram regularizados 17 prestadores de serviços (2 Assistentes Operacionais na área Administrativa, 1 Assistente Técnico na área Administrativa e 14 Técnicos superiores nas seguintes áreas: Direito, Serviço Social, Psicologia, Arquitetura, Engenharia, Geografia, Medicina Veterinária, Gestão de organizações Desportivas, Biologia, Ciências da Nutrição e Comunicação Social), sendo que um dos processos de regularização ainda se encontrava em curso no mês de dezembro de 2018.

Foram celebrados 37 novos processos de avença a entidades singulares e encontravam-se em curso, no mês de dezembro 4 processos cujo término ocorrerá em meados de 2019.

No âmbito das mobilidades foram abertas mobilidades para 10 Assistentes Técnicos para diversos serviços em tarefas, principalmente, Administrativas e 13 Técnicos Superiores (3 na área de Recursos Humanos, 4 na área de Direito, 3 de Arquitetura e 3 de Engenharia Civil) para os diversos serviços do Município.

2.1 Dados Demográficos

2.1.1 Número de trabalhadores

A 31 de dezembro de 2018, o efetivo do Município de Oeiras era constituído por 2.427 trabalhadores, 73 dos quais em comissão de serviço (pessoal dirigente e dos gabinetes de apoio pessoal), 2.313 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 41 em contrato a termo certo ou incerto, para substituição temporária¹ de trabalhadores da carreira/categoria de assistente operacional, na área funcional de ação educativa.

O contrato em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vínculo de 95% dos trabalhadores municipais.

Q 1 Modalidade de vínculo

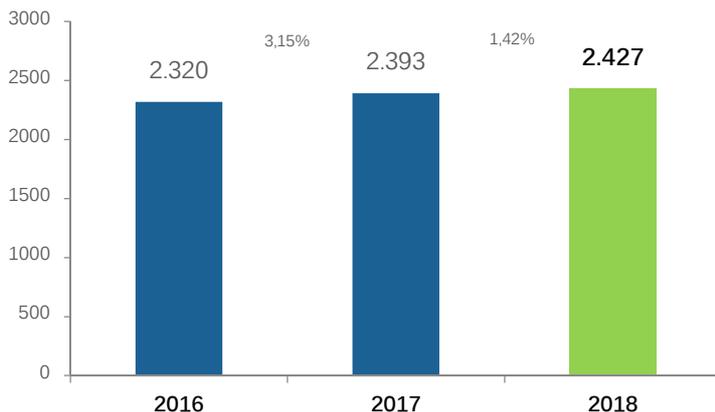
Modalidade de Vínculo	N.º de trabalhadores
Comissão de Serviço	73
Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	2.313
Contrato em Funções Públicas a Termo Resolutivo	41
Total	2.427

¹ Em licença sem remuneração, incapacidade temporária – ausência por doença, acidente de trabalho, entre outras.

O Município contava, ainda, a 31 de dezembro, com a colaboração de 76 prestadores de serviços, contratados em regime de avença.

No gráfico que se segue verificamos que o número de efetivos apresenta uma ligeira evolução positiva entre 2016 e 2018, respetivamente de 3,15% entre 2016 e 2017, ano em que começaram a ser eliminadas algumas das restrições ao recrutamento, e de 1,42% entre 2017 e 2018.

Q 2 Evolução do nº de efetivos

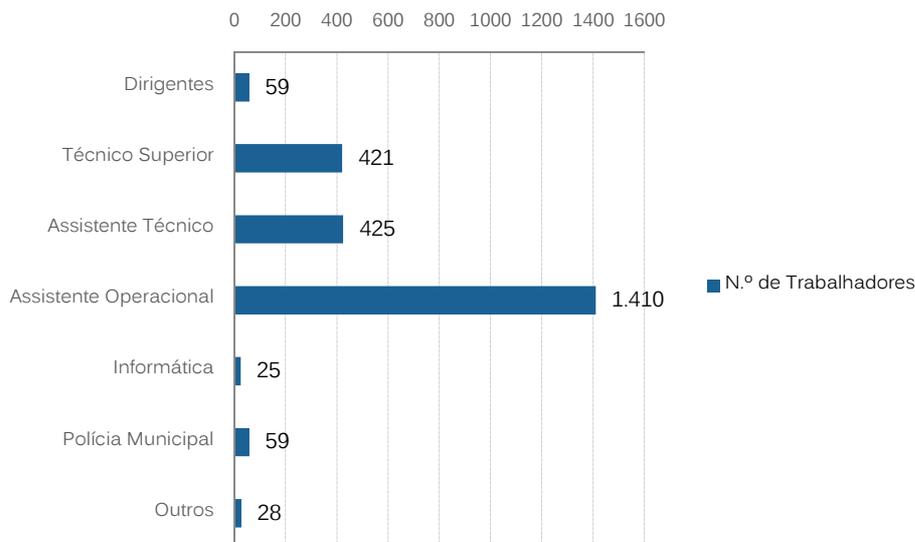


2.1.2 Distribuição dos Trabalhadores por Grupo Profissional e Género

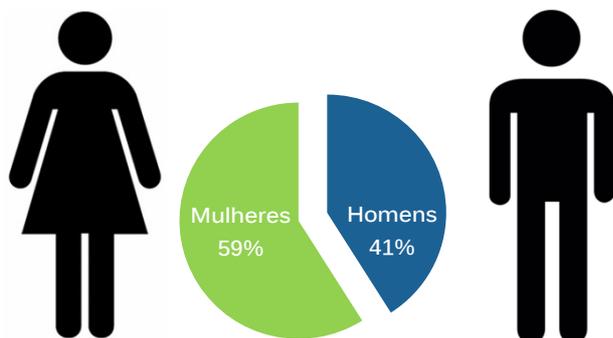
Analisando a distribuição dos trabalhadores por carreira ², verifica-se uma maior representação da carreira de assistente operacional, com 1.410 trabalhadores, o que representa 58% do total. As carreiras assistente técnico e de técnico superior estão equiparadas, respetivamente com 425 trabalhadores (17,51% do total) e 421 trabalhadores (17,35% do total).

² Na carreira "outros" estão contempladas carreiras não revistas (Fiscais de Obras, Fiscais Municipais, Chefe de Serviços de Administração Escolar, Chefe de Serviços de Limpeza) e pessoal dos gabinetes de apoio (Chefe do Gabinete da Presidência, Adjuntos e Secretários da Presidência e das Vereações).

Q 3 Distribuição dos trabalhadores por grupo profissional



Constata-se a predominância do género feminino, com 1.431 trabalhadores, correspondendo a 59% do total do efetivo.



Na tabela que se segue verificamos a distribuição por género entre 2016 e 2018.

Q 4 Distribuição dos trabalhadores por género

Ano	2016	2017	2018
Homens	947	965	996
Mulheres	1.373	1.428	1.431
Total	2.320	2.393	2.427

Esta realidade é notória na maioria das carreiras/categorias, com exceção das carreiras de informática e de polícia municipal³, nas quais o número de homens é superior.

³ Carreiras não revistas.

Q 5 Distribuição de género por carreira/categoria

Carreira / Categoria	Mulheres	Homens
Dirigente	34	25
Técnico Superior	288	133
Assistente Técnico	324	101
Assistente Operacional	743	667
Informático	2	23
Polícia Municipal	23	36
Outros	17	11
Total	1.431	996

O rácio de trabalhadores com funções operacionais por técnico superior é de 3 trabalhadores, podendo as taxas de operacionalidade e tecnicidade ser consultadas na tabela seguinte.

Q 6 Rácio de trabalhadores Operacionais

Taxa de Operacionalidade	Taxa de Tecnicidade*	Taxa de Enquadramento
58%	17,34%	2,43%

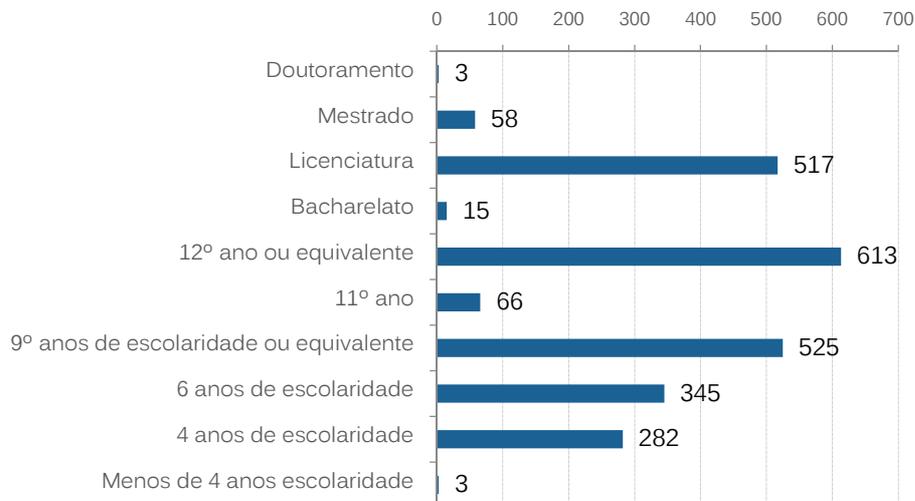
* no apuramento desta taxa foram excluídos os trabalhadores em comissão de serviço (que se encontram a ocupar cargos dirigentes ou a desempenhar funções nos gabinetes de apoio pessoal).

No que respeita aos cargos dirigentes, a respetiva taxa de enquadramento é de 2,43%, e o rácio de efetivos por dirigente é de 40 trabalhadores.

2.1.3 Nível de Escolaridade

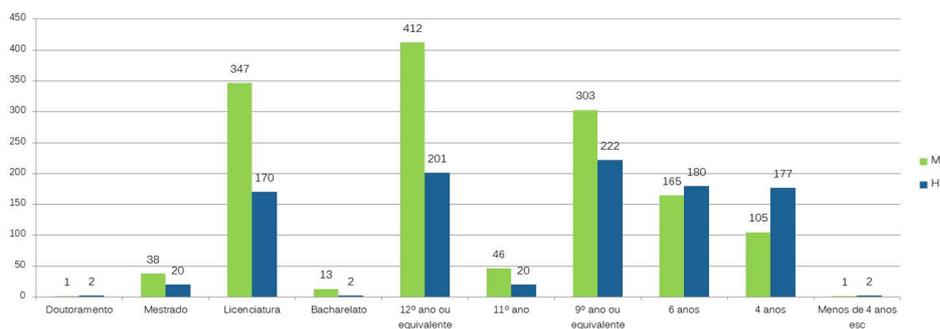
Analisando os níveis de escolaridade dos trabalhadores do Município, verifica-se que 47,59% detêm habilitações iguais ou inferiores a 9 anos de escolaridade. Com respeito ao índice de formação superior este é de 24% face ao total geral de trabalhadores.

Q 7 Nível de escolaridade



O gráfico que se segue permite verificar que o número de mulheres é superior ao número de homens nos grupos em que a escolaridade é igual ou superior ao 9.º ano, com exceção do doutoramento. Esta tendência inverte-se para escolaridade igual ou inferior ao 6.º ano, onde o número de homens é superior.

Q 8 Escolaridade por Género



Verifica-se, ainda, que a formação superior não é um exclusivo dos trabalhadores da carreira de técnico superior ou equiparada, conforme se pode observar na tabela seguinte:

Q 9 Formação Superior por não Técnicos

Carreira / Categoria	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
Assistentes Operacionais	3	15	3
Assistentes Técnicos	2	44	4
Polícia Municipal		6	

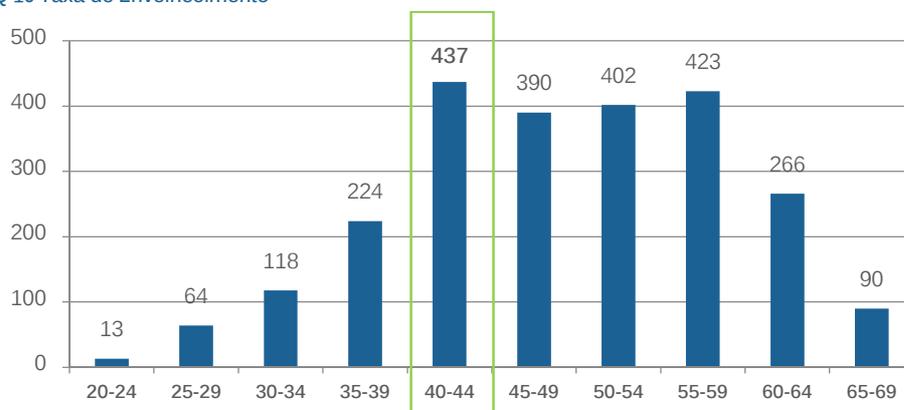
2.1.4 Escalão Etário

A média de idade dos trabalhadores do Município de Oeiras é 49 anos, registando-se o número mais elevado de trabalhadores na classe etária 40-44 anos.

O trabalhador mais jovem tem 21 anos e o mais velho 69 anos, resultando num leque etário de 3,28.

A taxa de envelhecimento global (trabalhadores com 55 anos ou mais) é de 32%.

Q 10 Taxa de Envelhecimento



2.1.5 Escalão Etário por Carreira / Categoria

A carreira/categoria com maior taxa de envelhecimento é a de assistente operacional, na qual 37% dos trabalhadores tem 55 anos ou mais. Destacam-se ainda as taxas de envelhecimento dos grupos assistente técnico (36%) e “outros” (36%).

Q 11 Caracterização Etária por carreira / categoria

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
Dirigente				3	20	17	8	5	3	3
Técnico Superior		4	14	44	129	92	54	51	24	9
Assistente Técnico	1	12	16	28	75	62	78	80	60	13
Assistente Operacional	11	45	82	130	165	208	254	277	174	64
Informático	1	1	4	3	9	3	1	1	2	
Polícia Municipal			1	15	36	4		2	1	
Outros		2	1	1	3	4	7	7	2	1
Total	13	64	118	224	437	390	402	423	266	90

Considerando a representatividade da carreira de assistente operacional no efetivo municipal, detalhamos em seguida esta carreira assinalando as respectivas áreas funcionais e correspondente distribuição de trabalhadores com 55 anos ou mais (por ordem decrescente), sendo visível que a área funcional de ação educativa é aquela onde se observa o maior número de trabalhadores destes escalões etários.

Q 12 taxa de envelhecimento de ass. op. por área profissional

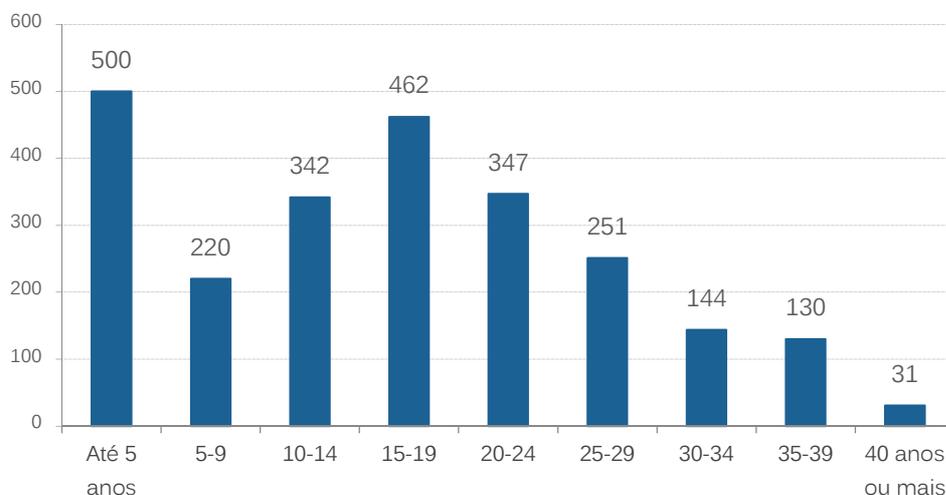
Assistentes Operacionais Áreas Funcionais	Escalão Etário		
	55-59	60-64	65-69
Ação Educativa	109	61	28
Limpeza Urbana	38	27	2
Jardinagem	31	16	6
Higiene pública e abastecimento	25	16	6
Condução de Maq. Pesadas e Veic. Especiais	19	11	6
Serviços Gerais	8	8	
Pedreiro	6	7	1
Administrativa	5	5	3
Mecânica	5		
Fiscal de obras	1	2	2
Carpintaria	2	2	
Condução de Ligeiros	1	2	1
Montador eletricitista	2	2	
Reprografia	1	3	
Serralharia Civil	3	1	
Cozinheira	2		1
Fiel de Armazém		2	1
Lubrificação	2	1	
Pintura	3		
Canalizador	1	1	
Carregador	1	1	

Assistentes Operacionais Áreas Funcionais	Escalaão Etário		
	55-59	60-64	65-69
Cemitérios		1	1
Eletricidade		1	1
Lavagem de Viaturas	2		
Vigilante			2
Porta Miras	1	1	
Animação Socio Cultural	1		
Apontador	1		
Asfaltador	1		
Bate-chapas		1	
Biblioteca e Documentação	1		
Calceteiro	1		
Condução de Pesados			1
Condução de Transportes Coletivos		1	
Economia e Gestão		1	
Eletricista de Automóveis	1		
Pintura de Automóveis	1		
Porta Miras	1		
Telefonista	1		
Torneiro			1
Administrativa			1
Total Geral	277	174	64

2.1.6 Antiguidade

Cerca de 56% dos trabalhadores tem uma antiguidade na função pública igual ou superior a 15 anos, pese embora 21% dos trabalhadores tenham antiguidade igual ou inferior a 5 anos.

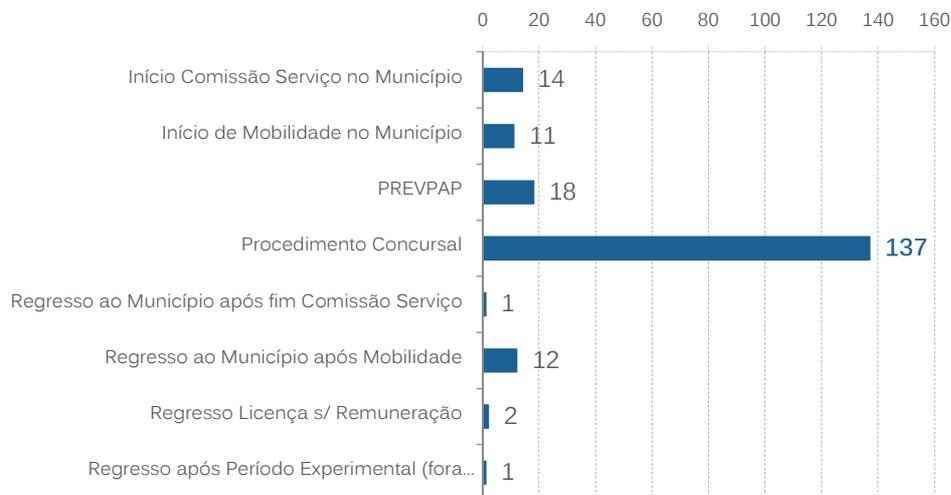
Q 13 Antiguidade



2.1.7 Admissões/Regressos por Tipo e por Categoria

Em 2018, registaram-se 196 entradas, caracterizadas no gráfico abaixo como comissão serviço (início ou regresso), mobilidade no Município (início ou regresso), PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, Procedimento Concursal e regressos de Licenças sem Remuneração ou após Período Experimental (fora Município).

Q 14 Admissões e Regressos por Carreira / Categoria



No que respeita às [comissões de serviço](#), as ocorrências registadas correspondem a nomeações de dirigentes na sequência da Nova Estrutura Orgânica dos serviços, que entrou em vigor em maio de 2018 e de pessoal de apoio aos gabinetes.

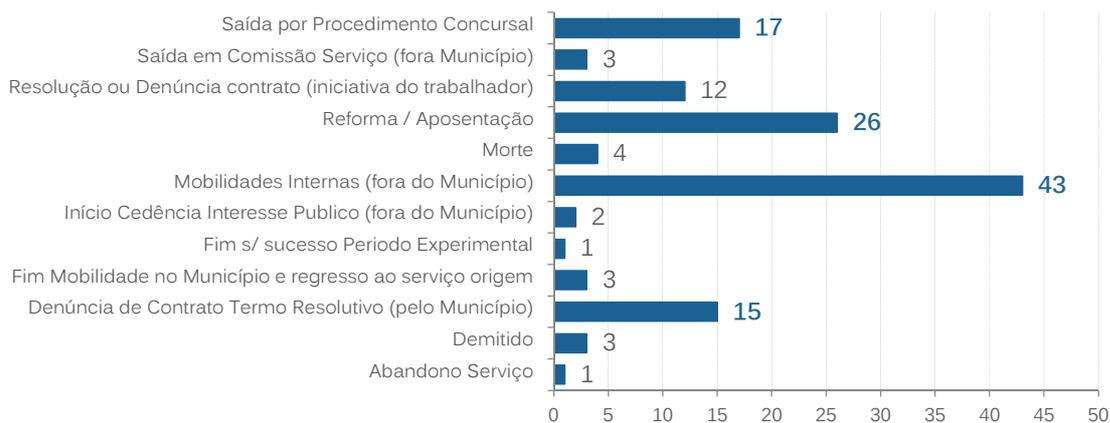
Na admissão de novos trabalhadores destaca-se a entrada via [procedimentos concursais](#) sendo de realçar as admissões para a categoria de assistente operacional nas áreas funcionais de ação educativa, limpeza urbana e condutores de máquinas pesadas e veículos especiais; na categoria de assistente técnico a área funcional mais reforçada foi a administrativa e na categoria de técnico superior foi a área funcional de direito.

Por sua vez, estão ainda refletidos os [reingressos](#) de trabalhadores que se encontravam fora do Município de Oeiras em mobilidade em outros organismos, em licença sem remuneração, comissão de serviço e período experimental noutro órgão da administração pública.

2.1.8 Saídas por Tipo e por Categoria

No ano de 2018 foram registadas 130 saídas, destacando-se os processos de mobilidade interna para fora do Município (43), as aposentações/reformas (26), admissão por procedimento concursal para fora do Município (17), e fim de contrato por iniciativa do trabalhador (12) ou da entidade patronal (15). Os fins de contrato por parte da entidade patronal referem-se maioritariamente a trabalhadores da área funcional de ação educativa, contratados para substituição temporária de trabalhadores em situação de mobilidade, baixa ou licença.

Q 15 Saídas por situação e carreira



O número mais elevado de saídas corresponde à situação de mobilidade para fora do Município, para outros órgãos da administração pública, e estas distribuem-se principalmente entre as carreiras de assistente técnico (37% dos casos), técnico superior (30%) e assistente operacional (26%).

O segundo motivo de saída é a aposentação / reforma que se verificou em cerca de 81% dos casos na categoria de assistentes operacionais.

Salienta-se ainda que, a saída por procedimento concursal para outros órgãos da administração pública regista-se como o terceiro mais elevado motivo, sendo as categorias/carreiras mais frequentes nesta opção em 2018 a de assistente operacional (35%) e polícia municipal (35%).

2.1.9 Mobilidades Intercarreiras

Em 2018, destacam-se as consolidações decorrentes dos processos de mobilidade intercarreiras e intercategorias, na sequência das alterações introduzidas pelo Orçamento de Estado de 2017 e da aprovação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, onde foi revogado o n.º 11 do artigo 99.º da LFTP e aditado o artigo 99.ºA.

Q 16 Mobilidade intercarreira e intercategoria

Carreira	Categoria (consolidada em 2018)	Nº de Trabalhadores	Categoria (de origem)	Nº de Trabalhadores (detalhe)
Técnico Superior	Técnico Superior	70	Assistente Técnico	64
			Agente Municipal 1ª. Classe	2
			Agente Municipal 2ª. Classe	1
			Coordenador Técnico	1
			Assistente Operacional	1
			Encarregado Operacional	1
Assistente	Assistente Técnico	55	Assistente Operacional	54

Carreira	Categoria (consolidada em 2018)	Nº de Trabalhadores	Categoria (de origem)	Nº de Trabalhadores (detalhe)
			Encarregado Operacional	1
	Coordenador Técnico	3	Assistente Técnico	3
Assistente Operacional	Encarregado Geral Operacional	9	Encarregado Operacional	9
	Encarregado Operacional	17	Assistente Operacional	16
			Enc. brigada serviços limpeza	1
Informática	Especialista de Informática	5	Assistente Técnico	1
			Técnico Inform. Adj. Nív. 1	1
			Técnico Inform. Gr. 1 Nív. 1	2
			Técnico Inform. Gr. 3 Nív. 1	1
	Técnico de Informática	1	Agente Municipal 1ª. Classe	1
Total				160

2.1.10 Distribuição dos Trabalhadores por Unidade Orgânica

Da análise do gráfico, constata-se que existe uma distribuição diferenciada dos recursos humanos pelas unidades orgânicas do Município, sendo que o Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida (DAQV) e Departamento de Educação (DE) detêm mais de 60% dos trabalhadores.

Q 17 distribuição de trabalhadores por U.O.

Unidade Orgânica	N.º de trabalhadores	%
DAQV	765	31,5%
DE	692	28,5%
DMAGP	175	7,2%
DOM	133	5,5%
DPGU	103	4,2%
DACT	101	4,2%
PM	83	3,4%
DDS	82	3,4%
DFP	81	3,3%
GABINETES	62	2,6%
GP + VERAÇÕES	55	2,3%
DHRU	52	2,1%
DITIC	30	1,2%

Unidade Orgânica	N.º de trabalhadores	%
DMOTOA	5	0,2%
PCM	4	0,2%
DMAG	3	0,1%
GAEP	1	0,0%
TOTAL	2.427	100%

2.1.11 Ausências

O número total de dias de ausência ao serviço foi de 75.327, distribuídos da seguinte forma:

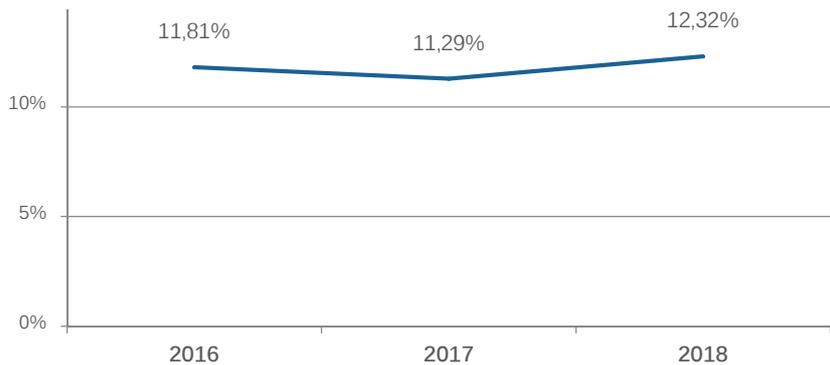
Q 18 Motivo de ausências

Motivo da ausência	N.º de dias	%
Doença	31.892	42,3%
Acidente de Trabalho	18.670	24,8%
Junta Médica	7.295	9,7%
Parentalidade	6.117	8,1%
Outros	2.165	2,9%
Assistência a Familiares	2.023	2,7%
Licença s/Remuneração	1.749	2,3%
Trabalho Extraordinário	1.173	1,6%
Formação	902	1,2%
Greve	765	1,0%
Falta Injustificada	667	0,9%
Falecimento Familiar	615	0,8%
Doença Profissional	312	0,4%
Pena Disciplinar	307	0,4%
Trabalhador Estudante	222	0,3%
Atividade Sindical	216	0,3%
Casamento	192	0,3%
Trabalho Extra	46	0,1%
Total	75.327	100%

A doença (42,3%) continua a ser o motivo com maior peso na taxa de absentismo, seguido das faltas por acidente de trabalho (24,8%). Estes dois tipos de faltas representam 67% da totalidade das ausências registadas.

A estas ausências corresponde a Taxa de Absentismo de 12,32%.

Q 19 Evolução da Taxa de Absentismo



Relativamente à análise do absentismo verifica-se que, em média, cada trabalhador faltou 31 dias, em 2018. A análise por género demonstra que, em média, os homens faltaram 30 dias, enquanto as mulheres faltaram 32 dias.

2.1.12 Relações de Trabalho

2.1.12.1 Organização Sindical

A taxa de sindicalização dos trabalhadores do Município é de 38%, mantendo-se próxima da taxa mais elevada do triénio, registada em 2016 (40%).

Q 20 Evolução da taxa de Sindicalização

	2016	2017	2018
Número de trabalhadores sindicalizados	922	925	922
Número de trabalhadores	2.320	2.393	2.427
% Trabalhadores Sindicalizados	40%	39%	38%

2.1.12.2 Ação disciplinar

Em 2018 foram instaurados 14 processos disciplinares e 1 processo de inquérito. Considerando o triénio 2016-2018, o ano de 2016, foi aquele no qual se registou o maior número de processos disciplinares instaurados.

Q 21 Evolução de Nº Processos por Ação Disciplinar

	2016	2017	2018
Processos instaurados	31	29	15

2.2 Formação Profissional

No que respeita a formação profissional dirigida aos seus trabalhadores, o Município de Oeiras investe no desenvolvimento de competências através de duas modalidades distintas: Formação Interna, promovida pela autarquia, no âmbito do estatuto de entidade formadora certificada, com recurso a bolsa de formadores internos eventuais, entidades formadoras ou formadores externos certificados; Formação Externa, cuja promoção e organização é da responsabilidade de entidades externas.

2.2.1 Formação Interna

No ano de 2018, em Formação Interna (FI) foram realizados 18 cursos, constituídos por 38 ações de formação, a que correspondem 381 horas ministradas. Nestas ações foram registadas 701 participações, o que se consubstancia num Volume Total de Formação de 5.955 horas e num investimento total de 24.955 €. Importa referir que este valor não inclui um curso de longa duração (curso de inglês com a duração de 90 horas), de realização plurianual, cuja execução será reportada no ano de conclusão, 2019. Este curso representou, em 2018, um investimento de 2.550€, resultando num investimento total efetivo de 27.505 €.

No que respeita à execução do Plano de Formação Interna em 2018 destacamos que este foi um ano marcado pela reestruturação orgânica dos serviços do Município, pela nomeação de novos dirigentes, pela reorganização das equipas, tendo ocorrido uma redução do número de trabalhadores afetos ao Núcleo de Desenvolvimento Socioprofissional. Como consequência dos processos de mudança organizacional que ocorreram, verificou-se o aumento do tempo necessário para a formalização e estabilização do planeamento da formação, o que resultou numa diminuição dos resultados em termos do investimento efetuado, volume de formação (número de horas frequentadas) e número de participações, entre outros. Considerando o contexto envolvente, foi definido dar prioridade a ações de formação consideradas estratégicas, quer devido a imposições legais (certificações exigidas por lei), quer a áreas consideradas estruturantes para a prossecução das funções dos trabalhadores da Autarquia.

Q 22 Ações de Formação Interna

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos
310 - Ciências Sociais e do Comportamento	1	1	11	3,0	33,00	0,00 €
344 - Contabilidade e Fiscalidade	2	2	54	24,0	425,50	2.091,26 €
345 - Gestão e Administração	1	1	132	7,0	861,00	550,00 €

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos
347 - Enquadramento na Organização/Empresa	3	6	137	22,0	615,00	0,00 €
380 - Direito	1	1	14	48,0	628,00	14.350,00 €
482 - Informática na óptica do utilizador	4	18	226	145,0	1.767,00	2.209,50 €
840 - Serviços de Transporte	1	5	42	77,0	910,00	5.004,68 €
851 - Tecnologia de Proteção do Ambiente	2	3	16	7,0	112,00	750,00 €
862 - Segurança e Higiene no Trabalho	1	1	69	48,0	603,00	0,00 €
Totais FI 2018	18	38	701	381,00	5.954,50	24.955,44 €
Valor pago em 2018 referente a um (1) curso de longa duração						2.550,00 €
Valor Pago em 2018 referente a Formação Interna						27.505,44€

2.2.2 Formação Externa

No ano de 2018, foram registadas 432 participações, em 141 cursos constituídos por 167 ações de formação externa, a que correspondem 3.155 horas ministradas, com um volume de 8.166 horas frequentadas, o que representou um investimento de 35.628€. De referir que, este valor não contempla três (3) cursos de média e longa duração (1 curso de inglês de longa duração, 1 curso na área de Cultura e Turismo de média duração e 1 Executive MBA com a duração de 2 anos), com um volume previsto de 20.000 horas, cuja execução será reportada nos respetivos anos de conclusão (2019 e 2020). Assim, considerando que o investimento respeitante a estes cursos foi de 20.000€ em 2018, o investimento total efetivo em Formação Externa foi de 55.628 €.

No ano de 2018, de uma forma geral, assiste-se a um aumento de todos os indicadores referentes a Formação Externa, nomeadamente número de ações, participações e volume de horas frequentadas, comparativamente ao ano de 2017. Verificou-se igualmente um aumento do investimento em formação externa face ao ano anterior, no valor de 14.582€ (+26%), incluindo o investimento nas ações de média/longa duração mencionadas anteriormente.

Q 23 Ações de Formação Externa

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos
222 - Línguas e Literaturas Estrangeiras	2	2	1	50,0	50,00	0,00 €
311 - Psicologia	12	12	1	21,0	21,00	200,00 €
313 - Ciência Política e Cidadania	13	13	5	28,0	140,00	369,00 €
320 - Informação e jornalismo	1	2	2	14,0	14,00	276,00 €
322 - Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	1	24	20	376,0	668,00	1.786,65 €
342 - Marketing e Publicidade	1	18	8	63,0	113,00	2.543,35 €

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	N.º Formandos	N.º Horas Ministradas	N.º Horas Frequentadas	Custos Diretos
344 - Contabilidade e Fiscalidade	2	7	7	181,0	703,00	140,00 €
345 - Gestão e Administração	17	1	49	210,5	517,50	3.069,00 €
380 - Direito	1	4	86	340,0	1.123,00	8.314,00 €
482 - Informática na óptica do utilizador	1	6	22	331,0	1.356,00	2.071,80 €
580 - Arquitetura e Construção	1	11	3	25,0	46,00	680,00 €
581 - Arquitetura e Urbanismo	18	5	24	426,0	1.018,00	2.800,00 €
622 - Floricultura e Jardinagem	2	8	1	6,0	6,00	55,00 €
760 - Serviços Sociais	7	11	42	185,0	465,00	1.400,00 €
762 - Trabalho Social e Orientação	1	23	1	12,0	12,00	60,00 €
812 - Turismo e Lazer	4	2	7	25,0	57,00	100,00 €
840 - Serviços de Transporte	6	1	20	416,0	642,00	3.100,00 €
850 - Proteção do Ambiente	11	3	26	91,0	218,00	723,26 €
851 - Tecnologia de Proteção do Ambiente	1	2	4	16,0	40,00	450,00 €
860 - Serviços de Segurança	5	1	57	32,0	228,00	4.072,70 €
861 - Proteção de Pessoas e Bens	1	1	19	79,0	159,00	964,00 €
862 - Segurança e Higiene no Trabalho	5	1	13	36,0	86,00	746,00 €
640 - Ciências Veterinárias	22	1	3	80,0	240,00	0,00 €
522 - Eletricidade e Energia	2	1	1	9,0	9,00	0,00 €
525 - Construção e reparação de veículos a motor	1	2	9	12,0	54,00	1.107,00 €
149 - Formação de Prof./Formadores e Ciências da Educação	3	1	2	90,0	180,00	600,00 €
Totais 2018	141	163	433	3.155	8.166	35.628 €
Valor pago em 2018 referente a 3 cursos de Longa duração						20.000,00 €
Valor Pago em 2018 referente a Formação Externa						55.627,76 €

2.3 Ação Social

2.3.1 Ação Social Interna

O Município de Oeiras desenvolve ação social interna, junto dos seus trabalhadores, de forma complementar a outras áreas de atuação, agregada à gestão dos recursos humanos, utilizando uma metodologia integrativa e participativa, com o objetivo de contribuir para a melhoria do clima organizacional através da integração socioprofissional dos seus colaboradores. Esta resposta social fundamenta-se na necessidade de

intervir em situações de exclusão e de risco, vivenciadas por alguns trabalhadores, com o intuito de promover o desenvolvimento das suas competências em resposta a estas necessidades.

O **Atendimento Social** é uma medida de acompanhamento de trabalhadores em situação desfavorecida, de forma personalizada, que visa o combate à exclusão e atuação em situações de risco social. No ano de 2018, realizaram-se 262 atendimentos, que resultaram em 31 novos processos e 13 processos arquivados. Importa referir que se atingiu a meta estabelecida (239 atendimentos).

O **Fundo de Emergência Social** visa dar resposta imediata a situações de carência económica e social, no sentido de assegurar necessidades básicas. Trata-se de um apoio de emergência, de carácter pontual, atribuído até que a situação possa ser enquadrada por uma resposta de âmbito comunitário. No ano 2018 foram apoiados 31 colaboradores, menos 8 que em 2017, com um encargo efetivo de 16.394,28€.

O **Subsídio de Apoio ao Medicamento** tem por objetivo comparticipar medicação em situações clínicas devidamente fundamentadas, incluindo doenças agudas, diabetes, hipertensão arterial, etilismo, transtornos mentais, entre outras, sendo disponibilizado aos trabalhadores com baixos recursos financeiros associados a grave carência social e/ou familiar. No ano de 2018, foram apoiados 18 colaboradores com este subsídio, com um encargo efetivo de 4.193,19€.

As **Conversas com Barriguinhas, Cursos de preparação para o Parto, Maternidade e Paternidade**, têm por objetivo facilitar a adaptação dos colaboradores e seus cônjuges à parentalidade durante a gravidez e posteriormente, após o nascimento do seu filho, para a promoção da aquisição de conhecimentos, com informações e esclarecimentos sobre este período e suas fases. Em 2018 foram entregues 30 cabazes de nascimentos aos trabalhadores do Município que foram pais.

Os **Subsídios Educacionais, Subsídios Sociais, e Subsídio Social Mensal** são medidas concedidas nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do art.º 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro (Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias), conjugada com o art.º 2º do D.L. n.º. 13/2011, de 25 de janeiro, que prevê que às Câmaras Municipais compete “deliberar sobre a atribuição dos subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo Município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares”. A atribuição deste tipo de subsídios obedece a normas próprias definidas:

- **Subsídio Educacional:** compensação de encargos com educação dos seus associados e descendentes, matriculados e a frequentar estabelecimentos escolares, desde o Jardim-de-infância até ao Ensino Superior. No ano de 2018 foram abrangidos 1.523 beneficiários com o apoio do Subsídio Educacional, num valor total de 357.224,98€;
- **Subsídio Social:** compensação a trabalhadores, aposentados ou respetivos cônjuges viúvos em situação de comprovada carência socioeconómica ou doença. Em 2018 foram abrangidos 2 beneficiários com apoios do subsídio social no valor de 2.288,04€;

- **Subsídio Social Mensal:** apoio financeiro extraordinário para fazer face às restrições financeiras que possam afetar o bem-estar pessoal e familiar do trabalhador, em resultado de crise económica e subseqüentes reduções remuneratórias e das aposentações, a concessão deste subsídio destina-se aos colaboradores e aposentados do Município que auferem remuneração mensal até 1.500,00 € (mil e quinhentos euros). Em 2018 foram abrangidos 2.648 beneficiários num total de 380.359€.
- Para a época natalícia, fomentando a cultura organizacional, a identificação e o espírito de equipa, no dia 18 dezembro de 2018 a DPS em parceria com o GP, realizaram o **Almoço de Natal dos Funcionários do Município** e, em reconhecimento da importância da conciliação da vida profissional e familiar, no dia 16 de Dezembro de 2018, a DPS em parceria com o GC, realizaram a **Festa de Natal dos funcionários e seus familiares** nos Jardins do Palácio do Marquês, na qual foram distribuídos os Cabazes de Natal e presentes para os filhos dos colaboradores da CMO, Polícia de Segurança Pública, Bombeiros e Juntas de Freguesia. No ano 2018 foram atribuídos 1.815 Presentes com um custo total de 28.041€.

2.3.2 Ação Social Externa

Trabalho Comunitário: O Município de Oeiras assinou um protocolo com a Direção Geral de Reinserção Social, órgão auxiliar da administração da Justiça que, entre outras funções, presta assessoria técnica aos Tribunais no âmbito da Jurisdição Penal, no âmbito das Medidas de Trabalho a Favor da Comunidade: Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade – PTFC; Substituição de Multa por dias de trabalho – SMT; Prestação de Serviços de Interesse Público – PSIP. No ano de 2018, foram efetuados 57 pedidos de integração de utentes destas medidas de Trabalho a Favor da Comunidade, menos seis (6) que no ano de 2017, tendo sido integrados 57 utentes de TFC, apresentando uma taxa de integração de 100%.

Iniciativa de Emprego – Contratos Emprego-Inserção: O Município de Oeiras aderiu à implementação da iniciativa Emprego 2009, promovida pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, na Medida Emprego Inserção, no âmbito das ações para os setores Social e Local. Os destinatários desta medida são desempregados beneficiários de subsídios de desemprego ou social de inserção. Em 2018 foram celebrados 70 Contratos Emprego Inserção (CEI e CEI+), sendo integrados 18 CEI e 52 CEI+, em diversas Unidades Orgânicas, conforme se apresenta na tabela infra.

Q 24 Contrato de Emprego Inserção (CEI)

Contrato Emprego Inserção (CEI)			
Ano 2018			
UO	Afetação	Nº Candidatos Inseridos	Área Funcional
Gabinetes	GC	1	AT - Adminis.
DFP	DPOC	1	AT - Adminis.

Contrato Emprego Inserção (CEI)			
Ano 2018			
UO	Afetação	Nº Candidatos Inseridos	Área Funcional
	Tesouraria	1	AT - Adminis.
	SEF	4	AT - Adminis.
	DP	4	AT - Adminis.
	DCP	1	AT - Adminis.
DACT	DBEC	4	AT – Adminis.
DMAGP	DPS	1	AT – Adminis.
DOM	DEM	1	AT – Adminis.
Total		18	

Q 25 Contrato de Emprego Inserção +

Contrato Emprego Inserção+ (CEI+)			
Ano 2018			
UO	Afetação	Nº Candidatos Inseridos	Área Funcional
DAQV	DGEV	20	AO - Jardinagem
	DHU-UHU	24	AO – Limpeza Urbana
	DVM	1	AO – Lav. Viat.
			AO – Serralh.
DOM	DEM	3	AO – Const. Civil
			AO – Carpint.
DMAGP	DGO-USG	2	AO – Ajud. Cozi.
Total		50	

Q 26 contrato de emprego inserção +

Contrato Emprego Inserção+ para Deficientes e pessoas com Incapacidade (CEI+)			
Ano 2018			
UO	Afetação	Nº Candidatos Inseridos	Área Funcional
DACT	DBEC	1	AT – Administ.
	DCS	1	AT – Administ
Total		2	

2.4 Medicina do Trabalho

O Plano Anual de Medicina do Trabalho, tem como objetivo promover a realização de exames de saúde adequados a comprovar e avaliar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da atividade, bem como, a repercussão desta e das condições em que é prestada na Saúde do mesmo.

Em 2018 foram realizadas 1.288 consultas de Medicina do Trabalho, 1.132 periódicas e 156 ocasionais, com o respetivo acompanhamento de enfermagem e de análises clínicas.

2.5 Avaliação de Riscos

No que concerne à Avaliação de Riscos de Segurança, Saúde no Trabalho, foram efetuados todos os esforços para a escolha adequada dos EPI'S e a sua correta utilização em articulação com as respetivas Unidades Orgânica, tendo sido elaborados Relatórios de Auditoria aos vários locais visitados ao longo do ano, no total de 68 visitas a locais de trabalho.

Com o objetivo de promover a Segurança no Trabalho, foram aplicados 2 inquéritos ao longo do ano para aferir a satisfação dos trabalhadores na utilização dos EPI'S.

A média aferida resultante da aplicação dos inquéritos, foi de 75%. Alguns aspetos a salientar e em conclusão destas aferições:

- Relativamente aos riscos profissionais todos os inquiridos manifestaram conhece-los e a maioria afirmou saber quais as medidas de segurança a adotar na sua atividade profissional;
- Quanto à contribuição para a melhoria das condições de trabalho, apenas 39% referiu que lhe é pedida opinião;
- 94% dos inquiridos afirma conhecer a importância do uso de EPI'S na sua atividade profissional;
- No que refere à disponibilização dos EPI'S 22% declara que não lhe são facultados, enquanto 78% afirma o contrário. Em relação ao conforto 56% considera-os confortáveis e 11% que não;
- Verifica-se a necessidade de uma divulgação mais adequada das medidas adotadas ou propostas pela USST, após a ocorrência de um acidente de trabalho, uma vez que 50% dos inquiridos referiu desconhecer;
- 83% dos inquiridos afirmou conhecer os procedimentos a adotar, em caso de acidente de trabalho. Este amplo conhecimento é consequência, por um lado, das várias ações de sensibilização e formação que têm sido efetuadas ao longo destes últimos anos, e por outro lado, da experiência dos próprios trabalhadores, uma vez que esta população possui um elevado registo de acidentes de trabalho;
- As ações de formação em segurança e saúde no trabalho, são reconhecidas como muito úteis e apontadas como uma necessidade.

2.6 Higiene e Segurança

Em 2018 e em relação à Sinistralidade Laboral, registaram-se 255 acidentes de trabalho (AT) dos quais 78 estão ativos em janeiro 2019. Comparativamente a 2017, cujo registo de acidentes de trabalho, ocorridos no período análogo, foi de 268 acidentes de trabalho, a diminuição traduz-se em 5% no número de AT.

Embora esta ligeira diminuição no número de acidentes, não tem um grande impacto na análise dos valores da sinistralidade, pois apesar de se ter registado uma diminuição no número de AT o número de dias perdidos aumentou (mais 1.583 dias), em 2018 foram registados 17.008 dias e em 2017 15.423.

Este aumento do número de dias poderá refletir o aumento da gravidade dos acidentes registados e o conseqüente aumento de dias na recuperação do trabalhador, devendo-se esta última circunstância a algumas lacunas no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente, na realização de Cirurgias, acesso a consultas de especialidades e tratamentos especializados, tais como fisioterapia.

2.7 Medicina Geral e Familiar

A DPS - Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho, promove uma Política e Promoção da Saúde no local de trabalho (Vigilância da Saúde), responsável e preocupada em incentivar uma atitude preventiva do aumento do bem-estar e da redução da sinistralidade Laboral.

Desenvolve Programas e Projetos de Prevenção, promovendo Ações de Sensibilização e de Fiscalização

No âmbito da atividade desenvolvida na Vigilância da Saúde, foram realizadas 2.776 consultas de Medicina Geral e Familiar (mais 276 consultas em relação ao ano anterior, que representa um aumento de 10%) e prescritas 1.336 receitas aos trabalhadores no ativo, aposentados e familiares diretos.

Se tivermos em conta que, a Taxa Moderadora no Serviço Nacional de Saúde, no âmbito da consulta médica, é de 4,5 € e os pedidos de receituário 2,5 €, as consultas e o receituário prescrito pelos médicos da USST, representam uma poupança de 16.673,50€ para os trabalhadores e suas famílias.

Foram realizadas 3.440 consultas de enfermagem (mais 225 que no ano anterior, que representa um aumento de 6,5 %), onde se incluem as de apoio à consulta de Medicina do Trabalho e ao acompanhamento ao trabalhador sinistrado.

2.8 Outras Iniciativas de Promoção/Sensibilização da Saúde

No âmbito de iniciativas de promoção/sensibilização da saúde, foram realizados 2 Ações de Sensibilização (sensibilização para a problemática da doença de Alzheimer e outra sobre Quiroprática), 1 rastreio oral, 1 colheita de Sangue em parceria com o Instituto Português do sangue, a campanha de proteção solar- que consiste na distribuição de um protetor aos trabalhadores com elevada exposição solar no desempenho das suas funções (distribuídos 792 protetores), a campanha de vacinação da gripe decorreu como habitualmente no último trimestre do ano 2018, e segunda as orientações da Direção Geral da Saúde. Foram vacinados 454 (mais 54 do que no ano passado) trabalhadores neste período. Sublinha-se o facto de terem sido efetuadas 2 deslocações noturnas ao Edifício de Vila Fria, para vacinação dos trabalhadores.

2.8.1 Consulta de Nutrição

A Consulta de Nutrição apresentou dados muito satisfatórios. Mantem-se a procura por parte dos trabalhadores e o respetivo encaminhamento por parte dos clínicos da USST. Desde o início do ano foram realizadas 343 consultas de nutrição e acompanhados 32 trabalhadores.

2.8.2 Consulta de Psicologia

Durante o ano 2018, foram realizados 828 atendimentos (menos 97 que no ano anterior) a 69 utentes (menos 8 do que no ano anterior), o que corresponde em média a 12 atendimentos por doente e representou uma média mensal de 69 atendimentos.

A diminuição no número de atendimentos e do número de utentes reflete as Altas dadas durante o ano.

Q 27 Quadro resumo das Ações de Promoção / Sensibilização da Saúde

Ano 2018	
Ações de Promoção / Sensibilização da Saúde	
Consultas Medicina Geral e Familiar	2.776
Receituário Prescrito	1.336
Consulta de Enfermagem	3.440
Consulta de Nutrição	343
Atividades promoção/sensibilização saúde	5
Rastreios	2
Dádivas de Sangue	1
Ações Sensibilização Auditório	2
Campanha Proteção Solar (Nº protetores)	792
Campanha Vacinação da Gripe (Nº vacinas)	454
Consulta Medicina do Trabalho	1.288
Exames Periódicos	1.132
Exames Ocasionais	156
Exames Auxiliares Diagnóstico	1.159

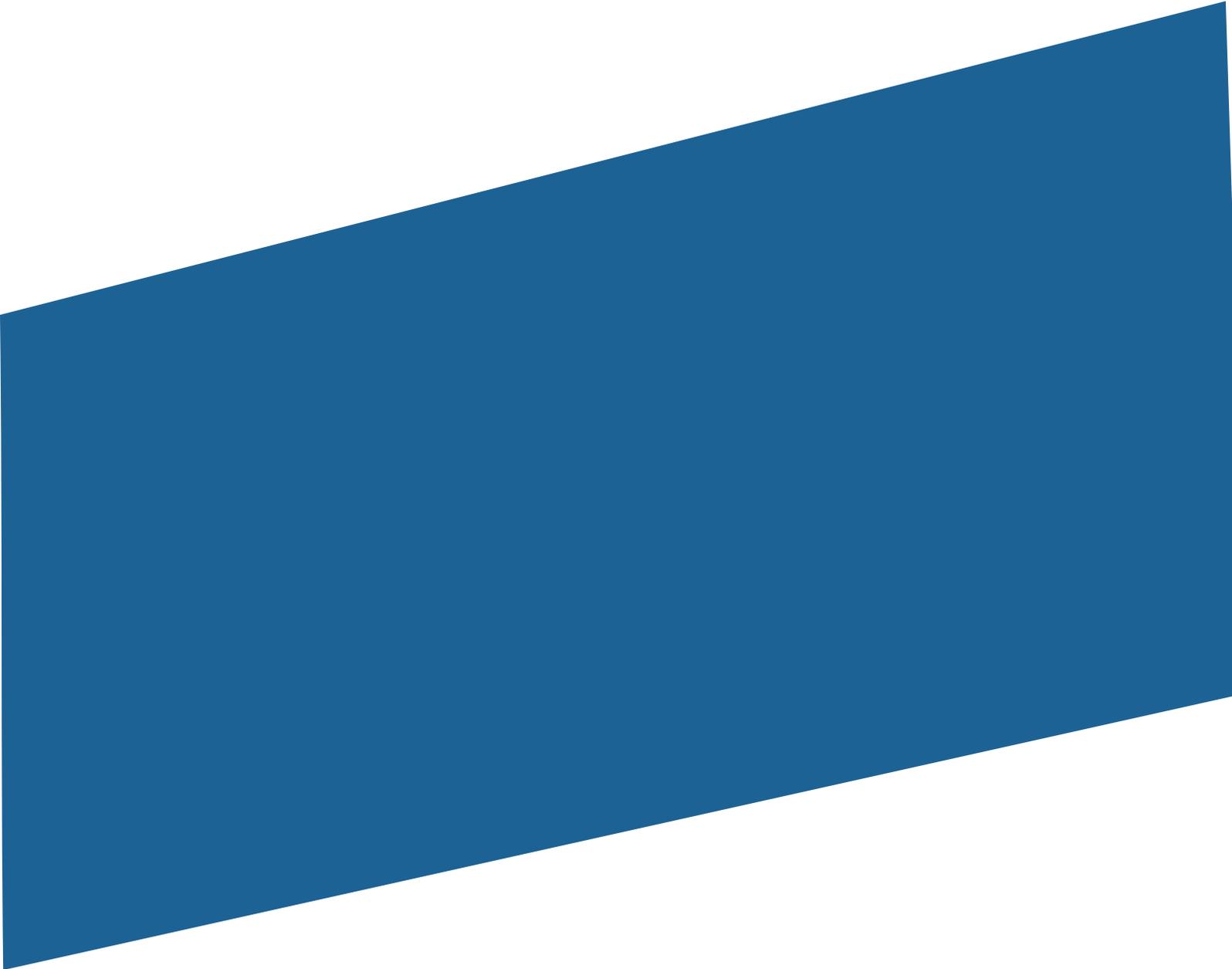




ATIVIDADES



Território Conectado e Inteligente



Pelo facto de serem hoje imensas as ações que efetuamos quotidianamente com recurso à tecnologia, a realidade é que hoje em dia estamos cada vez mais interligados. O mundo passou a ser uma aldeia global na qual todos nos conhecemos e onde podemos fazer quase tudo em qualquer momento. Em Oeiras, queremos criar e disponibilizar as ferramentas para que o cidadão possa comunicar com o Município em qualquer lugar, a qualquer hora, sobre qualquer assunto.

“Deverá ser prosseguida a modernização das administrações públicas [..]. Os dados abertos constituem um recurso inexplorado com um enorme potencial [...] Serão ativamente promovidas a interoperabilidade e a reutilização das informações do setor público [...]”

in Excerto das conclusões do Conselho Europeu, 25 de Outubro 2013

O Portal de Dados Abertos de Oeiras já está disponível e promove a livre navegabilidade viabilizando o acesso a um repositório de dados sobre o território de Oeiras, produzidos internamente e por 11 entidades parceiras desta iniciativa sobre Oeiras que totalizam 202 conjuntos de dados.

Os dados podem ser considerados abertos quando possibilitam a sua livre utilização, reutilização e redistribuição por qualquer pessoa, estando o utilizador apenas obrigado a referir a autoria e origem dos mesmos sem limitações de privacidade, segurança ou controle de acesso.

Com o desenvolvimento desta plataforma demos início a uma política de Dados Abertos para a disponibilização de informação diversa sobre o nosso município, desde dados geográficos, estatísticos, atividades económicas, serviços, transportes, cultura, desporto, lazer, segurança, ambiente, entre outros. Julgamos que este portal irá incentivar o desenvolvimento e instalação de novos negócios no nosso território e ainda estimular os alunos a desenvolverem trabalhos académicos em Oeiras, que poderão ser uma mais-valia para nós.

As atividades desenvolvidas pelo núcleo das Cidade Inteligentes centraram-se na elaboração do Plano Estratégico Oeiras Cidade Inteligente (fase de diagnóstico) – realização de 20 reuniões com os serviços do município e elaboração dos respetivos memorandos; reuniões com as juntas de freguesia, corporações de bombeiros, entidades participadas, e outras que colaboram próximo do Município; preparação da participação do Município na edição de 2019 no evento, promovido pela ANMP, Portugal Smart Cities Summit e, ainda, preparação do Protocolo de cooperação técnica e científica com as três instituições de ensino superior instaladas em Oeiras.

Aderiu-se à Rede SmartCitiesnetwork e formalizou-se o Programa Connected Citizens (CCP) com a Waze, uma iniciativa da Google que promove a troca bidirecional e gratuita de dados relacionados com tráfego automóvel e não só.

Iniciou-se o levantamento e análise para aferir as eventuais necessidades de aquisição de sensores de vários tipos, rega, contagens de tráfego, ruído, iluminação, temperatura e outros parâmetros atmosféricos, e outros, bem como de soluções aplicacionais que deem resposta às necessidades identificadas pelas unidades orgânicas.

Iniciaram-se os trabalhos para elaboração do novo Mapa Estratégico do Ruído (MER), nomeadamente a definição da metodologia de trabalho que engloba, não só a experiência adquirida na conceção do MER em vigor, mas também as

diretrizes mais recentes para elaboração de mapas de ruído e a legislação que estabelece os requisitos mínimos para um ambiente sonoro de qualidade. Assim, já foi objeto de tratamento a informação alfanumérica e cartográfica necessária para caracterizar as fontes de ruído existentes e a população presente, tarefas que precedem as fases subseqüentes a desenvolver no ano de 2019.

Quanto ao Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras está a ser elaborado pela equipa da Faculdade de Ciências.ID – Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências coordenada pelo Professor Filipe Duarte Santos e pelo Doutor Luís Dias. Durante este ano foram elaborados os relatórios “caracterização e Diagnóstico das vulnerabilidades atuais” e “caracterização e Diagnóstico das vulnerabilidades atuais e futuras”, realizadas várias sessões de trabalho (7 sessões) envolvendo transversalmente todos os serviços do Município, forças de segurança, associações de Bombeiros, empresas municipais e várias entidades instaladas no concelho para recolha de contributos dos diversos atores que atuam no território considerando que o sucesso das ações adaptação às alterações climáticas passa pela capacidade de alinhamento de opções e articulação de ações a diferentes escalas. Todos foram instados a contribuir para a identificação de opções e medidas de adaptação nos diferentes setores, assim como a incorporação das adaptações identificadas nos Instrumentos de Gestão Territorial, que integrarão o Relatório de identificação e avaliação das opções de adaptação e concretização das ações a implementar.

No âmbito da elaboração do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC-AML) elaborado por um consórcio em articulação com as equipas técnicas dos 18 municípios que a compõem realizou-se um Workshop Municipal em Oeiras, para o qual foram convidados os principais atores estratégicos locais, para informar e recolher contributos sobre riscos, impactos e vulnerabilidades que contou com a participação de mais de 150 pessoas.

Valorização e Gestão Sustentável do Território



A prática de um Ordenamento do Território eficaz torna-se cada vez mais importante tendo em conta o espaço disponível. O futuro deste território passa por uma nova estratégia urbanística ao nível da requalificação do tecido construído, melhoria da mobilidade e acessibilidades, reabilitação do espaço público, inovação e tecnologia. São estes os fatores que elevarão Oeiras a um novo patamar de desenvolvimento sustentável, orientado para as pessoas e para o seu bem-estar.

Relativamente à atividade de Planeamento e Gestão Urbanística, manteve-se os níveis de desempenho, no domínio do planeamento, nas vertentes da capacitação do território para acolhimento de novos polos de desenvolvimento e da requalificação urbana de áreas habitacionais e empresariais existentes, ainda que se tenha verificado alguma perturbação decorrente da adaptação das novas competências orgânicas. Ainda, assim, foi possível manter em ritmo razoável o desenvolvimento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e outros estudos e Instrumentos de Planeamento e Gestão, de caráter normativo ou orientador, merecendo referência a elaboração e conclusão dos documentos de trabalhos de apoio à monitorização do PDM; o acompanhamento dos procedimentos e análise das propostas para a reprogramação relativa ao Plano de Ordenamento da Área Empresarial da Zona Norte de Caxias (antigas Pedreiras), com a atualização dos Protocolos de acordo com os principais proprietários envolvidos.

Em complementaridade territorial com a iniciativa anterior, definição do Plano de Estrutura do Eixo de Desenvolvimento Paço de Arcos/Tagusparque; o início dos procedimentos de Alteração do PDM, para Adequação ao Novo RJIGT; o acompanhamento em articulação a FPF, do Plano de Gestão e Ordenamento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor, designadamente a construção da III fase da Cidade do Futebol e consolidação das propostas para a Fase I e II; a reprogramação dos trabalhos relativos ao Modelo de Ordenamento do PU da UOPG Litoral estendendo o limite de intervenção aos dois Sectores (Nascente e Poente). Neste último contexto merece destaque os trabalhos do grupo de trabalho, criados por iniciativa do Ministério do Mar, com abrangência territorial na Zona do Terraplano de Algés, entre a Foz do Jamor e o limite Nascente do Concelho.

Ainda no domínio do Ordenamento do Território, de realçar os trabalhos de identificação e caracterização dos PMOT's que, no âmbito do PDM e demais legislação aplicável, carecem de ser revistos, revogados ou harmonizados/alterados; o prosseguimento dos estudos para a reabilitação urbanística das antigas Zonas Industriais de Queluz de Baixo e Portela de Carnaxide, Fundação de Oeiras, AUTOSIL e Valentim de Carvalho; a elaboração de diversos estudos para a viabilização da instalação de equipamentos em terrenos municipais.

Com a Administração Central merece referência as iniciativas conjuntas de avaliação de imóveis património do Estado entre a DGTF/CMO cujo destino se perspetive como de interesse municipal e/ou permita a instalação de novas atividades e usos convergentes com os interesses da Autarquia, designadamente a Quinta Real de Caxias, Cartuxa e EAN. É de salientar também, em articulação com o CHLO/Hospital de Santa Cruz, a definição das bases de colaboração para a execução da rotunda da Av. Reinaldo dos Santos/ligação ao Alto da Montanha, integrando a proposta de Ordenamento interno do Complexo Hospitalar, que inclui ampliação do Centro de Cardiopatia e gestão dos Parques de Estacionamento.

Nos domínios da Atividade Administrativa, do Apoio às Atividades Económicas e do Relacionamento com Municípios e Empresas mantiveram-se as elevadas taxas de realização dos programas, sendo de assinalar a continuação do alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados, no âmbito da consulta de processos e da divulgação, criando uma Base de Dados das Atividades Económicas e dos Equipamentos Privados de Ensino, Saúde e Apoio Social, e manutenção do sistema de registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares e outros dados de natureza geográfica, estatística e económica; a promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde o atendimento público ao acompanhamento dos processos, e a adesão a iniciativas no âmbito dos programas de simplificação administrativa e da implementação das aplicações instaladas; a manutenção do ritmo de crescimento da informação on-line quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, requerimentos, atividades económicas e planeamento. Merece destaque, o nível de prestação do apoio topográfico do Núcleo de Topografia, cujo crescimento em número de ações e qualidade do serviço, deve ser referenciado e reconhecido.

A mobilidade, no contexto das cidades, é um fator determinante para o conforto e bem-estar das pessoas que nelas habitam, trabalham e passeiam.

O desenvolvimento tecnológico dos dias de hoje é uma oportunidade que não deve ser descurada para melhorar os serviços prestados ao nível da mobilidade e no setor dos transportes, tornando-os uma alternativa às tradicionais formas de mobilidade e criando soluções inteligentes de mobilidade.

Tendo por referência os objetivos estratégicos desta organização, que aposta na inversão da pirâmide modal colocando no topo da hierarquia o peão e o transporte público, refiram-se como projetos estruturantes no ano de 2018 a elaboração de Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Coletivos, destacando-se a programação das redes para a cobertura das necessidades de resposta, para a instalação de atividades de natureza estratégica, em articulação com as diversas iniciativas de Planeamento e outras geradoras de impactos nos sistemas viários e, ainda, a conceção da estrutura e condicionantes para a acessibilidade e mobilidade no âmbito da elaboração dos Planos e Estudos Urbanísticos e de requalificação, em articulação com as restantes áreas de intervenção municipal.

Em matéria de estacionamento, o apoio aos estudos da Parques Tejo para a melhoria contínua da oferta de estacionamento público, com destaque para as zonas das interfaces, áreas residenciais e empresariais.

Garantimos o acompanhamento para a materialização de soluções geométricas no âmbito dos Estudos da rede viária municipal.

Relativamente à mobilidade suave, procedemos ao acompanhamento, conceção e conclusão dos estudos no âmbito de candidaturas a Fundos Comunitários, designadamente Ciclovias Empresarias, Canais Dedicados a TC e Bike Sharing, Programas Preliminares e Cadernos de Encargos e, ainda, o início dos Procedimentos de Contratação dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana Sustentável e Plano de Acessibilidade.

Garantimos a continuidade ao desenvolvimento e acompanhamento, em articulação com os Municípios de Lisboa, Cascais e Amadora, Infraestruturas de Portugal, BRISA e APL, das soluções viárias programadas.

Merece, ainda, destaque as iniciativas conjuntas entre os Municípios de Lisboa e Amadora/CARRIS, orientada para a expansão da rede de elétricos, com expressão na Zona Oriental do Concelho.

Na área do desenvolvimento empresarial procedeu-se à análise estatística de dados socioeconómicos através da elaboração do relatório Oeiras na AML que situa o município de Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa com base nas estatísticas mais recentes disponibilizadas pelas fontes oficiais.

Acresce também a apresentação dos relatórios Dinâmica Socioeconómica de Oeiras - as suas empresas e o Imobiliário de Escritórios; monitorização dos dados do IIEFP relativos ao desemprego registado em Oeiras e Oeiras Números e Tendências e, ainda, a organização da candidatura Melhores Municípios para viver - projetos para serem vividos, pela submissão de dois projetos: Programa Oeiras Solidária no domínio Social e Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos de Oeiras no domínio Ambiente e inscrito em "Urbanismo e Habitação".

Relativamente às Obras Municipais, refira-se que teve uma realização financeira global de €12.555.674,23.

Relativamente à área de estudos e projetos destacam-se os seguintes projetos e estudos internos concluídos, designadamente Parque Fontainhas, PA; campo de jogos EB Sophia de Mello Breyner; EB Sá de Miranda, EB Visconde de Leceia e EB Beça Múrias; EB Santo António de Tercena; layouts para pré-fabricados EB Noronha Feio; requalificação da cozinha EB Aquilino Ribeiro; ligação R. Paulo da Gama à Al. Calouste Gulbenkian; paisagismo da rotunda de Leceia; novos balneários zona norte Oficinas Municipais; substituição pavimentos pedonais R. Direita do Dafundo; ossários nos Cemitérios de Carnaxide e Oeiras; contenção do talude traseiras R. Amélia Rey Colaço, Carnaxide; requalificação zona polidesportivo Moinho do Vento; Torre H, Nova Oeiras - requalificação envolvente adaptações ao projeto; ampliação e requalificação do espaço público resultante da alteração do lote escolar da EB Gil Vicente; escadas e muro Av. Bombeiros Voluntários Algés, nº40; estabilização de muros vários; estudos para a elaboração de PPGRCD's; elaboração de "catálogo de materiais para pavimentos pedonais no concelho", pareceres técnicos; planos de emergência; layouts diversos; preparação de elementos e desenhos para a exposição 6 meses de mandato; Quinta dos 7 Castelos - arranjos exteriores na zona Sul do terreno;

E, ainda, os projetos e estudos internos desenvolvidos /em desenvolvimento, designadamente o passeio marítimo troço entre Paço de Arcos e Caxias (Est. Preliminar em apreciação nas entidades licenciadoras); seção de Limpeza da DEV no Jardim de Oeiras, seções de Limpeza a Urbana de Porto Salvo e de Linda-a-Velha; a adequação das instalações da S.L. do Ribamar a espaço para a Universidade Sénior e requalificação do espaço exterior; novos armazéns e balneários nas Oficinas; reformulação de instalações da DCAD no Ed. das Oficinas; instalações operacionais da DCAD no estaleiro de Porto Salvo Norte e Sul; requalificação paisagística da entrada do conselho em Queluz de Baixo e alterações no Casal da Manteiga (telheiro e Garrafeiras); EB Gil Vicente, EB Beça Múrias, JI Roberto Ivens, cobertura do Polidesportivo Santo António de Tercena e espaços exteriores; medidas de autoproteção nas Escolas; substituição de cobertura na Escola Conde de Oeiras; as Praças do Rossio de Porto Salvo – est. prévio, Largo Alves Redol, em Caxias – est. preliminar e projeto Praia Acessível – est. preliminar.

Quanto à reformulação viária/espaço público/vias estruturantes/estacionamentos, identificamos a R. de Santo António, em

Tercena; R. Sacadura Cabral, no Dafundo, R. Conde das Alcáçovas, em Paço de Arcos; Av. 25 de Abril, em Linda-a-Velha; Av. Bombeiros Voluntários, Algés; Est. Portelas, em Porto Salvo; ciclovia e passeios na R. Fonte, Vila Fria/ Leceia; ciclovia e passeios na Estrada Militar (1ª fase) Queijas; ciclovia e passeios na Estrada da Medrosa - Est. Prévio; ciclovia de Nova Oeiras até à Est. C.P. Oeiras; reformulação dos espaços exteriores da Vila Mateus; R. Salette Tavares, em Oeiras; rotunda de Miratejo, Algés; Rotunda de Outurela; reformulação viária na envolvente do Ed. Fórum; contenção do Talude no Pátio da Colina, Algés Fase B; reconversão de polidesportivo da Figueirinha para espaço de Lazer; requalificação da Rua José Basalisa e rotunda na Estrada Militar; retificação da Estrada de ligação de Porto Salvo a Talaíde; reposição de muros na Ribeira Laje no Jardim de Oeiras; Ligação Rua Ilha Terceira/ Garcia da Horta, em Oeiras; ligação Rua Garcia da Horta/ Av. República, em Oeiras; desnivelamento da Marginal; VLN - Troço 9 e ramal de ligação a Queijas; VLS - Laveiras/ Murganhal/Cidade do Futebol; variantes a Av. Forte, em Carnaxide e 25 de Abril, em Linda-a-Velha; Viaduto sobre a A5 de Ligação Carnaxide - L. Velha; via a sul da linha férrea entre Sto Amaro e Paço de Arcos; CRIL ligação à Av Bombeiros Voluntários de Algés; ligação Porto Salvo a Vila Fria; prolongamento da VDP - com ciclovia; variante ao centro de Barcarena - 1ª Fase; estacionamentos Hospital Prisão de Caxias; junto à Ribeira da Laje em Oeiras; Quinta da Nora, Carnaxide; traseiras das Finanças de Paço de Arcos; Escola Náutica, incluindo P.I.

Relativamente aos projetos externos e estudos mais relevantes desenvolvidos / em desenvolvimento, refira-se a criação da rotunda do Piauí, Oeiras (em revisão); nova rotunda na Estrada Militar, Queijas (suspensa); reabilitação e reforço do molhe do Porto de Recreio de Oeiras e Reabilitação do Posto de combustível; portaria das Oficinas de Via Fria.

No que respeita à construção e conservação de Equipamentos Municipais, destacam-se as seguintes ações num total de 68 procedimentos iniciados em 2018 de empreitada, a requalificação de equipamentos do Palácio do Marquês de Pombal - colocação de pavimento amovível na cozinha e corredor de acesso ao refeitório e recuperação do beirado e terraço sul; arco de cantaria no Jardim Municipal de Oeiras; Secção de Limpeza de Algés – acabamentos no edifício e arranjos exteriores: Oficinas Municipais de Vila Fria – piso intermédio, vedação do lote e adaptações na portaria, balneários e zona de lavagem de contentores e Alterações na zona técnica de apoio aos reservatórios; Reabilitação dos Edifícios dos Viveiros Municipais de Barcarena; reparação da Instalação Elétrica do Parque dos Poetas, com introdução de tecnologia LED; DH Edifício dos Paços do Concelho e novas Escolhas - requalificação de equipamentos de Ar-condicionado; remodelação do sector de produção e conservação de gelo no Mercado de Algés; aquisição e montagem de infraestruturas elétricas de apoio a eventos no estacionamento do Palácio do Marquês de Pombal; Instalação do gerador de Vila Fria para o DataCenter da CMO.

E, ainda, a requalificações equipamentos escolares: EB Conde de Oeiras - Construção de nova portaria e acessos; EB Porto Salvo - Correção da impermeabilização da cobertura do corpo central, substituição do pavimento e acústica do refeitório, recreio do JI e impermeabilização de terraço sobre o ginásio; EB Sylvia Philips (Carnaxide) – demolição e reconstrução de 5 salas de aula no topo Norte da escola e reconstrução de muro de suporte; EB Sophia de Mello Breyner – Campo de jogos; EB Gomes Freire de Andrade - reabilitação do muro e pavimentos exteriores; Jardim-de-infância Tomás Ribeiro (Carnaxide) - aumento de espessura do pavimento de segurança do recreio; Instalações provisórias da escola EB1 Narcisa Pereira em módulos Pré-Fabricados na ES

Noronha Feio em Queijas e obras de requalificação do espaço polivalente e sala de refeições; requalificação da EB Sá de Miranda e EB Visconde de Leceia; EB Dionísio dos Santos Matias - requalificação do edifício do Plano Centenário e requalificações diversas no recreio; EB Cesário Verde (Queijas) - reparação de pavimento no recreio do JI e melhoramentos diversos no interior e exterior da escola; reparação da vedação da EB/JI Jorge Mineiro - Barcarena

Procedeu-se, também, às empreitadas de manutenção de equipamentos com pinturas diversas em Edifícios e Equipamentos Municipais, onde se inserem obras como a pintura do Edifício da Comunicação; muros do Cemitério de Oeiras e Espaços interiores do Palácio Anjos em Algés; reparações diversas de construção civil em escolas e Jardins de Infância; reparações diversas em Coberturas de Edifícios Municipais; reparação de pavimentos em arranjos exteriores de Equipamentos Municipais; pequenas reparações diversas em edifícios e equipamentos municipais;

No âmbito das intervenções de reparação e manutenção, em 2018, realça-se que se registaram 3558 novos pedidos internos dos quais foram respondidos 2903 pedidos nas diversas áreas de atuação, através de 21 contratos de manutenção e outros fornecimentos. Note-se que destes pedidos 1614 respeitaram a obras de administração direta, nas diversas áreas de atuação, até Junho 2018. Com a reestruturação estas intervenções passaram a ser asseguradas a nível de administração direta.

No domínio da Conservação e Administração Direta, entre Junho e Dezembro foram recebidos 2944 pedidos nas mais diversas áreas de intervenção. Desse elevado número, conseguiu dar resposta a 2371 desses pedidos, dos quais no Setor de Arruamentos, de 426 serviços pedidos executou 292 intervenções; trânsito concretizou, dos 581 serviços requisitados, 497 intervenções; eletricidade em espaços públicos e eletricidade em equipamentos municipais, dos 265 e 534 pedidos abertos, realizaram 250 e 448 intervenções, respetivamente; canalização, das 267 intervenções, atendeu a 230 serviços; carpintaria, dos 293 serviços, terminou 226 intervenções; construção civil, de 245 pedidos de serviço, concluiu 190 intervenções; serralharia deu término, das 307 requisitadas, a 238 intervenções.

Na área da Gestão do Espaço Público e no que concerne à ocupação do espaço público, foram recebidos 257 pedidos de concessionárias e 191 pedidos de particulares, 131 alterações de trânsito, num total de 473 pedidos para abertura de vala, reserva de estacionamento, passagem de cabos, etc., que deram origem a receita (taxas).

Quanto à iluminação pública e a decorativa, foram realizados 8 trabalhos no montante global de €127.168,69 (c/IVA). Ainda, relativamente à Iluminação pública (IP) foram elaborados 102 projetos e emitidos 21 pareceres (quer de projetos internos, quer de promotores). Ainda, foram implementadas de medidas de poupança, com a reutilização de equipamento de iluminação pública, o que originou uma poupança de €33.823,83.

No âmbito da realização de obras no espaço público, foram adjudicadas 39 empreitadas e deu-se continuidade a outras que transitaram do ano anterior, no montante global de €8. 819.643,71 (c/IVA), com destaque para a rotunda da Lage, Oeiras; rotunda no entroncamento da Av. de Portugal com a R. Fernão Lopes, Carnaxide; pavimentação das ruas das Faias e da Cegonha, Caxias; reformulação da Rua Sacadura Cabral na Cruz Quebrada; Eixo Verde Azul, Rio Jamor - 1º Troço; arranjos Exteriores nas Ruas Eugénio dos Santos, José Régio e Carlos Mardel, Oeiras; alteração de revestimento de passeios no Passeio

Augusto Abelaira e outros locais em Oeiras; reparação de danos no Passeio Marítimo devido às intempéries; viaduto rodoviário da Quinta da Fonte

Relativamente à área de Trânsito, foram desenvolvidos diversos estudos e projetos e propostas para a formalização do estacionamento nas Ruas Camélias, Madressilvas, Lilases e das Buganvílias, em Caxias; reformulação do estacionamento e criação de novas passadeiras na Rua Alfredo Keil e Rua Flávio de Resende, em Oeiras; criação de medidas de acalmia de tráfego; instalação de um sistema de sinalização semafórica com controlo de velocidade (com passadeira associada) na Avenida da República, em Oeiras; remodelação do sistema SLAT para a passadeira na Avenida Embaixador Assis Chateaubriand, em Oeiras; colocação de um sistema de sinalização luminosa de tráfego (SLAT) no entroncamento da Rua Conde das Alcáçovas com a Avenida Conde de São Januário, em Paço de Arcos;

No que se refere à semaforização, foi assegurada a manutenção dos equipamentos existentes, além da introdução de alterações nos tempos de ciclo, com vista a uma melhoria do desempenho das intersecções e da fluidez, bem como a implementação de sinalização semafórica numa nova localização e reformulação de quatro previamente existentes.

No âmbito da Habitação e da Reabilitação Urbana procedeu-se à dinamização e revitalização dos Centros Históricos com a realização em 2018 a IX Mostra Gastronómica de Paço de Arcos, a Festa de S. Martinho em Oeiras e Algés e uma exposição sobre Reabilitação Urbana, na Casa da Arquitetura, no Dafundo. Neste âmbito, realizou-se uma sessão com alunos da área de Reabilitação Urbana, através do protocolo com o Instituto Superior Técnico.

Procedeu-se à conclusão da obra de infraestruturas do art.º 416 no Bairro do Casal da Choca e deu-se início aos trabalhos de elaboração dos projetos de infraestruturas dos artigos 18º, 19º, 20º e 21º, bem como de requalificação dos arranjos exteriores da Quinta da Estrangeira. Procedeu-se à elaboração do estudo prévio do projeto de recuperação e adaptação do edifício da Casa do Casal a Centro de Dia

No Bairro da Laje foi concluída a empreitada de requalificação de um troço da Rua da Casa das Letras e envolvente ao Centro Cultural. Procedeu-se à gestão e acompanhamento da dinamização do Centro Cultural.

No âmbito das intervenções a realizar no Bairro da Pedreira Italiana deu-se a conclusão do Projeto de Requalificação do Lar e Centro de dia e realizou-se o lançamento da empreitada do Parque Urbano – Zona C. Efetuou-se a gestão e o acompanhamento da dinamização do Centro Cultural.

Procedeu-se à elaboração dos projetos de Infraestruturas da Fase 3 relativas aos Bairro de Leceia.

Foram realizadas intervenções de requalificação de passeios e implantação de unidade de recolha de resíduos na Rua das Pedreiras em Leião. Está em curso a empreitada de reabilitação do edifício da Rua das Pedreiras nº 4 no âmbito do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos.

No Bairro do Marchante deu-se continuidade ao processo de demolição de construções de anexos desqualificados. Foi concluída e aprovada a Operação de Reabilitação Urbana de Porto Salvo.

Nos Núcleos Antigos, desenvolveram-se ações de recuperação e requalificação do espaço urbano e do património edificado assente numa gestão global e integrada do território, perceptível nas estratégias e ações promovidas pelos gabinetes dos centros históricos, que funcionam como interlocutores privilegiados entre os cidadãos e o município.

Neste contexto, realizou-se o Lançamento do procedimento para a Recuperação e Ampliação do Edifício da Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide no Núcleo Antigo de Carnaxide.

No Núcleo de Paço de Arcos procedeu-se ao lançamento dos procedimentos para a execução das empreitadas de recuperação do edifício da Travessa do Villa Longa nº 3 a 5 e para a requalificação do Jardim Municipal. Foi elaborado o Projeto de Requalificação da praça Dionísio Matias.

Respeitante ao Núcleo de Oeiras, efetuou-se o lançamento dos procedimentos para a execução das empreitadas de reabilitação e adaptação dos edifícios do Quarteirão do Largo da Boavista, a requalificação das Ruas Heliodoro Salgado e Júlio Diniz, a requalificação dos acessos ao Parque de Estacionamento e Repavimentação da Rua Febus Moniz e Rua 7 de Junho de 1759. Está em curso a obra de reabilitação, adaptação e ampliação do edifício da Rua Marquês de Pombal nº 3, 5 e 7.

No âmbito das intervenções a realizar no Núcleo de Algés procedeu-se à conclusão do Projeto da Rua E no Largo Maria Leonor e à regularização dum troço da Ribeira de Algés. Em curso, estão os projetos de requalificação da Rua Ernesto da Silva e Rua Luís de Camões.

Foi inaugurada com exposição temática a “Casa da Arquitetura” no 1.º piso do Posto de Atendimento da UFALVCD. Ainda no Núcleo do Dafundo foi concluída a obra de reabilitação e adaptação do edifício da Avenida Ivens nº 8 no âmbito do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos.

Relativamente ao Núcleo de Barcarena, deu-se início à obra de construção do edifício dos Anexos à Capela de S. Sebastião de Barcarena no âmbito do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos. Em Queluz iniciou-se o projeto da praça envolvente ao Palácio Restani.

No que respeita aos equipamentos, procedeu-se à conclusão e inauguração da empreitada do Centro de Saúde de Barcarena – Quinta das Lindas no dia 25 de Abril 2018 e conclusão de empreitada para a reparação da calçada em frente ao Centro. Também em Barcarena foi aprovado a abertura de procedimento para a aquisição de serviços para a elaboração de projetos para o Centro Cultural de Barcarena.

Realizou-se o lançamento de procedimento para contratação de equipa de projetistas para intervenção a levar a cabo no Auditório Municipal Eunice Muñoz em Oeiras e para intervenção a levar a cabo no Estabelecimento de infância Bambi no Dafundo.

Procedeu-se à contratação de projetistas para atualização de projetos de especialidade, bem como a preparação, organização e junção de elementos com vista ao lançamento de concurso para a reabilitação do Pavilhão Joaquim de Barros em Paço de Arcos. Está também em curso a contratação de projetos de especialidades para o Pavilhão Desportivo de Oeiras. Foi efetuado ainda, o levantamento de necessidades, organização de procedimento e realização de empreita nas Instalações da Antiga Junta de Freguesia de Oeiras.

Realizou-se a organização de elementos de projeto e procedimento para a atribuição de subsídio à Residência dos Sacerdotes da Sr.^a da Rocha em Linda-a-Pastora e efetuou-se o levantamento de necessidade e organização de elementos para procedimento de empreitada a realizar na Creche Santa Madalena de Canossa em Queluz de Baixo.

Deu-se acompanhamento de ações em garantia de obra do Centro de Saúde de Algés.

Foi concluída a empreitada da Cobertura de Polidesportivo do Grupo Desportivo Unidos Caxienses, bem como, os projetos para a Academia dos Champs na Sala Polivalente, em Outurela-Portela.

Foi concluída a Fase de Estudo Prévio de Arquitetura no Clube Escola Ténis de Oeiras Pólo da Alameda, onde se efetuou a reformulação do projeto da Sede na sequência da solicitação da coletividade, na Capela da Saudade (casa mortuária) em Linda a Pastora e na Quinta da Terrugem – Implantação de Indústrias Criativas em que os Projetos de Arquitetura se encontram em curso.

No âmbito escolar, foram concluídas empreitadas na Escola EB Aquilino Ribeiro, para substituição do piso de jogo e impermeabilização da Cobertura do Pavilhão Desportivo.

Iniciou-se a empreitada para obras de manutenção no Museu Automóvel Antigo. Foi dada a conclusão do projeto para a reparação do piso no Pavilhão Desportivo Municipal Celorico Moreira e a conclusão do projeto para a adaptação das instalações do Espaço do Rendimento Social de Inserção em Carnaxide. Procedeu-se à contratação e execução do estudo geológico e geotécnico e à aquisição de serviços de contratação dos projetos de eletricidade, ITED e SCIE para a Unidade Residencial e Centro de atividades Ocupacionais da CERCIOEIRAS. Ainda neste âmbito realizou-se a aquisição de serviços para elaboração dos projetos de estabilidade e redes prediais de águas e esgoto.

Concluiu-se a fase de contratação de projetos, medições e orçamentos para as Novas Instalações do Instituto Zoófilo. Foi concluído o procedimento do lançamento da empreitada de reformulação dos acessos ao Jardim de infância O Palhaço. Concluiu-se ainda o fornecimento e montagem de equipamentos e sistemas de segurança solicitados pela ANPC para o Centro Saúde Barcarena.

No domínio do Património Histórico e Cultural, procedeu-se à conclusão do projeto de reparação das infiltrações do Parque de Ateliers da Quinta do Salles no Edifício A2. Foram consignadas as empreitadas da Quinta dos Aciprestes para a substituição da cobertura do edifício principal e reparação do pavimento da sala de galeria. Ainda neste local, foi concluída a obra de retirada do moinho.

Realizou-se a remodelação do Pátio do Hospital Prisão S. João de Deus em Caxias e, procedeu-se à alteração do pavimento e da rampa de acesso à esplanada, bem como, a colocação de uma porta em aço corten no Palácio do Egipto em Oeiras. Foram executados trabalhos de manutenção na cobertura da Biblioteca Operária Oeirense.

Relativamente a intervenções em edifícios de cariz religioso, importa destacar o início do projeto que visa as ações de requalificação e valorização do espaço envolvente e ao jardim do Santuário Nossa Sr.^a da Conceição da Rocha em Carnaxide. Realizaram-se trabalhos de conservação, restauro e tratamento de anomalias na Igreja de Nossa Sr.^a da Piedade, em Leceia e na Igreja Paroquial de S. Romão de Carnaxide. Foi adquirida a imagem de Nossa Sr.^a do Rosário

para colocação na Capela dos Aciprestes. Foi elaborado o projeto de intervenção, com vista à conservação e restauro da Igreja de Nossa Sr.^a da Purificação (Matriz de Oeiras). Foi elaborado o levantamento arquitetónico da Capela de Nossa Sr.^a do Cabo e casa anexa, em Algés. Procedeu-se ao levantamento arquitetónico da Capela de Nossa Sr.^a do Socorro, em Leião. Por fim, desenvolveu-se o projeto de reabilitação e restauro da Casa e Capela da Quinta dos Sete Castelos encontrando-se em desenvolvimento o projeto de arquitetura.

No que respeita à Habitação desenvolveram-se ações e iniciativas na área da Construção, Manutenção, Requalificação e Gestão do Parque Habitacional Municipal, dos seus Espaços Públicos, Equipamentos e Espaços Comerciais.

Em 2018 entrou-se num novo ciclo com a pretensão de se avançar para a construção de novos conjuntos habitacionais no âmbito dos Novos Programas de Habitação Municipal.

Com o intuito de promover e apoiar a integração social nas novas realidades urbanas foram realizadas, em 2018, 1.486 reparações no Parque Habitacional em fogos ocupados, das quais 327 ainda estão em curso. Relativamente à reparações de fogos devolutos para novas atribuições, deram entrada pedidos de intervenção para 88 fogos.

Foram realizadas intervenções no Parque Habitacional Municipal para adaptação de WC's para Pessoas com Mobilidade Condicionada, totalizando até ao momento 124 adaptações.

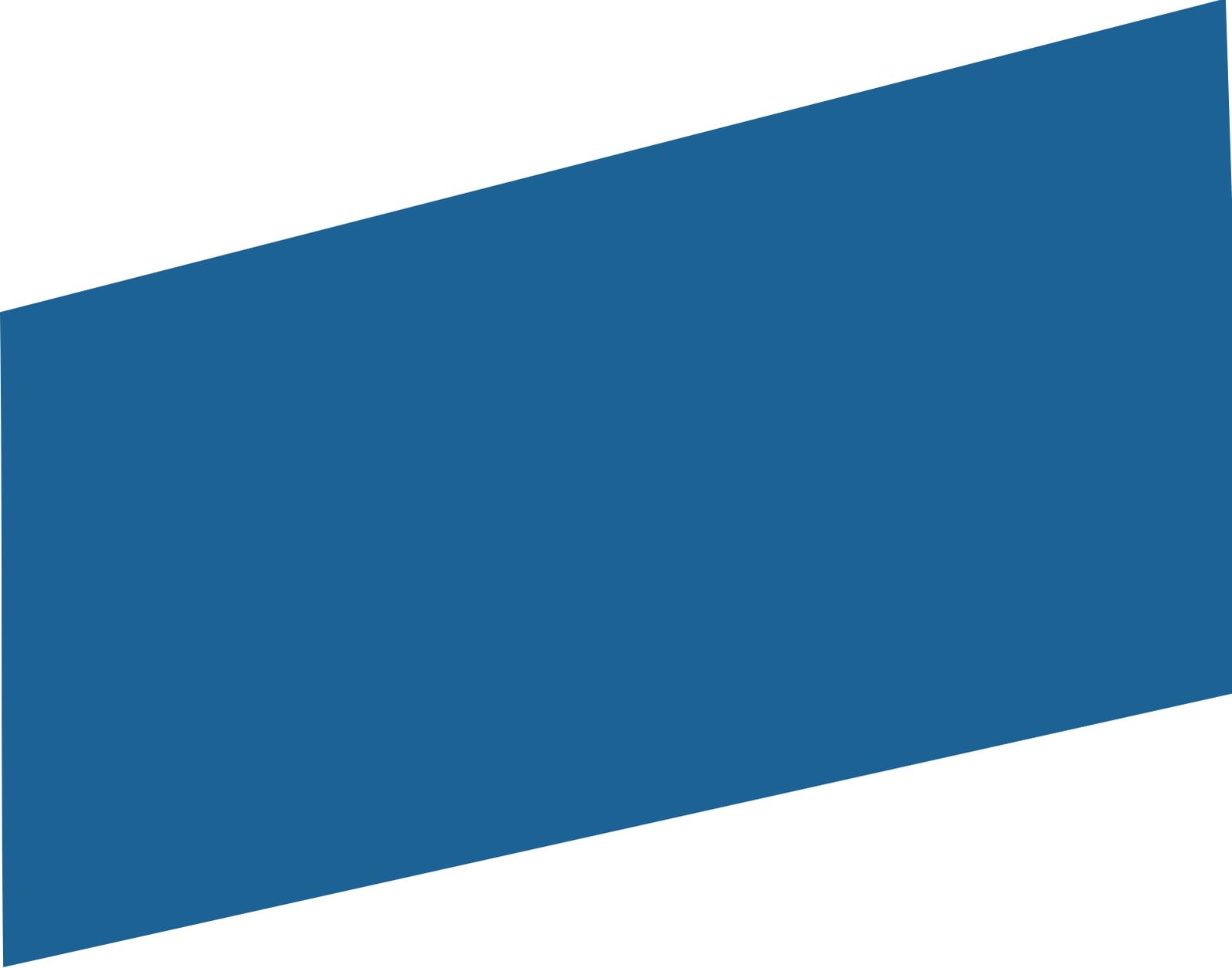
No domínio da manutenção e requalificação exterior dos edifícios do parque habitacional municipal, ficou concluída a reabilitação das fachadas de 10 edifícios no Bairro da Quinta da Politeira – 2^a Fase. Ainda no âmbito das ações desenvolvidas nos bairros municipais foi concluído o projeto de requalificação da Creche do Pombal.

Ao nível dos espaços exteriores, salienta-se a conclusão dos projetos da 2^a e 3^a fase da requalificação do espaço público do Bairro dos Navegadores, a conclusão dos projetos de iluminação e de reabilitação do Parque Urbano Quinta da Politeira, 3^a fase, bem como a conclusão do projeto de reabilitação da margem da ribeira do Bairro de S. Marçal.

Foi lançado o concurso público para requalificação e valorização do espaço público no Bairro do Pátio dos Cavaleiros que inclui a execução de um Parque Infantil. A obra teve início dia 15 de outubro de 2018 e tem uma duração de cerca de 6 meses, prevendo-se a conclusão em maio de 2019. Todos os projetos de arranjos exteriores em bairros municipais foram candidatados ao Programa Financiamento Europeu - Portugal 2020.

Relativamente aos Novos Programas de Habitação Municipal, destaca-se revisão externa preliminar concluída com vista ao Lançamento de concurso público para a construção de 27 fogos referentes ao Empreendimento Habitacional da Quinta das Acácias, lançamento de concurso público para a construção de 12 fogos no Empreendimento Habitacional da Quinta dos Aciprestes e lançamento de concurso Público para a construção de 16 fogos no Empreendimento Habitacional do Parque da Junça.

No que diz respeito aos projetos de Habitação para Jovens foi feita a atribuição de 10 casas nos centros históricos.



Qualidade de Vida e Ambiente Sustentável



Resolver as necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras é a melhor definição de Desenvolvimento Sustentável, conceito que hoje é reconhecido como a base de desenvolvimento de todas as políticas, públicas ou privadas. Efetivamente um dos grandes desafios que se coloca ao cidadão e à administração consiste na preservação do ambiente, sendo cada vez mais assumida a necessidade de salvaguarda da equidade entre gerações, assente num modelo de desenvolvimento sustentável.

Em matéria de recolha seletiva e valorização de resíduos, Oeiras tem apostado na consolidação de uma estratégia de requalificação do espaço público urbano através da implementação de equipamentos subterrâneos para a deposição seletiva de resíduos e do reforço dos equipamentos apostando, simultaneamente, em campanhas de promoção e sensibilização ambiental.

Em 2018 foram recolhidas 3.828,38t de resíduos verdes, 2.284,02t de monos e 4.697,02t de resíduos provenientes da limpeza urbana, que inclui a varredura manual e mecânica, a limpeza de papeleiras e sarjetas e as desmatações. No que respeita a esta última tarefa, foi elaborado um procedimento externo que permitiu a deservagem parcial do concelho e subsequente aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Neste âmbito foram ainda definidos 3 circuitos para serem realizados por 3 veículos elétricos, complementares à limpeza urbana.

Na recolha de resíduos foram programados 9204 circuitos de recolha de resíduos urbanos (RU), tendo sido realizados 6398 circuitos de recolha de resíduos de indiferenciado e 2026 circuitos de recolha de resíduos de seletivo. Não foram realizados 780 circuitos de recolha de RU, devido à inexistência de recursos humanos e/ou viaturas em número suficiente. Nesta atividade verificou-se um acréscimo de 3,59% face a 2017, tendo-se recolhido um total de 68.879,72t (59.639,2t de indiferenciado; 3.786,2t de papel/cartão, 2.300,5t de embalagens, plásticos e metais; 2.378,7t de vidro e 775,3t de resíduos urbanos biodegradáveis). Estes valores refletem um aumento na produção de resíduos associados ao consumo por parte da população do município de Oeiras, com um valor médio de 394kg/habitante e uma Taxa de Recolha Seletiva de 13%.

Na área da limpeza urbana, e com o objetivo de garantir a higienização do espaço público, deu-se continuidade à prestação dos serviços de varredura mecânica, com a permanência de 3 varredouras em duplo turno durante a semana e 2 varredouras em duplo turno ao sábado. No que respeita à varredura manual, limpeza de papeleiras, sarjetas e recolha de monos e verdes, tarefas asseguradas pelos trabalhadores afetos às nove seções de limpeza urbana, registou-se um acréscimo de 2.847,18t de resíduos produzidos face ao período homólogo.

Ao nível dos recursos humanos foi efetuado um reforço das equipas operacionais da limpeza urbana e da recolha com a entrada de 15 Assistentes Operacionais para a recolha e 38 para a limpeza urbana.

No que respeita à manutenção dos equipamentos de deposição de resíduos, realizaram-se 6.726 lavagens de equipamentos, com recurso a dois prestadores externos de serviços (4 lavagem/ano para o equipamento indiferenciado enterrado e de superfície). Foi ainda lançado um novo procedimento para incremento desta higienização que visa 6 lavagens/ano para equipamento indiferenciado e 2 lavagens/ano para o equipamento seletivo.

Procedeu-se, ainda, à requalificação de 50 pontos de recolha considerados críticos promovendo-se, nestes locais, a adequada deposição de resíduos urbanos, procurando diminuir a conspurcação das suas envolventes.

Com vista à dignificação de algumas zonas críticas devido às constantes deposições indevidas de resíduos verdes, foi elaborado de plano de instalação de paliçadas integradas e enquadradas nos pontos de deposição de resíduos urbanos.

No decorrer de 2018, o Município assegurou a recolha contratada com 127 grandes produtores em 200 pontos de recolha de RU, tendo obtido uma receita na ordem dos 526.936,78€.

Para dar resposta ao Decreto-Lei n.º 194/2009, deu-se continuidade à implementação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e de Segurança no trabalho de acordo com as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, tendo sido realizada em junho uma auditoria interna e em julho uma auditoria externa pela empresa APCER.

Foi ainda elaborado do Plano Estratégico de Higiene Urbana 2018-2025 que integra a definição da estratégia na área da recolha de resíduos. Este Plano propõe diversas medidas com principal destaque para a renovação dos equipamentos de deposição de resíduos, redefinição do plano de instalação de equipamento enterrado e semienterrado, renovação da frota de viaturas e incremento da recolha aos fins de semana. Esta última medida foi implementada no decurso de 2018 e permitiu um aumento de 12 circuitos ao fim de semana.

No âmbito do Plano da Água foi efetuada a monitorização dos sistemas de captação de água para rega dos espaços verdes bem como dos consumos de água para a rega do município, a gestão da parceria entre o Município e os SIMAS para recolha e análises qualitativa da água proveniente de captações e a monitorização do sistema de Gestão Centralizado de Rega.

Foram concluídos diversos trabalhos referentes à expansão da rede de espaços verdes municipais, nomeadamente o programa funcional para EJR Custódia Marques em Porto Salvo, o Rock garden da Avenida Copacabana de Oeiras, a requalificação junto à Igreja de Leião, a requalificação das rotundas da Cidade do Futebol e ampliação das Hortas do Moinho das Antas. Ainda neste contexto, encontram-se em curso as intervenções no Bosque Madiba, o enquadramento do lote do futuro edifício do Fórum Oeiras, a cortina arbórea do Cabanas Golf em Barcarena, a requalificação dos taludes da Avenida da República, a requalificação da lateral à Praia da Torre e a horta municipal da Quinta da Cartuxa. Foi ainda realizada a apreciação de projetos de espaços exteriores e urbanizações particulares, bem como a apreciação de projetos de outras unidades orgânicas e coordenação de projetos externos.

No que concerne a manutenção de espaços verdes municipais foram tratados 262ha. No que diz respeito à manutenção e gestão da rede de espaços de jogo e recreio e fitness municipais foram realizadas diversas ações de requalificação, manutenção preventiva, corretiva e substituição de pavimento de borracha em cerca de 76 espaços.

Relativamente à manutenção e gestão do património arbóreo do concelho de Oeiras por administração direta (plantações, podas, remoções, transplantes, rebaixamento de cepos, etc.), foram realizadas 31.827 intervenções, das quais se destacam as 132 plantações de árvores, a poda em 8.464 árvores e 270 palmeiras e limpeza de 5.822 caldeiras. Foram produzidas em viveiro 42.600 plantas.

No âmbito da gestão e produção da vinha e do vinho Villa Oeiras foram produzidos 28.500kg de uvas brancas que originaram a produção de 17.500lts

de vinho branco licoroso apto a Carcavelos. As vendas de vinho de Carcavelos Villa Oeiras apresentaram um crescimento de aproximadamente 27,5% face a 2017, tendo atingido o montante aproximado de 134.500€.

No âmbito do Programa de Educação Ambiental nas Escolas foram realizadas 535 atividades em articulação com 47 parceiros, tendo-se envolvido 18.024 alunos, professores e auxiliares de educação. Foram desenvolvidas 6 ações de esclarecimento sobre resíduos para 53 professores e assistentes operacionais e 9 ações sobre compostagem com o envolvimento de 230 alunos, 14 professores e auxiliares. No Programa Eco Escolas encontram-se inscritas 22 escolas, tendo-se realizado 16 reuniões do Conselho Eco Escolas e foi prestado apoio ao transporte de 27 alunos de 3 escolas no âmbito do evento do Dia das Bandeiras Verdes.

No que respeita a comemoração de dias temáticos relacionados com o meio ambiente, foi marcada presença em vários eventos, nomeadamente no Dia do Animal (Twist Animais), na Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (Teatro "A Menina que colecionava lixo"), no Dia da Floresta (Plantações), no Dia da Terra (Peddy Paper LPN) e no Dia Mundial do Ambiente (Recycling Party com a presença de 500 participantes). Realizou-se a Exposição Casa Mais Eficiente em 3 escolas do 2.º ciclo, 3.º ciclo e ensino secundário. Foi apoiada a participação de 162 alunos de 6 escolas nos eventos Greenfest.

Relativamente ao projeto Jovens em Movimento (JM), foram constituídas de 108 equipas, tendo estado 21 em simultâneo, organizadas em 7 turnos quinzenais, o que envolveu 546 jovens e 35 monitores em ações de limpeza e manutenção de ruas, praias e jardins. Neste contexto, foram recolhidas 340t de resíduos, distribuídos 5.813 comunicados porta-a-porta com informação sobre resíduos e espaços verdes e 5.448 materiais de promoção de boas práticas ambientais (eco-cinzeiros).

No que concerne o projeto Bairro Feliz, foram realizadas atividades em 4 bairros municipais (Outurela, Portela, Navegadores e Barrinhos) durante 10 meses, envolvendo 32 jovens e 6 monitores.

Procedeu-se à dinamização de 27 ações nas escolas EB Pedro Álvares Cabral, EB Sophia de Mello Breyner e EB Amélia Vieira Luís, com um total de 541 alunos, tendo sido recolhidas 51t de resíduos. Foi elaborada a Etiqueta Energética das escolas EB Pedro Álvares Cabral e EB Amélia Vieira Luís, onde foram realizadas 3 campanhas de limpeza nas escolas com os alunos, contabilizando-se um total de 111 participantes e a recolha de cerca de 237,5kg. Neste âmbito foram também realizadas duas ações de sensibilização ambiental. Levou-se a efeito workshop de sensibilização ambiental no Bairro Páteo dos Cavaleiros e Bairro dos Navegadores, com a presença de cerca de 90 moradores, bem como a visita de sensibilização ambiental a 14 estabelecimentos comerciais nos mesmos bairros, tendo ainda sido aplicado um questionário sobre boas práticas ambientais adotadas.

No âmbito da sensibilização/fiscalização das boas práticas de deposição de resíduos, foram realizadas por técnicos da área do Ambiente, Eco conselheiros e Polícia Municipal 374 ações presenciais em estabelecimentos comerciais em locais onde se verificam com frequência deposições indevidas. Realizamos a uma ação de sensibilização presencial na urbanização Quinta das Palmeiras em Oeiras, sobre boas práticas para a separação de resíduos domésticos, tendo como público-alvo moradores e comerciantes.

Dando continuidade ao projeto de compostagem doméstica foram entregues 211 recipientes em moradias com jardim, escolas e empresas, tendo sido

realizadas 9 ações de sensibilização em escolas, englobando 230 alunos e professores. Foi também efetuada a georreferenciação destes equipamentos.

Foram organizados 5 eventos para comemoração de dias ambientais temáticos, nomeadamente comemoração da Primavera/Dia Internacional das Florestas com ações de plantação de árvores e arbustos em espaços verdes municipais, com a colaboração de 121 alunos de escolas e instituições, a Festa Animal, no Jardim de Oeiras, o Dia da Terra com a realização de um Peddy Paper sobre Biodiversidade no Parque dos Poetas, no qual estiveram envolvidos 100 alunos de escolas de Paço de Arcos, o Dia da Biodiversidade, com a visita de uma turma de alunos de Queijas à sede da Liga de Proteção da Natureza e o Dia do Município Saudável com divulgação de mensagens de boas práticas ambientais.

No âmbito do Projeto Boas Práticas Ambientais nos Serviços Municipais, foi realizada a divulgação de dicas para a sustentabilidade e lançada uma campanha de deposição de beatas na intranet. Demos continuidade às campanhas relativas a resíduos e limpeza urbana, concretamente a campanha de comunicação Oeiras Limpa Depende de Todos Nós, no âmbito da qual foram realizadas ações de sensibilização através de folhetos e comunicados, a campanha Beatas são lixo, não deite no chão! através de Mupis, site, intranet e praias, assim como conselhos sobre a recolha de lixo no Natal e Ano Novo. O tema das beatas foi relançado no final do ano, com a campanha Cada Coisa no seu Lugar e o do Lixo Não é no Mar, da Associação Bandeira Azul da Europa, em parceria com a Tabaqueira, Município de Oeiras, Comboios de Portugal e Infraestruturas de Portugal. Esta iniciativa, visava sensibilizar a população para o lixo acumulado nos oceanos e de como este chega até lá. Para o efeito, a campanha contou com ações de rua, imprensa e redes sociais.

No ano de 2018 foi realizada a 9.^a campanha anual do Plano de Erradicação da Espécie Invasora *Xenopus Laevis*, no âmbito da qual, em parceria com o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), o CcE3c/FCUL Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o IGC (Instituto Gulbenkian de Ciência), foram capturados 18 espécimes adultos (6 na ribeira da Laje e 12 na ribeira de Barcarena). Procedeu-se igualmente à captura de indivíduos da espécie invasora “lagostim vermelho” presentes em alguns lagos dos jardins do município e que são uma ameaça ao equilíbrio do ecossistema aquático nomeadamente de anfíbios, insetos e plantas, tendo sido recolhidos 17 espécimes. A campanha foi suspensa por esta espécie ter entrado em época de hibernação. No ano em apreço, o município de Oeiras aderiu ao Projeto de Investigação Peixes Nativos, que tem por objetivo a monitorização científica de espécies ameaçadas de peixes nativos, por cientistas do ISPA, com o apoio do MARE e Águas do Tejo Atlântico, em três ribeiras de Oeiras: Jamor, Barcarena e Lage. Ainda neste contexto, contou-se com a participação de 3 escolas EB1 do município, com turmas do 4.º ano, (EB Antero Basalisa, EB S. Bruno e EB Rebelo de Andrade) num total de 80 participantes, realizando jogos pedagógicos sobre o tema e acompanhando a investigadora em saídas de campo, tornando-se biólogos por um dia.

Efetuamos o acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares das Praias da Torre, Santo Amaro, Paço de Arcos e Caxias. Foram dinamizados 48 ateliers de sensibilização ambiental nas praias com 662 participantes (grupos em ATL e famílias). Para além das iniciativas da autarquia, foram promovidos 20 dias de atividades, envolvendo cerca de 6000 participantes, por entidades parceiras nomeadamente a CP-Comboios, Águas do Tejo Atlântico, IPMA, ERP, ABAE, Fundação Vodafone e Lidl. Esta última esteve presente com o Projeto TransforMar, realizado na Praia de Santo Amaro

de Oeiras, no âmbito do qual foram dinamizadas ações de sensibilização ambiental focadas para separação e valorização de resíduos, redução de plástico nas praias e entrega deste tipo de resíduo no Plasticódromo.

A intervenção ao nível da limpeza do areal e dos equipamentos de deposição de RSU é assegurada ao longo de todo o ano, sendo recolhidas cerca de 55 a 60t de resíduos. Foi promovida a pintura dos dois túneis da Praia de Santo Amaro e uma lateral do túnel de Paço de Arcos, tendo-se ainda procedido à renovação da imagem dos painéis informativos existentes na primeira fase do passeio marítimo, os quais se encontravam bastante danificados e vandalizados.

Foi prestado apoio a diversos grupos que pretenderam realizar ações de limpeza das praias em regime de voluntariado e sensibilização sobre resíduos no mar, com disponibilização de sacos e serviço de recolha de resíduos, nas praias de Algés, Cruz Quebrada, Paço de Arcos, Caxias e Santo Amaro destacando-se um grupo de Colaboradores da CISCO, Escoteiros de Paço de Arcos, Rotaract Algés, WiZink, Grupo DXC Technology, alunos da Escola Secundária Quinta do Marquês, alunos, pais, professores e funcionários da Escola Secundária de Miraflores, Grupo Hall City, LPN e Pingo Doce, grupo do Centro de Dia de Caxias, grupo de voluntários em férias de natal. Foi apresentada a primeira candidatura de praias municipais ao Galardão Bandeira Azul, com as Praias da Torre e Santo Amaro, tendo também sido apresentadas candidaturas a outros galardões como a Qualidade de Ouro (Torre) ou Praia Saudável (Torre e Santo Amaro). Foi disponibilizado apoio ao Programa Praia Acessível na Praia de Santo Amaro em articulação com a área da Coesão Social.

No que respeita às hortas urbanas, foi feita a gestão de 4 conjuntos de hortas em Outurela, Cacilhas, Moinho das Antas e atribuição das hortas de Linda-a-Velha, com um total de 192 participantes e 7.650m² de área ocupada. No ano de 2018 procedeu-se à construção de novos talhões no Moinho das Antas e entrega dos espaços aos munícipes. Foi realizado 1 workshop aos hortelãos do município sobre o tema da agricultura biológica e implementação do novo Regulamento Municipal de Hortas Urbanas.

No ano transato, realizaram-se ações de limpeza e desassoreamento de linhas de água através de limpezas manuais e mecânicas da Rede Hidrográfica Municipal (RHM), com remoção de sedimentos acima da cota da água e respetiva desobstrução (remoção de sedimentos rochosos e lenhosos) e corte de vegetação invasora com predominância da Cana (*Arundo donax*). Neste contexto, realizaram-se limpezas manuais nas 5 bacias hidrográficas principais do Município de Oeiras ao longo de 13,5km e aproximadamente 500m de limpezas mecânicas. Na sequência destas intervenções, foi quantificada e georreferenciada o total da RHM com necessidade de desassoreamento (limpeza mecânica) para o triénio 2019-2021 num total de 11,1km tendo sido preparado o respetivo caderno de encargos para procedimento concursal para realização destas operações em regime de outsourcing. À semelhança do ocorrido relativamente à área total da RHM ocupada por vegetação invasora, foram identificados 82,5km com necessidades de intervenção. Foi ainda elaborada uma rede de monitorização para linhas de água e orla costeira em dias com condições atmosféricas adversas.

No âmbito da política animal, o Município de Oeiras apresentou candidaturas a financiamento da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e CCDR, relativamente ao Programa de Concessão de Incentivos Financeiros para a Construção e a Modernização de Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia (Despacho n.º 3321/2018). Fomos, no entanto, informados que nesta candidatura os equipamentos necessários a adquirir para equipar o

CROAMO não são elegíveis, sendo apenas financiadas obras de melhoria ou construção de instalações. Foi ainda apresentada candidatura a financiamento da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e CCDR, relativamente à Campanha para Apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia, como forma privilegiada de controlo da sua população.

Em termos de iniciativa, o Município marcou presença no Pet Festival, na FIL; foi dado apoio ao lançamento do livro Descãoplicar que ocorreu no Palácio dos Aciprestes; foi realizada a 1.ª Edição do Curso de Monitores de Treino Canino, Nível I, em Oeiras, iniciativa ministrada pela Associação PET B HAVIOR com o apoio do Município que teve como principal objetivo, a formação generalizada para iniciantes na área do treino de cães, sendo o estágio realizado sob supervisão dos formadores do curso no Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Oeiras (CROAMO) no âmbito do projeto de sociabilização e treino dos animais disponibilizados para adoção.

Em maio, realizou-se a 5.ª Edição da Feira Animal que contou com a participação de 185 expositores, à semelhança da comemoração do Dia do Animal, em outubro, no âmbito do qual se realizou a 5.ª Edição da Festa Animal com a participação de 160 entidades. Ocorreu ainda o 15.º Encontro de Boxers no Parque Canino de Oeiras.

Foi lançada a campanha Procuro Dono de Estimação com o intuito de promover a adoção de animais à guarda do Município. Neste contexto, foram adotados 36 cães e 612 gatos. Procedeu-se à Comemoração do Dia Mundial do Gato no Centro de Apoio Animal. No âmbito da parceria com a Animalife foram distribuídos, de forma gratuita, rações para animais a famílias carenciadas do Concelho.

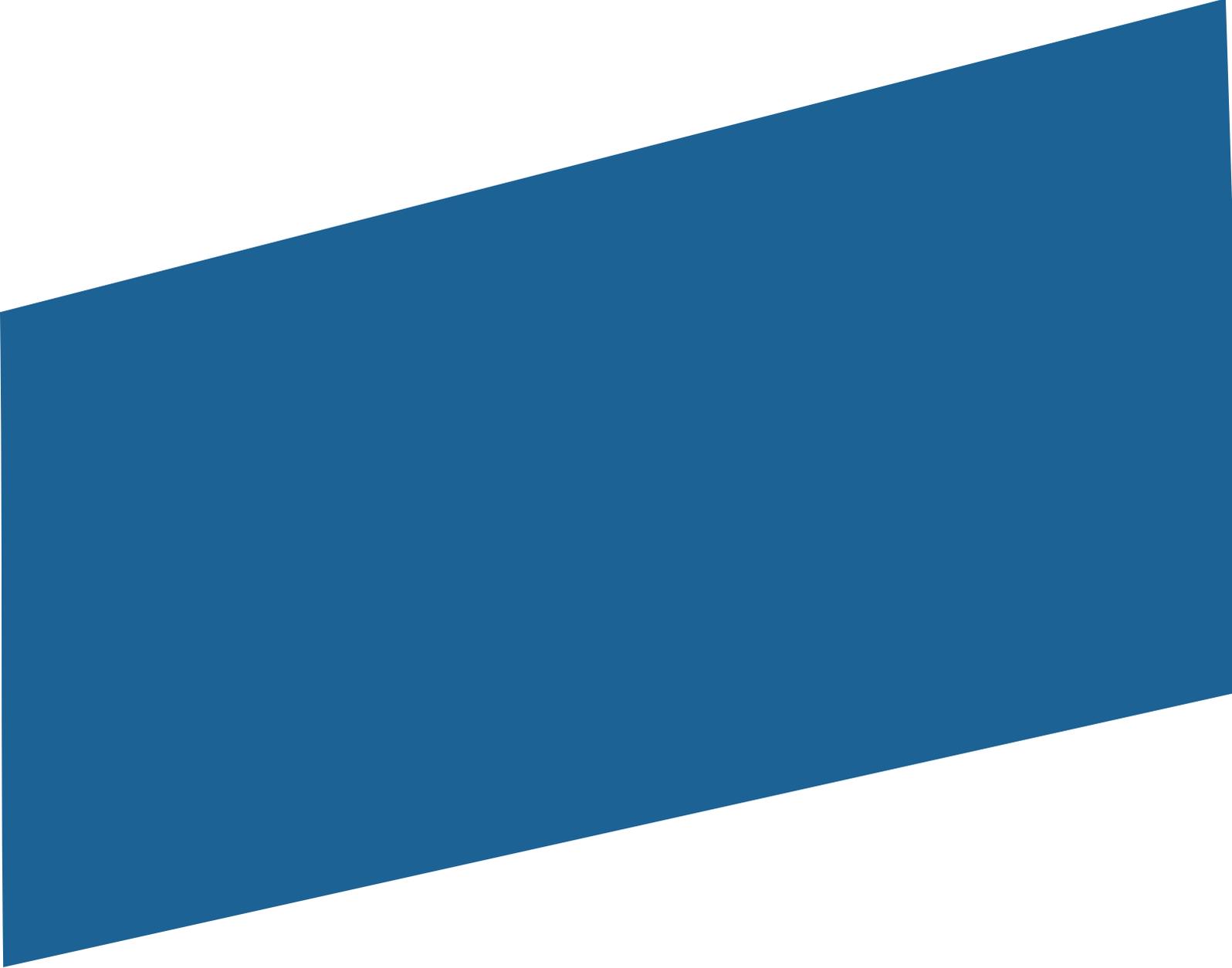
Relativamente ao Serviço Veterinário e de Saúde Pública foram desenvolvidas cerca de 20 vistorias de averiguação de situações de insalubridade e/ou bem-estar animal. Levou-se a cabo 9 ações no âmbito do Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos Retalho e 5 ações relativas ao Plano de Controlo de Alojamentos de Animais de Companhia. No que concerne ao Plano de Vigilância de resistência antimicrobiana foram realizadas 6 ações.

No âmbito do programa de Educação Ambiental Escolar, realizaram-se 28 visitas ao CROAMO no âmbito da sensibilização sobre a temática animal, as quais envolveram 166 alunos, 16 professores e 11 auxiliares. Ainda no espaço escolar, foram desencadeadas 34 ações relativas ao Plano de Aprovação e Controlo de Cantinas Escolares. Através de parcerias efetuadas, nomeadamente com a Direcção-geral de Reinserção e Serviços Prisionais e com a Ordem dos Médicos Veterinários foi possível, por um lado, fazer a integração de 7 trabalhadores comunitários e, por outro, entregar 81 cheques veterinários a municípios.

No âmbito da atividade nos Cemitérios Municipais, no Cemitério Municipal de Carnaxide realizaram-se, no ano 2018, 31 funerais, menos 5 em relação a 2017, e mais 1 em relação a 2016. Faturou-se um total de 65.916,02€. Relativamente ao Cemitério Municipal de Oeiras realizaram-se no ano de 2018, 485 funerais, menos 2 em relação a 2017, mais 50 em relação a 2016. Houve um total de 650 exumações marcadas, repartidas por 6 talhões diferentes, das quais 205 foram realmente exumadas. Faturou-se um total de 234.786,26€.

No campo de ação dos Mercados e Feiras Municipais realizaram-se 36 feiras de velharias e artesanato, com uma presença média superior a 130 artesãos, distribuídas pelos Jardins Municipais de Oeiras, Paço de Arcos e Algés. Esta última continua a ser referência nacional há mais de 30 anos, pela dinamização

dos aspetos socioculturais por via de artigos regionais, antiquários, ourivesaria e artesanato. Neste contexto, foi dada sequência à sensibilização e fiscalização das Feiras de Velharias, à implementação de sistema de pré-inscrição e pré pagamento dos espaços ocasionais, ao controlo e monitorização mensal de dívidas, à reorganização dos espaços existentes nas Feiras de Velharias e Artesanato de Algés (após obras) e de Paço de Arcos (dos espaços vagos), à revisão das plantas dos jardins de Paço de Arcos e Algés, à revisão dos regulamentos geral e específico para Feiras e Mercados Biológicos, à requalificação dos Mercados de Oeiras, Paço de Arcos, Linda-a-Velha e Tercena, à realização de hastas públicas e gestão de pedidos temporários de espaços para eventos.



Coesão Social



No domínio da Coesão Social, salientamos as vertentes da intervenção social, da promoção da saúde, do acesso ao emprego e à formação profissional, da gestão da habitação municipal, do desporto, da juventude e da promoção da segurança.

Durante o ano de 2018, destacamos, a elaboração do Plano Estratégico para a Inovação e Desenvolvimento Social e o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Inovação no Desporto que, articulados com os documentos de diagnóstico e planeamento, elencam as prioridades de atuação neste domínio, através da adoção de um novo paradigma de governação integrada.

Relativamente à intervenção social obtivemos, uma vez mais, a distinção "Autarquia Familiarmente Mais Responsável", atribuída pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, pelo trabalho desenvolvido em prol das famílias do Concelho. Foram deferidos 114 processos no âmbito do Fundo de Emergência Social, representando um apoio a 216 indivíduos e orçando em 75.260,00€.

Fizemos a comparticipação de 453.748,00€ em receitas, através da Medida de Comparticipação em Medicamentos. No ano de 2018, para além da manutenção deste importante apoio, foram iniciadas as diligências para o alargamento desta medida a munícipes com 55 ou mais anos em comprovada situação de carência económica (cuja implementação se prevê iniciar no primeiro semestre de 2019).

Quanto à consolidação do Projeto SOS Isolamento - Rede de Referenciação e Intervenção no Isolamento (RRII), dirigido à intervenção e acompanhamento de situações de isolamento sinalizadas pela comunidade, suportada no trabalho em rede, decorreu uma ação de rua, em vários locais do Concelho, de divulgação da medida junto da população.

Efetuamos a implementação de um projeto-piloto de alargamento do horário do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que se concretizou no apoio financeiro a quatro entidades locais com a resposta de SAD, para alargamento do horário, entre as 8 e as 20 horas, sete dias por semana, possibilitando o acesso dos utentes a estes serviços, visando, em 2019, equacionar os moldes de alargamento às demais entidades solidárias prestadores desta resposta local. Orçou, em 2018, em 32.000,00€.

Foram, ainda, concedidos diversos apoios financeiros às entidades de âmbito social, para a aquisição de viaturas e de equipamento na ordem dos 136.000,00€ e, em termos do apoio à manutenção de atividades, o apoio concedido a 53 entidades, totalizou 140.900,00€.

Realizamos a edição dos Encontros de Outubro com diversas atividades e de mais uma edição do tradicional Almoço de Natal dedicado à população idosa, que envolveu a participação de cerca de 1.000 munícipes com 65 ou mais anos.

No âmbito da promoção da Saúde, destaca-se a implementação do Serviço Médico em Casa (destinado a munícipes com 65 ou mais anos, beneficiários do RECM), que consiste num serviço de médico ao domicílio, gratuito, que funciona sete dias por semana, entre as 20:00 e as 8:00. Iniciou-se em Outubro de 2018 e, em Dezembro, contava já com cerca de 1.600 inscrições. Por outro, estão a ser tomadas as necessárias diligências para a implementação, em 2019, do recurso Quiosque da Saúde, que ficará sediado na zona da Outurela/ Carnaxide e permitirá disponibilizar uma nova resposta local na saúde focando-se na disponibilização de serviços de proximidade à população, sem substituir as estruturas oficiais do Serviço Nacional de Saúde.

Refira-se, ainda, a adesão do Município à Fast Track Cities, prevendo-se em 2019, a definição da parceria e da estratégia a implementar no Concelho para desenvolver respostas para combate ao HIV e Hepatite C e B.

Na área da Inserção Profissional e em estreita parceria com o Centro de Emprego de Cascais, durante o ano de 2018, foram negociados 2.622 ofertas de emprego.

No âmbito do Desporto, promovemos e generalizamos a prática de atividade física e desportiva, mediante o apoio a entidades e iniciativas que promovem a participação desportiva, a dinamização de programas e iniciativas de promoção de estilos de vida saudáveis e prática de atividade física.

Neste domínio, destaca-se o apoio ao associativismo desportivo, que no ano de 2018 foi o terceiro ano de implementação do regulamento de apoio ao associativismo desportivo de Oeiras (RAAD), que tem vindo cada vez mais a ser assimilado pelos clubes aumentando a eficiência do processo. De forma global, os apoios financeiros concedidos no âmbito do RAAD em 2018 totalizaram 1.187.060€. Quanto aos apoios não financeiros, foram concedidos 278 apoios logísticos (grades, som, transporte, etc.) a 52 entidades, entre os quais, 104 cedências autocarros.

No âmbito projetos e ações de promoção da atividade física e desportiva, regista-se a entrada em vigor do novo regulamento do programa de atividade física sénior, que alterou a sua designação de “Programa 55+” para “FitSénior” e viu o número de turmas aumentar de 52 para 54, tendo aberto aulas de hidroginástica em Algés, localidade onde não tinha turmas.

Ainda nas atividades regulares, foi mantido o programa de Ar Livre que abrangeu cerca de 1030 Participantes, tendo sido esgotadas muitas das inscrições disponíveis, nomeadamente nas atividades náuticas. No âmbito das iniciativas de promoção, onde se destacam as ações municipais de enceramento da Marginal, mas que incluem igualmente dezenas de eventos realizados em parceria com entidades externas, e que abrangem públicos muito diversos. Estima-se que estiveram envolvidos nestas ações mais de 66.000 participantes, sendo que as mesmas incluem desde atividades formativas, a projetos de intervenção, iniciativas regulares e pontuais, ao longo de todo ano. Repetindo a tendência de crescimento dos últimos anos, o 36ª Edição Troféu CMO Corrida das Localidades, obteve 5696 inscrito (4836 em 2017) e atingiu aproximadamente as 10.512 participações, numa média de 781 participantes por prova, num total de 12 provas, sendo abrangendo idades dos 6 aos 86 anos.

No que se refere à organização direta de eventos desportivos, destaca-se a forte participação na Marginal à Noite e Corrida do Tejo que esgotaram as inscrições disponíveis, num total de 17.500, sendo que no caso da Marginal à Noite, é o sétimo ano consecutivo que isso acontece. Merecem também destaque o Triatlo de Oeiras e a Travessia de Águas Abertas Bessone Basto que continuam a constituir-se como referência no panorama nacional das modalidades e também esgotar as inscrições disponíveis, 950 e 350 respetivamente. A concretização de todas as atividades incluídas nos vetores da promoção da atividade física e desportiva e organização de eventos representam um investimento municipal de aproximadamente 300.000€, sendo que representam apenas uma parte dos custos das atividades, que têm um grau de autofinanciamento elevado.

No que se refere às instalações desportivas municipais, foi realizada a atualização do estado de conservação e necessidades de intervenção nos

polidesportivos descobertos e mantido o apoio ao apetrechamento e manutenção dos equipamentos desportivos nas escolas.

Finalmente, de referir o Contrato Programa de compensação de preços sociais celebrado com a Oeiras Viva EM, que representa um investimento de 300.000€, e cujo objetivo é a comparticipação dos custos de atividade no sentido de reduzir o custo para ao utente e incentivar a sua utilização.

Relativamente à Habitação Municipal, realçamos que a nossa política é um elemento central das políticas de desenvolvimento do Concelho. Encontramos no território deste Concelho um espaço integrado mas policêntrico, com diversas zonas habitacionais, com naturezas distintas, origens diversas, mas integradas num todo na Polis.

Nos dias 25 junho e 17 dezembro de 2018, atribuímos 42 casas a novas famílias.

Na vertente da habitação social asseguramos 2730 atendimentos sociais, 2285 atendimentos do observatório e mais de 1.060 atendimentos diversos, garantindo mais de 1700 cálculos de rendas, 527 Visitas Domiciliárias que suportam a análise social necessária para avaliação tanto ao nível da gestão como dos pedidos de habitação registados no âmbito do Observatório e, ainda, 16 despejos / Ocupações não tituladas, após estarem esgotadas todas as hipóteses de negociação. Registamos 559 novos pedidos de Observatório, desenvolvemos 12 ações de intervenção Social junto da população, abarcando os mais diversos temas, tais como alimentação saudável, violência no namoro, violência doméstica e defesa pessoal, Sexualidade e vida íntima, Mostra de Talentos/competências, educação para a cidadania em articulação com a PSP, entre outras e distribuímos cabazes de Natal a 3.450 famílias.

O ano de 2018 na área da Juventude foi marcado pela criação da nova identidade do Município para os jovens, assente no slogan “Oeiras é para Ti”. Dentro deste novo conceito, foram criadas sub-identidades para aglutinar as várias atividades que o Município tem para os jovens: Oeiras é para Ti – Valorize-te; Oeiras é para Ti – Envolve-te; Oeiras é para Ti – Diverte-te; Oeiras é para Ti – Cuida-te.

Na área da Valorização, destaca-se o lançamento do Projeto Experimenta-te: Permitir ao jovem experimentar, aprender e apresentar-se em público, despertando a sua vocação, em áreas que não têm enquadramento no ensino tradicional. Na área do envolvimento, destaca-se, por um lado, o Apoio ao Associativismo em que o Município, para além do apoio logístico que prestou às várias associações juvenis, apoiou financeiramente os organismos juvenis para execução dos seus planos de atividades em 50.000€. E, por outro lado, a Receção ao Estudante, no sentido de criar um relacionamento efetivo entre o Município e os jovens que todos os anos chegam às instituições do ensino superior do Concelho, tendo sido realizado, um programa de receção, culminando numa Festa do Estudante. Na área do Diverte-te, destacam-se as alterações introduzidas no Programa “Mexer-te nas Férias” que, por um lado, aumentaram a oferta numa lógica descentralizada, chegando às zonas de Algés e Carnaxide pela primeira vez, e, por outro, com a introdução dos escalões de abono de família relativamente ao preço de inscrição, reforçando assim a equidade social do projeto.

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o Ministério da Administração Interna celebrou um Contrato Local de Segurança (CLS) com o Município, sob o pressuposto que a intervenção precoce em contextos de risco tem uma

importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis.

O objetivo geral do CLS de Oeiras é a redução de vulnerabilidades sociais, a prevenção da delinquência juvenil e a eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nos territórios de intervenção - empreendimentos municipais da zona da Outurela e Bairro dos Navegadores.

Em Março de 2018 foi apresentado o Plano de Ação do CLS de Oeiras, que integra 9 eixos estratégicos de intervenção. A concretização das medidas e ações de cada um dos Eixos é assegurada por um vasto leque de parceiros internos (Município) e externos, nomeadamente, Organismos da administração central Autarquia e Entidades locais.

Durante o ano de 2018 iniciaram-se, no âmbito do plano de ação do CLS de Oeiras, os projetos “Novos Horizontes no Bairro dos Navegadores” - Orquestra de Câmara Portuguesa (Navegadores); “Pais Felizes, Crianças Felizes” – Aldeias de Crianças SOS (Navegadores); “Aprender em Círculo” – Florescer – Associação de Educação Global (Navegadores); “Ponto por Ponto” - Associação Moda Africana em Lisboa (Outurela); “De Dentro para Fora” – Assomada – Associação de Solidariedade Social (Outurela) e projetos de intervenção social através do desporto, nomeadamente, o programa “1ª Braçada” (acompanhamento presencial das aulas) e o programa “Desporto com Valores” (andebol, atletismo, karaté e futebol) (Navegadores e Outurela).

Líder na Educação



Se há uns anos queríamos ter as melhores escolas, agora queremos ter a melhor Educação.

Com esse grande objetivo, desenvolvemos um programa com novas políticas educativas que pretende ligar em rede todo o potencial do concelho e disponibilizar os meios e as condições para que a inovação organizacional e pedagógica se afirme. Para que tal seja possível, sabemos que tudo passa por uma cumplicidade solidária total entre os docentes, as famílias, os alunos, as organizações sociais, culturais e desportivas de Oeiras. Temos um programa ambicioso e abrangente que atende simultaneamente às três grandes esferas de influência na vida das crianças e dos jovens: a escola, a família e a comunidade.

Em 2018, a dotação financeira para a área da Educação espelhou a prioridade estratégica concedida a esta área - 8.146.038,00€ - o que representou um crescimento de cerca de 10% relativamente a 2017. Até ao final de 2018 alcançou-se 80% dos compromissos e destes foi possível atingir 88% de realização.

Por força do Contrato n.º 558/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 145 – 28/07/2015, o Município assumiu (desde 1 de janeiro de 2016) a gestão centralizada das verbas para os Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada.

Ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competências, em 2018 foi transferido o valor de 2.265.905,90€ para os agrupamentos de escolas e para a Escola Secundária Quinta do Marquês, o qual foi desdobrado em despesas de funcionamento, intervenções de manutenção/conservação no valor de 1.781.523,83€, ação social escolar e outros projetos no valor de 484.382,07€ e por fim o valor de 8.455.731,75€ relativo ao orçamento de pessoal/recursos humanos afetos às escolas.

Foi atribuído o subsídio relativo ao ano económico de 2018, no valor de 349.428,60€, relativo ao apoio ao funcionamento das escolas do concelho, prosseguindo o apoio regularmente prestado às escolas, quer na vertente da gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos, quer na do desenvolvimento do projeto educativo que contempla atividades sociais, culturais, desportivas, recreativas e educativas que visam o desenvolvimento integral dos alunos.

Também em 2018, nasceu o Programa Oeiras Educa. Um programa educativo que pretende, através da criação de uma plataforma de marcação de atividades e de uma rede de transportes dedicada, incrementar a relação entre as escolas e o território, dinamizando uma grande diversidade de experiências de aprendizagem em 8 diferentes áreas do saber, planeadas em parceria com diversas entidades.

Em 2018, passamos a assegurar a oferta do programa de atividades de enriquecimento curricular para alunos do 1.º ciclo do ensino básico (CEB) em todas as escolas do concelho, através do estabelecimento de acordos de parceria com os agrupamentos de escolas, associações de pais e encarregados de educação e instituições particulares de solidariedade social. Este Programa funciona ao abrigo da candidatura ao financiamento da Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), que financiou as AEC em 539.410,90€, tendo o município, fruto de uma reestruturação dessas atividades, participado em 404.447,62€.

O desenvolvimento de projetos na área da Educação continuou a merecer especial destaque em 2018. Destaca-se o Projeto Mochila Leve, de iniciativa municipal e que abrangeu 30 turmas, num total de 716 alunos do 1.º CEB. O financiamento total foi de 130.415,02€, o qual teve como objetivo a aquisição de material didático, tablets e desenvolvimento de ações de formação contínua para os docentes que integram o projeto. Foi concedido o valor de 18.950,00€ para o projeto Folkzitas que abrangeu 14 jardins-de-infância do Município, 45 turmas e educadores de pré-escolar, num total de cerca de 1139 crianças.

A área de Inovação e Tecnologias de Informação e Comunicação, neste período, deu suporte à vertente tecnológica do programa Mochila Leve, através da instalação de equipamentos de comunicações wireless e instalação de rede passiva (cablagem) em algumas salas de aulas do 1.º CEB envolvidas no programa (10 escolas, 27 salas).

Ainda no ano em destaque, iniciámos o projeto de coadjuvação na Expressão Musical o qual se desenrolou em parceria com a Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, em todas as turmas do 1.º e 2.º CEB das escolas do concelho e, nas turmas de 3.º e 4.º ano nos territórios TEIP, num investimento de 37.356,00€.

Neste período foi assegurado o encaminhamento e monitorização de cerca de 1462 pedidos de intervenção ao nível da conservação e manutenção corretiva das instalações das escolas da rede pública, em articulação com as unidades orgânicas da área do ambiente e das obras.

Relativamente ao Parque Escolar da responsabilidade do Município, destaca-se a realização de 10 grandes intervenções, designadamente requalificação global do interior do edifício e a requalificação global do espaço exterior da EB Narcisa Pereira; a instalação de monoblocos (10 salas) e criação de espaço de refeições para acolher a população escolar da EB Narcisa Pereira na EB Prof. Noronha Feio; a construção de polidesportivo exterior na EB Sophia de Mello Breyner; a demolição e reconstrução de 5 salas de aula no topo norte da EB Sylvania Philips; a correção da impermeabilização da cobertura do corpo central, pavimento e acústica do refeitório, recreio do JI e impermeabilização de terraço sobre o ginásio na EB Porto Salvo; a pintura interior e substituição do pavimento do polivalente na EB Visconde de Leceia; a pintura interior, insonorização e substituição do pavimento do polivalente na EB Sá de Miranda; a requalificação do edifício do Plano Centenário e requalificações diversas no recreio na EB Dionísio dos Santos; a reparação de pavimento no recreio do JI e melhoramentos diversos no interior e exterior da escola na EB Cesário Verde e a reabilitação do muro e pavimentos exteriores na EB Gomes Freire Andrade

Entre os meses de julho e outubro foram realizadas auditorias (87.945,00€) às instalações e equipamentos de 28 estabelecimentos de ensino de pré-escolar e 1.º ciclo da rede pública de forma a permitir apurar o investimento global necessário no edificado. Os relatórios elaborados foram analisados por uma equipa multidisciplinar de diferentes unidades orgânicas.

Foi ainda atribuído o valor total de 34.243,81€ a agrupamentos para a realização de pequenas obras, designadamente no agrupamento de Miraflores (10.356,60€) para a construção de toldo no JI Alto de Algés; agrupamento Carnaxide (23.887,21€) para a construção de telheiro de ligação na EB Sylvania Philips.

No ano de 2018, o Município iniciou a renovação do mobiliário escolar com a aquisição de mesas individuais e cadeiras de aluno e secretárias de professor. Foram adquiridas 3510 mesas de aluno individuais, 135 mesas de professor para

o 1.º ciclo e de mais 300 mesas individuais de aluno e 3720 cadeiras para o 3.º ciclo, o que representou um investimento global de 333.821,02€.

No âmbito do PEREE (Plano Estratégico para a Reabilitação do Edifício Escolar) temos trabalhado multidisciplinarmente com a área das Obras Municipais para planeamento das intervenções e definição das prioridades nos equipamentos da rede escolar nos próximos 3 a 4 anos. Dessa articulação resultou a definição de um plano de intervenções que deverá ainda ser alvo de ajustes após a análise de dados e indicadores recolhidos com recurso a diagnósticos rigorosos que apontem os eixos prioritários da política educativa municipal e que sustentem as decisões a tomar.

No domínio da ação social escolar, merece particular destaque a aprovação do Regulamento Municipal de Auxílios Económicos que estabelece, enquadra e uniformiza os critérios, as condições de acesso e de atribuição dos apoios municipais para as crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos do ensino básico, secundário e profissional, previstos no âmbito da ação social escolar e dos transportes escolares. Os apoios contemplados pela Ação Social Escolar visam a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de forma a que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória de 12 anos. Neste âmbito, define-se que os alunos do ensino básico e secundário que preencham os critérios de atribuição de subsídio de transporte escolar, beneficiarão do pagamento de 100% do valor do título de transporte, que as EB alvo da intervenção do Contrato Local de Segurança beneficiarão de refeições gratuitas e ainda que os apoios para a utilização de transporte público abrangerão toda a oferta formativa da rede pública (incluindo ensino artístico) e ainda os cursos profissionais das escolas privadas.

Relativamente às verbas despendidas em matérias de apoio social escolar foram aplicados 376.740,05€ na atribuição de subsídios de transporte escolar que beneficiaram 1176 alunos nas suas deslocações para escolas dentro e fora do concelho. Foram também aplicados 71.580,00€ em material escolar e visitas de estudo para 2861 alunos carenciados do 1.º CEB e do pré-escolar.

A preocupação com as condições de vida dos alunos estendeu-se ao ensino superior tendo-se triplicado o número de bolsas de estudo que são, agora, em número de 90 e nas quais são aplicados 130.500,00€. Foi aprovado o Regulamento Municipal de Atribuição das Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior residentes no Concelho de Oeiras que vem alargar as condições de acesso às mesmas, passando a abranger os estudantes de mestrado e os estudantes com autorização de residência permanente e comprovada no concelho, para além de candidatos com nacionalidade portuguesa.

Manteve-se a monitorização da plataforma de Gestão de Refeições na qual estão inscritas 6000 crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo, de todas as escolas dos 10 agrupamentos de escolas do concelho.

Nas 27 unidades de refeitórios escolares sob gestão municipal foram servidas 906.302 refeições a crianças e alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo. No âmbito da monitorização do funcionamento do serviço de fornecimento de refeições realizaram-se 303 visitas de acompanhamento, 45 inspeções e foram recebidas e tratadas 79 reclamações correspondendo a 0,009% das refeições servidas no ano de 2018.

Foram também realizadas 44 auditorias relativas à higiene e segurança alimentar nos 27 refeitórios sob gestão municipal e nos restantes refeitórios das

escolas públicas do concelho, incluindo o refeitório sob gestão da APEE da EB Jorge Mineiro. A preocupação com as condições de confeção e de fornecimento das refeições estendeu-se às 46 escolas da rede pública que passaram a ser alvo de ações de auditoria, ainda que o contrato de fornecimento de refeições seja promovido pelo Ministério da Educação.

Asseguramos, neste período, o encaminhamento e monitorização de cerca de 213 pedidos de intervenção ao nível da conservação e manutenção corretiva dos 27 refeitórios das escolas da rede pública, em articulação com as unidades orgânicas das áreas do ambiente e das obras.

No ano em referência, entraram em vigor os protocolos de colaboração com as associações de pais e encarregados de educação das EB Manuel Beça Múrias (AE de S. Julião da Barra), EB António Rebelo de Andrade (AE de Conde de Oeiras), JI Roberto Ivens (AE Santa Catarina), CERCIOEIRAS e Associação Ajuda de Mãe que regulam o funcionamento das atividades de animação e de apoio família para as crianças do pré-escolar nesses estabelecimentos.

No âmbito da gestão da rede, designadamente no âmbito da gestão do processo de matrículas, foi disponibilizado o Guia de Matrícula 2018 – Como Matricular o seu educando numa Escola da Rede Pública que informa sobre o ingresso na educação pré-escolar e sobre os anos iniciais de ciclo, atendendo ao alargamento das competências do Município e da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano de escolaridade. O Guia foi disponibilizado através no portal institucional, no Portal da Educação, sites das Escolas e página institucional do Facebook.

A manutenção do Portal e a reedição do Guia de Matrículas espelham a nossa determinação em privilegiar a facilidade no acesso à informação e a autonomia dos utilizadores, apostando-se na melhoria da resposta às necessidades das crianças e jovens que frequentam as nossas escolas.

No que diz respeito à gestão da rede escolar, foi assegurada a centralização do processo de gestão de matrículas em estreita articulação com todos os agrupamentos de escolas. Foram tratados 18.773 pedidos de matrícula nos anos iniciais de ciclo (pré-escolar, 1.º, 5.º e 7.º anos do ensino básico e 10.º ano do ensino secundário). Entre agosto e dezembro foram ainda tratados cerca de 300 pedidos de vaga de anos intermédios de ciclo, num trabalho conjunto e em rede com todos os agrupamentos de escolas e com a DGEstE.

Foram ainda respondidos cerca de 724 pedidos de esclarecimentos apresentados por encarregados de educação para além do atendimento telefónico e presencial na área da Educação.

Foi dada continuidade ao desenvolvimento do Projeto Orquestra Geração, desenvolvido no 1.º e 2.º ciclos do Agrupamento de Escolas Carnaxide-Portela, estando este estruturado e distribuído por 4 níveis de aprendizagem, com 62 alunos participantes. Iniciou-se o Projeto Orquestra dos Afetos, direcionado aos alunos do pré-escolar e que se encontra a decorrer no JI Amélia Vieira Luís e no JI Tomás Ribeiro, para as 150 crianças que frequentam os dois equipamentos de infância. Foi dada continuidade ao Projeto MUS-E na EB Pedro Álvares Cabral (AE Aquilino Ribeiro) através de uma participação no montante de 20.000,00€, e aos Programas de competências Nino e Nina e Crescer a Brincar (participação no montante de 14.475,00€), que visam a redução dos fatores de risco nas crianças.

No ano letivo 2018/19 deu-se início ao Protocolo de colaboração com a EPIS para a execução dos programas Geração de Sucesso – 1.º Ciclo e Mediadores

para o sucesso escolar nos AE/E Carnaxide-Portela e Aquilino Ribeiro. No 1.º ciclo foram realizadas 63 avaliações de Risco e 22 alunos ficaram em carteira de proximidade (acompanhamento individualizado); no 2.º ciclo foram efetuadas 43 avaliações e 29 ficaram em carteira de proximidade.

Através da área de gestão do Pessoal Não Docente foram acompanhados 725 auxiliares de ação educativa, assistentes técnicos e psicólogos que desempenham funções na rede pública.

Foi assegurada a participação em reuniões com órgãos de direção das escolas e efetuadas visitas de acompanhamento a 20 escolas da rede pública para apresentação desta área de gestão às Direções, coordenações escolares e PND.

Em 2018 foram admitidos 52 novos trabalhadores para a reposição de trabalhadores em falta nas escolas, por força de aposentações, rescisões, mobilidades e situações de doença.

Em articulação com a área da Promoção Social, foi elaborada análise e tratamento de dados sobre formação ministrada ao PND entre 2015 a 2018. No termo de 2018 apurou-se que, entre os anos de 2015 e 2018, 403 trabalhadores não docentes beneficiaram de 21 ações de formação que lhes foram exclusivamente dedicadas e resultaram do levantamento de necessidades em que participaram as direções dos AE/E e os próprios trabalhadores. As áreas de formação tratadas nesse triénio foram: Comunicação Interpessoal e Assertividade, Atendimento-Técnicas de Comunicação, Trabalho em Equipa, Gestão do Stress Profissional, Primeiros Socorros, Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Direitos e Deveres Laborais e Código do Direito Administrativo. Estas ações perfizeram um volume correspondente a 9.859 horas de formação.

Em 2018 revitalizou-se a organização dos Conselhos Municipais de Educação em Oeiras, tendo sido realizadas 2 sessões.



Atração Turística



Além da extensa linha de costa e da proximidade à Capital, Oeiras tem uma oferta diversificada de polos turísticos e empresariais, gastronomia e um vastíssimo património cultural associado eventos regulares. É um território único em Portugal, onde coabitam a excelência dos polos empresariais, os desportos náuticos, os espaços culturais animados com eventos, a autenticidade das áreas naturais, o cariz histórico dos palácios, fortes e jardins, aliados a uma grande acessibilidade e à arte de bem receber. Os novos parques também imprimem um carácter de tranquilidade e diversão a esta vila.

Foram identificados vários tipos de turismo em Oeiras, nomeadamente o turismo de negócios que, após anos de investimento, se podem agora divulgar para atrair a visita de público-alvo prestigiado.

A área do Turismo e Gestão de Eventos tem por missão assegurar o crescimento, a diversificação e a qualificação da atividade turística, dando particular atenção à realização de eventos como forma de atração e fidelização de visitantes e turistas.

Estando classificado como monumento nacional desde 1940, o Palácio Marquês de Pombal assume-se como cenário singular para realização de eventos, tornando-se num polo de atração turística e cultural incontornável.

Destaque neste contexto para iniciativas como o Há Prova em Oeiras, que se realizou em maio. De salientar que os jardins do Palácio Marquês de Pombal acolheram quatro concertos integrados nas Festas de Oeiras: Os Poetas, com Rodrigo Leão, Requiem “À Memória de Camões” de João Bomtempo, Alexander Search, com Salvador Sobral e Camané.

Ainda integrado nas Festas de Oeiras realizou-se a 1ª edição do Portugal Eco Rally, uma prova do calendário da FIA, que começou um novo capítulo na história das competições automobilísticas ao ser a primeira competição organizada exclusivamente com carros elétricos. O estacionamento da adega do Palácio Marquês de Pombal serviu de base para a prova e partida e chegada dos concorrentes, assim como posto de carregamento e parque fechado para as viaturas.

Outra iniciativa materializada no complexo do Palácio Marquês de Pombal foi a Festa da Vindima que se realizou em setembro, no Casal da Manteiga. A parte da manhã foi dedicada à vindima seguindo-se um almoço de comemoração do 110º aniversário da Região Demarcada do Vinho de Carcavelos e a entrega das medalhas do concurso Selezione del Sindaco ao Município de Oeiras, produtor do Vinho de Carcavelos "Villa Oeiras".

Já o Parque dos Poetas, o único museu ao ar livre de Portugal, evidenciou-se como espaço privilegiado de oferta cultural e turística.

Em março realce para a realização do Equinócio da Primavera, um evento original de celebração da palavra nas suas várias vertentes e que marcou o início da programação regular no Parque dos Poetas. Um dos pontos altos desta programação foi a realização do Ciclo de Masterclasses intitulado Pessoa convida Pessoas que decorreu no auditório do Templo da Poesia, nos meses de abril, maio e junho, e que trouxe a Oeiras nomes bem conhecidos da Cultura e da Comunicação como Carlos Vaz Marques, Ricardo Araújo Pereira, Clara Ferreira Alves, Paulo Cardoso, Pílar del Rio, Júlio Resende, Antonio Sáez Delgado e José Blanco, entre outros.

Em maio foi a vez de comemorar o Dia da Língua Portuguesa, também no Templo da Poesia, uma iniciativa cultural de celebração artística de diversos países lusófonos através da palavra falada, música, poesia e teatro.

O Parque dos Poetas e o Estádio Municipal Mário Wilson acolheram ainda, no mês de julho, as grandes lendas do Rock – Kiss, Megadeth e Scorpions - no evento Legends of Rock e a 11ª edição do Festival Panda, um grande evento infantil orientado para crianças entre os 3 e os 8 anos de idade, dedicado a toda a família.

Já em agosto foi a vez do festival Barrio Latino animar o anfiteatro do Parque dos Poetas, evento que contou com a presença de grandes nomes da música latina como António Carmona, Roko, Los del Rio (conhecidos mundialmente pelo tema “Macarena”) e Yuvisney Aguilar. Nos dois dias, Roy Pinatel e a orquestra latina La Bala marcaram também a sua presença, elevando o evento para um patamar internacional de qualidade artística e musical.

Também o Passeio Marítimo de Algés se tornou espaço privilegiado de acolhimento de grandes eventos nacionais e internacionais, sendo que no mês de julho Oeiras acolheu mais uma vez o NOS Alive, um dos maiores festivais de música da Europa. O cartaz teve como principais destaques os Pearl Jam, Arctic Monkeys, Queens of the Stone Age, Alice in Chains, The National, Orelha Negra, Miguel Araújo, entre outros, num conjunto de mais de 80 bandas e artistas. Esgotou mais uma vez a venda de bilhetes com a circulação de mais de 55 mil espectadores no recinto por dia.

A Comic Con Portugal, a maior convenção portuguesa dedicada ao entretenimento e cultura pop decorreu no Passeio Marítimo de Algés, entre 6 e 9 de setembro e trouxe a Oeiras muita animação e nomes sonantes da banda desenhada, cinema e televisão. Pelo novo recinto, construído de raiz, com 100.000 m², passaram 108.897 visitantes, o que corresponde a um aumento de

cerca de 10.000 pessoas, em relação à edição anterior. O novo conceito outdoor foi um sucesso, contando com inúmeras novidades no recinto, convidados especiais, videogames, a indústria do cinema e da televisão.

Também o Complexo Desportivo do Jamor foi palco de dois eventos que mereceram o apoio do Município, o Oeiras Valley Padel Masters, estreou-se em Oeiras no dia 23 de setembro. É um dos três maiores e mais importantes torneios do circuito mundial de padel, fazendo parte do circuito profissional da modalidade, o World Padel Tour.

A B2Run, o maior circuito de corridas corporative do mundo, realizou-se a 27 de setembro, pela primeira vez em Oeiras. O evento, destinado a empresas, pretende promover a atividade física, saúde e bem-estar no ambiente corporativo, ao aliar uma corrida ou caminhada de 5 Km, realizada ao redor de um grande estádio ou arena da cidade, a um ambiente de networking e convívio, com animação e música no local.

A não esquecer as iniciativas que marcam anualmente a atividade cultural e turística do município, designadamente a Arte equestre, música, dança e gastronomia foram algumas das propostas da 19ª edição da Festa do Cavalo de Porto Salvo, que decorreu nos dias 25, 26, 27 e 31 de maio e 1, 2 e 3 de junho. A Festa do Cavalo de Porto Salvo é um evento anual, organizado pela Associação Equestre de Porto Salvo com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras, que tem como objetivo estimular a prática do desporto equestre e proporcionar um espaço de convívio e competição, além de reavivar velhas tradições.

As Festas de Oeiras que assinalam a celebração do aniversário do município decorreram de 7 a 31 de junho de 2018. Foram vários os locais e muitas as atividades culturais, desportivas e de lazer que decorreram no concelho destinadas a todos os tipos de público. A música é um dos ex libris das festas de Oeiras e foram vários os concertos com entrada gratuita: Camané, Os Poetas, com Rodrigo Leão, Capicua, Requiem "À Memória de Camões " de João Bomtempo, Alexander Search, Tina Turner - The Ultimate Celebration by Sónia Costa, Resistência, Dama, Nelson Freitas, Mirri Lobo e Amigos, Anjos e Emanuel. O encerramento das festas ficou marcado por um espetáculo piromusical que decorreu na Marina de Oeiras.

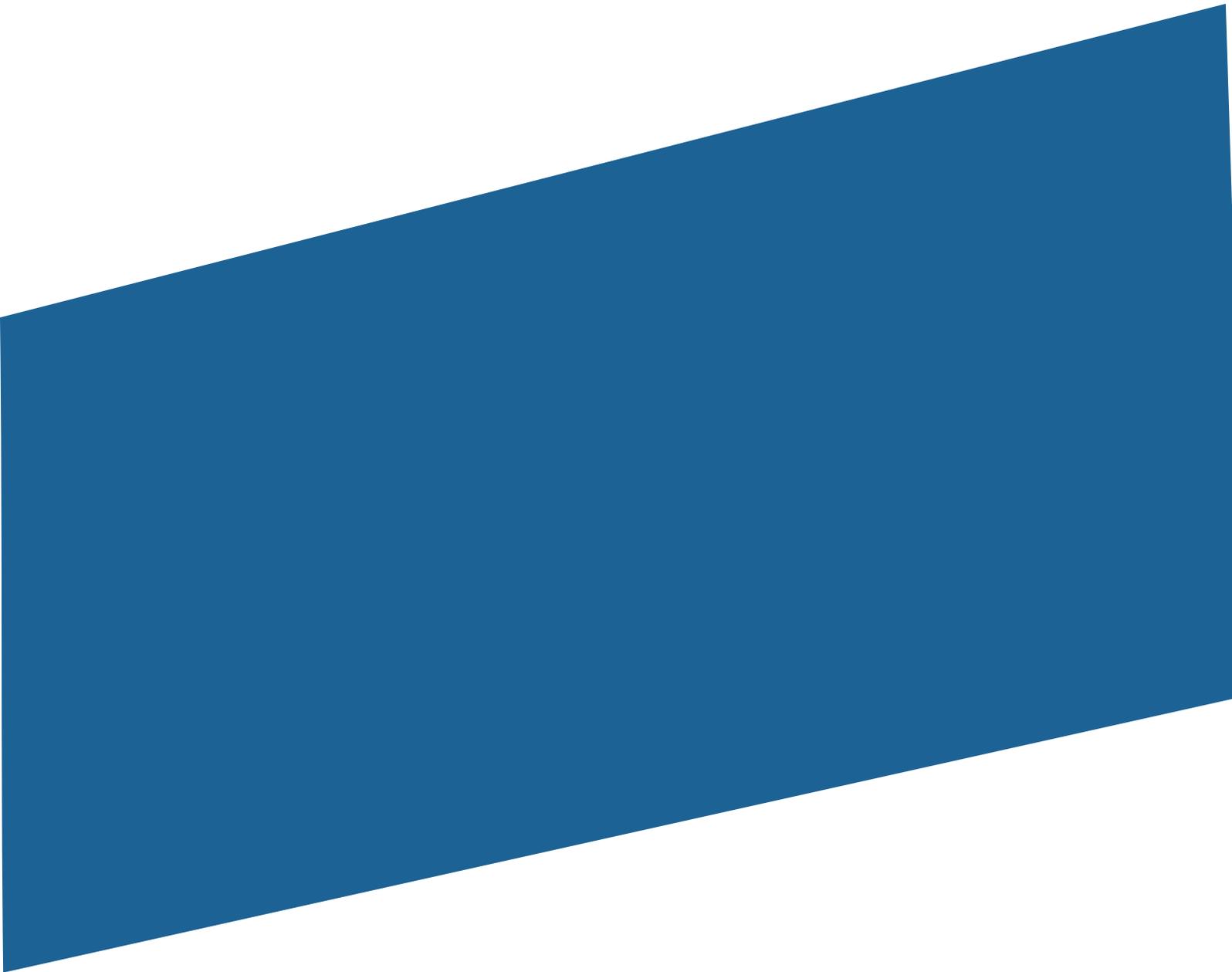
Enquadrado nas Festas de Oeiras destaque para a 3ª edição do MO – Festival de Marionetas de Oeiras, uma festa com espetáculos de marionetas de companhias profissionais nacionais de marionetas, do Norte e Sul do país, e ainda companhias internacionais. De acesso gratuito para toda a família, o MO

traz-nos diversos espetáculos de marionetas em diferentes técnicas: manipulação direta, de fios, de luva, teatro objetos e outros.

A realização da 32ª Mostra de Teatro Amador do Concelho de Oeiras, que evidencia a aposta do município no Teatro, expressa também no apoio às companhias residentes no concelho: Companhia de Actores, no Auditório Municipal Amélia Rey Colaço; Custom Circus, nos Nirvana Studios; Drama X, no Auditório Municipal Eunice Muñoz; Intervalo Grupo de Teatro, no Auditório Municipal Lourdes Norberto; Teatro Independente de Oeiras, no Auditório Novo Espaço.

De referir ainda a programação cultural dos Auditórios Municipais Eunice Muñoz, Maestro César Batalha e Ruy de Carvalho, que acolheram em 2018, entre outras iniciativas, o ciclo Vozes do Fado, o projeto musical Soam as Guitarras, a comemoração do Dia Internacional do Jazz e da Dança, os Clássicos em Oeiras, o ciclo Artes em Diálogo e as Masterclass de Cinema "Filmes que eu amo – Ano I" de Lauro António.

Cidade Cultural



A cultura é um pilar do desenvolvimento sustentável. Alimenta a criatividade e a inovação que geram novos empregos e novas empresas. Cria um sentimento de pertença reforçando a coesão da comunidade local. Promove a regeneração urbana em estreito diálogo com o legado patrimonial. Potencia o capital humano instalado promovendo uma cidadania ativa e construtiva.

Durante o ano de 2018, salientamos o evento CLIQUE 2.0 - FALAR, VER E FAZER FOTOGRAFIA enquanto uma iniciativa do trinta dias, roteiro cultural da Câmara Municipal de Oeiras, que desde 2014, tem trazido a Algés, fotógrafos nacionais e estrangeiros, para apresentarem o seu trabalho e conversarem com o público.

O Palácio do Marquês de Pombal e os seus Jardins, foram o cenário da 1ª Edição do Festival Oeiras 1700, sob o mote “Reviver o Palácio Marquês de Pombal como nunca o (ou)viu”, que decorreu nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2018. Este Festival, dedicado ao legado pombalino e ao seu impacte e influência no ADN da Comunidade Oeirense, foi programado em torno de Música do Século XVIII (sacra e profana), que serviu de atmosfera sonora para criação de uma experiência imersiva, designadamente, música portuguesa e música dos países nos quais Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal e Conde de Oeiras) exerceu funções diplomáticas.

Além de Música do Século XVIII (recitais instrumentais, orquestrais, de canto e ópera), foi desenvolvida uma programação paralela de animação de época, que incluiu declamação de poesia setecentista, oficinas de arte, danças antigas, palestras, degustação gastronómica e vínica (Confeitaria 1700).

Nesta primeira edição do Festival Oeiras 1700 houve uma adesão estimada de público de 3.500 participantes, que assistiram a um total de 20 Concertos de Música Antiga (erudita), dinamizados entre diversas Salas do Palácio, Capela e Jardins do Palácio do Marquês de Pombal, mas também na Capela de Santo Amaro de Oeiras e Igreja Matriz de Oeiras

As ideias transformadoras foram as protagonistas da 2.ª edição do Festival COGITO, realizada no dia 21 de abril no Centro de Congressos do Taguspark. Da ciência à sexualidade, passando pela aplicação dos drones, a biblioterapia, criatividade e inovação, entre outros temas, o objetivo foi cumprido: partilharam-se ideias, num evento dedicado à disseminação de ideias que pretendem mudar a vida quotidiana e melhorar o futuro próximo. O jornalista e Diretor de Informação da SIC, Ricardo Costa, garantiu o papel de apresentador e o humorista Nuno Markl realizou a “desconferência”.

O evento estruturou-se em torno de uma série de dois painéis com um total de oito palestras curtas e impactantes proferidas por oradores inspiradores e mobilizadores - Rita Fior (Fundação Champalimaud), Joana Lobo Antunes

(Instituto de Tecnologia Química e Biológica António), Arlindo Oliveira (Instituto Superior Técnico), Mónica Bettencourt Dias (Instituto Gulbenkian Ciência), Marta Crawford, André Moura (Pro-Drone), Octávio Mateus e Simão Mateus (Dino Parque da Lourinhã) e César Ferreira.

Pela segunda edição do COGITO passaram mais de 350 pessoas, que participaram na troca de ideias, mas não só. A par do palco onde decorreram as palestras, foram criados também os Espaços KIDS e LAB. Na Festa de Encerramento o Chapitô dinamizou o espetáculo “Penso Logo Existo” e concluiu o Festival COGITO – Primavera com uma coreografia de equilíbrios e acrobacias, de forças combinadas onde a música marcou o ritmo.

No Palácio Anjos promovemos as sessões de José Carlos Carvalho - 28 fevereiro; John Gallo - 14 abril e Vera Marmelo - 24 maio.

Nas instalações do Centro de Estudos Arqueológicos procedeu-se à preparação (lavagem, marcação e arquivo), de cerca de 1.000 peças recolhidas nas campanhas de escavações arqueológicas realizadas em 2017 e 2018 em edifício da rua Marquês de Pombal n.º. 5 a 7, em Oeiras (projecto de Habitação Jovem do DHRU/DPE/GTL de Oeiras).

Prosseguiu ininterruptamente o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação e de divulgação, de que se destaca a série Estudos Arqueológicos de Oeiras. Deu-se continuidade à produção de animação digital relativa à reconstituição das atividades quotidianas desenvolvidas no povoado pré-histórico de Leceia.

Foi realizada pela Universidade de Waikato da Nova Zelândia, uma datação de radiocarbono, de amostra do povoado pré-histórico de Leceia no âmbito do seu estudo e publicação nos Estudos Arqueológicos de Oeiras.

Por ocasião da comemoração do XXX aniversário do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (1988-2018) teve lugar a apresentação do volume 24 dos Estudos Arqueológicos de Oeiras, com a publicação de artigos de comunicantes do I Colóquio Internacional “História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia”, realizado na Fábrica da Pólvora de Barcarena em Maio de 2017.

Manteve-se a permuta dos Estudos Arqueológicos de Oeiras com 112 publicações periódicas nacionais e internacionais, de carácter arqueológico, sendo estas últimas oriundas da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco e Polónia.

As Bibliotecas Municipais têm um papel fundamental no contexto das políticas de desenvolvimento social e cultural do município, através de uma oferta

diversificada de serviços e iniciativas para diferentes públicos com o objetivo da promoção do livro, da leitura e das literacias. Neste alinhamento, deu-se continuidade ao ciclo de conferências “Livros Proibidos” (terminou em janeiro) e iniciou-se um novo projeto - “Geração Espontânea”. O primeiro apela à reflexão sobre um dos temas mais transversais da história do pensamento, do livro e da leitura: a censura, e o segundo ser um ponto de encontro entre os novos autores de língua portuguesa e o seu público, de onde se destacam a organização de 8 conferências que registaram cerca de 350 participantes.

Manteve-se a aposta na formação na área da promoção da leitura e da literacia digital, cuja programação regular atingiu 542 ações e 15.251 participantes: as ações referentes à literacia digital, contou com 12 ações e 184 participantes, e os programas de extensão bibliotecária e cultural, em parceria com diversas instituições, para iniciativas fora de portas contou com 26 ações em que se registou uma adesão de 3.068 participantes.

Um dos projetos mais antigos de promoção da leitura para o público adulto, Grupo de Leitores, manteve a dinâmica através da realização de 42 sessões, em que foram abordados mais de 20 livros, e onde se registaram cerca de 350 participantes.

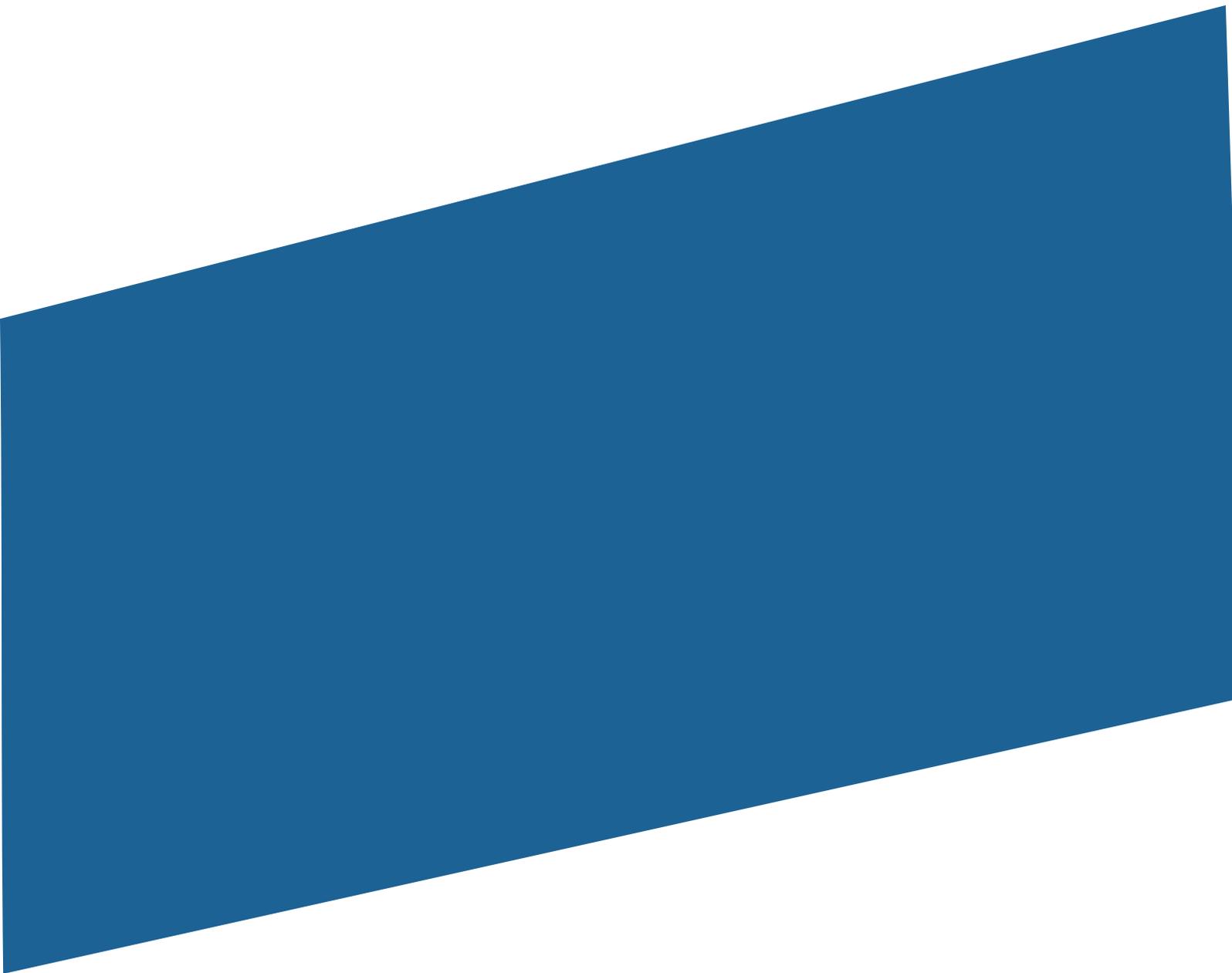
De salientar que estas sessões contaram com a presença de alguns autores, nomeadamente Rosa Montero, com “A Louca da Casa”, que recebeu o Prémio Grinzane Cavour de literatura estrangeira e o Prémio Qué Leer para o melhor livro espanhol e João Pinto Coelho, um escritor que em outubro de 2017, foi o vencedor do Prémio LeYa, com a sua obra "Os Loucos da Rua Mazur".

Durante os meses de julho, agosto e de dia 1 a 9 de setembro, assegurou-se o serviço de Biblioteca de Praia, instalado na praia de Paço d’Arcos, aproveitando a sua localização privilegiada, onde se registaram 2.138 empréstimos de livros, jornais, revistas e jogos. Como forma de promoção deste serviço, realizaram-se 58 atividades com 2.913 participantes.

Esta área de intervenção assumiu a programação de alguns dos Equipamentos Culturais do Município, nomeadamente o Palácio Anjos, o Centro Cultural Palácio do Egípto, a Livraria Galeria Municipal Verney e a Galeria do Palácio Ribamar que são já referências culturais a nível de programação expositiva, com públicos fidelizados e oferta diversificada. Ao todo foram 18 exposições que reuniram formas de expressão artísticas tão distintas e complementares como a pintura, a escultura, a cerâmica e artesanato. Neste contexto importa realçar a consolidação do Serviço Educativo dos vários equipamentos culturais cuja programação pretende aproximar a oferta da produção artística e cultural da potencial procura da comunidade.



Concelho Seguro



A Polícia Municipal é um serviço municipal especialmente vocacionado para o exercício de funções de polícia administrativa dos respetivos municípios, prioritariamente nos domínios da fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais, das normas de âmbito nacional ou regional, cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao município, e das decisões das autoridades municipais, relativas ao urbanismo, à construção, à defesa e proteção da natureza e do ambiente, bem como ao estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, entre outros.

Exerce também funções em matéria de segurança, basicamente funções de vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, sempre em coordenação com as forças de segurança, e guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, dado o seu efeito dissuasor sobre a prática de incivilidades e factos que consubstanciam a prática de contraordenações e crimes (atos de vandalismo), fatores geradores de insegurança.

No tocante aos índices de criminalidade e insegurança do concelho, esta Polícia tem tido uma atitude ativa, nomeadamente, a comunicação imediata de factos à PSP que consubstanciam a prática de crimes, uma acentuada colaboração e articulação no policiamento e o aumento da visibilidade de Agentes policiais vocacionadas para a segurança das pessoas e dos seus bens.

Dado que os Agentes de Polícia Municipal recebem formação específica para o exercício das suas funções, as quais são, essencialmente, funções operacionais, e com o intuito de reforçar o policiamento, é intenção desta área de intervenção dar continuidade à política de substituição dos Agentes de Polícia Municipal que neste momento ainda exercem funções administrativas, por assistentes técnicos e técnicos superiores, por via de concurso ou mobilidade.

Em 2018, a Polícia Municipal (PM) promoveu ações de prevenção e fiscalização, ações de policiamento de proximidade e ações de prevenção e sensibilização rodoviária e ambiental.

As ações de prevenção, fiscalização e sensibilização superaram a meta definida, do valor tido como limiar para gestão corrente desta área de intervenção, porquanto a introdução das alterações estruturais por falta de efetivos, que se revelou um constrangimento acentuado na prossecução das competências, e, por conseguinte, da capacidade de resposta do serviço, face ao aumento das solicitações.

Outro dos fatores condicionantes da atividade da Polícia Municipal é o número elevado de horas que despende com atividades de outras unidades orgânicas, principalmente com a promoção de eventos (despende cerca de 13% da sua atividade), com prejuízos óbvios para o desempenho das suas funções prioritárias, (fiscalização e vigilância), e, por consequência, para a implementação da sua própria estratégia. Com as mobilidades intercarreiras, reforçou-se o Núcleo de Operacional e de Apoio, o qual absorve toda atividade técnica específica no âmbito de recursos humanos, bem como todo o apoio logístico de todas as atividades transversais ao Município.

De salientar que a não revisão da legislação que regula o regime geral de Polícias Municipais, agora carreira não revista, com a necessidade imperiosa do aumento das atribuições e competências das PM, a par da falta de um estatuto próprio, estatuto disciplinar e deontológico próprio, tem gerado nos seus Agentes, nos últimos anos, uma desmotivação acentuada, fator determinante para quem exerce funções policiais.

Em 2018, a área de Contraordenações garantiu resposta às solicitações dos munícipes, desencadeou a instrução de processos de contraordenação e concluiu a instrução de processos de contraordenação. Embora os dados demonstrem um cumprimento dos objetivos previamente fixados, mantém-se a incerteza quanto à amostragem obtida no âmbito dos processos de notificação, dado presentemente não ser passível a sua extração da plataforma “Edoclink”, de forma a se poder efetuar uma estatística rigorosa. Face a este condicionalismo, as amostras são aleatórias através de contagem manual dos processos físicos.

As Contraordenações apresentam um défice de recursos humanos que condicionam a sua atividade, como se tem vindo a revelar junto do objetivo “Concluir instrução de processos de contraordenação” o qual pressupõe um trâmite processual com uma estrutura mecanizada mas também complexa e morosa em todas as suas fases.

Promoveu-se uma inovação metodológica que consiste em englobar e envolver as chefias intermédias da PM no despacho e orientação dos procedimentos administrativos, tendo-se criado reuniões específicas e diárias para o efeito. Tal alteração foi importante para desbloquear situações que carecem de um planeamento mais pormenorizado e estruturado dada a natureza de cada ocorrência, bem como permitir uma conclusão mais célere dos processos, diminuindo o peso administrativo, o qual atualmente é demasiado face a escassez de recursos humanos.

Foi também reforçada uma metodologia de trabalho que consiste em visitas aos locais objeto de análise para melhor apreensão da realidade e incutir eficácia nas propostas de decisão.

No domínio da Proteção Civil foram atribuídos subsídios às associações de Bombeiros do Concelho, criadas/mantidas as Equipas de Intervenção Permanente (Grupo de Primeiro Socorro), promovido simulacro concelhio e promovidas ações de prevenção e sensibilização de Proteção Civil.

As Equipas de Intervenção Permanente (EIP), que constam das GOP's, ainda não foram criadas nos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, nos termos da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, porquanto a sua implementação e funcionamento passa pela congregação de esforços entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil/ANPC, as Câmaras Municipais e as Associações Humanitárias de Bombeiros e, presentemente, o processo de criação e implementação das EIP para o distrito de Lisboa encontra-se suspenso, por parte da ANPC. No entanto, e até à criação das EIP, entendeu-se que havia necessidade de reforçar a capacidade operacional dos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município, pelo que, foi criado, em cada um dos Corpos de Bombeiros do Concelho, um Grupo de Primeiro Socorro, (GPS). No âmbito da proteção e socorro, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil foi apresentado, segundo os novos critérios e normas técnicas, que entretanto foram publicadas.

De referir que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi aprovado pelo ICNF e encontra-se em fase de execução por parte dos Serviços Municipais, bem como das demais entidades com intervenção na área territorial e administrativa do Concelho de Oeiras.

A política de apoio às corporações de bombeiros foi mantida no intuito de aumentar a sua prontidão e desempenho, dotando-as de formação e equipamentos adequados e com níveis de manutenção ajustados às suas

necessidades. A estreita colaboração, a todos os níveis, com os corpos de bombeiros do Concelho permitiu uma melhor prevenção, emergência e resposta, aumentando desta forma a sua eficiência e eficácia nas ações de proteção e socorro.

O Serviço Municipal de Proteção Civil manteve o apoio interno às diversas solicitações de outras unidades orgânicas no apoio à realização de diversos eventos, alguns com projeção nacional e internacional, disponibilizando meios próprios e/ou das corporações de bombeiros (meios humanos e materiais), colaborando assim, na valorização e plena fruição dos espaços e equipamentos públicos.

Assegurou a avaliação das vulnerabilidades municipais, perante situações de risco, em estreita colaboração com entidades locais e nacionais, bem como a elaboração e execução de treinos e simulacros.

A Proteção Civil Municipal (PCM), procedeu-se à elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), respeitando os critérios e normas técnicas, aprovado em Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) em Maio, e o correspondente envio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC).

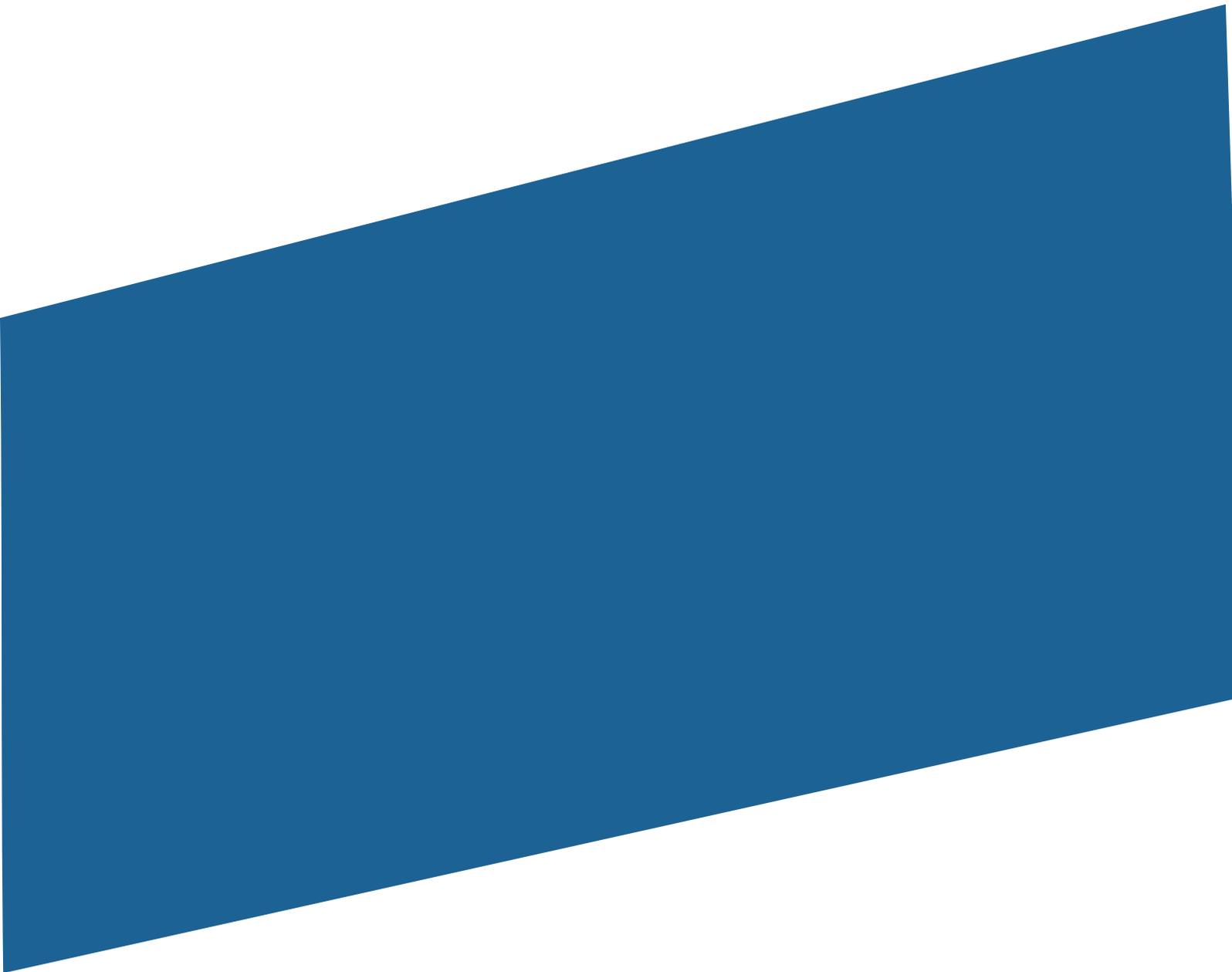
Em situação de acidente grave ou catástrofe, e no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, são desencadeadas operações municipais de proteção civil, de harmonia com o plano municipal de emergência, previamente elaborado, com vista a possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar, assim como a monitorização das situações até à reposição das condições de segurança.

Para a prossecução, com eficácia e eficiência das atribuições da PCM e dos demais Agentes de Proteção Civil do Município, realizou-se em Maio a Semana da Proteção Civil, na qual se efetuou uma exposição estática, um desfile apeado e motorizado de meios e Agentes de PC, assim como um simulacro que testou capacidades e agilizou formas de melhor socorrer. No que concerne à sensibilização, foram efetuadas dez (10) ações de sensibilização em estabelecimentos de ensino e vinte e três (23) em estabelecimentos comerciais, que visam essencialmente medidas de autoproteção e manutenção de extintores.

As Associações Humanitárias de Bombeiros, pessoas coletivas sem fins lucrativos, desempenham uma relevante atividade social na proteção de pessoas e bens, no que respeita ao socorro de feridos, doentes, náufragos, extinção de incêndios e cheias. O Município apoiou estas entidades ao nível financeiro, designadamente ao nível da aquisição de fardamentos e equipamentos de proteção individual; na aquisição de viaturas e reequipamento de viaturas; na atribuição de subsídios às associações de bombeiros do concelho; no apoio a formação prática de bombeiros; no apoio a obras em quartéis; no apoio a formação prática de bombeiros e no reforço das Equipas de Primeira Intervenção (EPI), tendo no momento cinco (5) elementos cada.



Governança e Cidadania



O cidadão espera da Administração Pública Local mais e melhores respostas às suas necessidades, de forma rápida, clara e sem necessidade de se deslocar. O Município terá de responder a crescentes solicitações dispondo de recursos limitados. Para isso terá de apostar significativamente na modernização tecnológica e na desburocratização de processos. Para o efeito, é imperioso que recorramos às mais recentes tecnologias disponíveis, promovendo uma Governança Local inteligente e transparente que promova a participação pública num verdadeiro exercício de Cidadania.

O ano de 2018 ficou marcado pela nova reestruturação orgânica, com a nomeação de novos dirigentes e consequente criação de novos processos e a redefinição dos existentes em estreita articulação com as orientações estratégicas.

Ficou, ainda, marcado pela definição do novo Mapa Estratégico do Município (ME 2017-21) tendo por base as orientações político-estratégicas do executivo para o mandato 2017/2021 constantes do programa eleitoral, bem como a visão, missão e valores existentes e naturalmente as expectativas dos cidadãos, bem como a definição de uma nova metodologia de integração do Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) e Grandes Opções do Plano (GOP).

O planeamento financeiro e contabilístico baseado no PDE representa uma metodologia ambiciosa de elaboração dos documentos previsionais, ao alinhar a ação com a estratégia, garantindo assim uma maior transparência/accountability na avaliação das políticas públicas. Esta metodologia assenta na redenominação de ações numa perspetiva de rigor de classificação orçamental (económica e funcional).

No âmbito do Planeamento, Orçamento e Controlo, em agosto deu-se início aos procedimentos adequados para elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2019. Neste processo, foi ainda executada uma recolha profunda de dados e informação, feita a verificação de todos contratos a decorrer com registo de encargos em anos futuros e respetivos compromissos, novos projetos e novas ações para 2019.

Foram, ainda, criados mecanismos de conversão dos códigos das classificações orçamentais anteriores para o novo plano de 2019, de forma a assegurar a regularidade dos registos contabilísticos, cumprindo assim, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Procedeu-se à criação e partilha em rede com todas as unidades orgânicas, de um ficheiro com toda a informação relativa à execução do controlo orçamental da despesa de cada serviço, permitindo o acompanhamento direto da execução por parte destes. A partilha desta informação é atualizada semanalmente.

No âmbito da Gestão Financeira, é de registar a alteração de procedimentos no que concerne à maior ligação da gestão financeira com a gestão patrimonial, bem como à agilização da validação de faturas por parte dos serviços. Este esforço na ligação com os serviços traduziu-se na redução do prazo médio de pagamentos de 40 dias (em 2017) para 6 dias (em 2018).

Com o acompanhamento da área de sistemas de informação, foram dados os passos necessários à preparação para a adoção de um novo sistema de suporte de informação à gestão financeira, que corresponde ao sistema integrado de gestão da AIRC, cujo início ocorreu em 1 de janeiro de 2019.

A atividade da área de contabilidade incluiu também a elaboração de 2 processos de prestação de contas anuais, o individual e o consolidado de 2017 e ainda 2 processos intercalares de apresentação de resultados, o individual semestral e consolidado semestral de 2018.

A Tesouraria Municipal na sua gestão corrente, procedeu à análise de todas as verbas registadas em contas tituladas pelo município, reconciliando os seus valores com os respetivos serviços emissores de receita municipais e procedeu ao pagamento de todas as despesas suportadas por ordem de pagamento emitida pela contabilidade com base na prévia validação da documentação de despesa. A tesouraria procedeu ainda ao registo em receita e despesa de todas as operações de tesouraria do município. Em termos de valores, o montante global de operações orçamentais foi de € 148.598.595 de receitas e de € 122.751.182 de despesas. O montante global de operações de tesouraria foi de € 11.049.731 de recebimentos e de € 9.926.630 de pagamentos. É de registar que o saldo orçamental para a gerência seguinte de 2018 é de € 109.867.707.

O Serviço de Execuções Fiscais tem como finalidade primordial a cobrança coerciva de dívidas, tributárias ou não, pressupondo a reparação do direito à cobrança, violado pelo devedor quando não faz o pagamento dentro do prazo de cobrança voluntário.

Em 2018, o Serviço de Execuções Fiscais do Município cobrou o valor total de € 673.719,01. Comparativamente a 2017, em que tinha sido cobrado o valor total de € 809.304,00, o valor da cobrança diminuiu. Registe-se contudo que pese embora os valores de cobrança da área de execuções fiscais sejam voláteis, pois dependem de comportamentos de incumprimento de pagamento de contribuintes e utentes, a nível administrativo, o serviço promoveu com grande sucesso, a dinamização da instrução e tramitação dos casos de incumprimento de pagamento de taxas municipais.

No âmbito da Contratação Pública, as recentes alterações legislativas aos procedimentos de contratação pública implicaram uma análise jurídica cuidada e em consequência, uma reformulação profunda de documentação e modelos. Não obstante, apresentam-se de seguida as principais atividades, os principais investimentos e os maiores constrangimentos verificados.

Face à entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), o Município encontra-se a procurar a melhor solução para que a informação seja divulgada sem violação do referido Regulamento no que respeita aos dados pessoais constantes nos documentos de contratação pública, razão pela qual se respeitou quanto à inserção de dados no Portal do Município na área da Transparência Municipal, a publicação de informações pré-contratuais que respeitam o RGPD.

A contratação pública tramitou no ano de 2018, o total de 2070 processos, alguns dos quais ainda decorrem. Ainda a nível estatístico, é de realçar que foram elaboradas 4.092 requisições internas. O número de requisições externas é, em regra, sempre superior ao número de requisições internas, facto que fica a dever-se às requisições internas poderem contemplar lotes, com adjudicações a adjudicatários diferentes, por lote. Para os contratos que preveem renovações de prazo contratual, é também emitida a respetiva requisição externa para cada período de vigência do contrato.

No que à concorrência diz respeito, foram respeitadas todas diretrizes do Código dos Contratos Públicos nos procedimentos sem abertura à concorrência (ajuste direto em regime normal e contratação excluída), procedimentos com abertura à concorrência por convite (as consultas prévias e convites ao abrigo

de acordos-quadro) e por anúncio em DR e/ou JOUE (concursos públicos, com publicidade nacional e internacional).

Na área de influência do Património, a gestão corrente é fruto da ação de vários núcleos, resumindo-se em seguida as suas principais atividades durante o exercício de 2018.

Relativamente ao Imobilizado, foram inventariados 50 novos bens imóveis e abatidos 5 bens também de tipologia fixa tangível, como resultado de vendas, permutas e anexações de parcelas de terreno. Quanto à gestão corrente dos Bens Móveis do município, foi executada a coordenação e o acompanhamento de diversas ações de mudanças e transferência de equipamentos e mobiliário entre serviços, armazéns e escolas, tendo sido movimentados na totalidade, cerca de 1.325 bens móveis. Ao nível do inventário e cadastro foram cadastrados cerca de 9.507 novos bens adquiridos no decorrer do exercício de 2018.

Na área da Gestão de Procedimentos e Condomínios, procurou-se conseguir um maior controlo sobre os fluxos e tramitação de informação, o que permitiu melhorar a qualidade do serviço prestado e reduzir os tempos de resposta.

Quanto à ocupação de espaços municipais, foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da regularização de cedências e comodatos, bem como ao acompanhamento e controlo de situações de pagamentos em atraso nos arrendamentos. Neste capítulo, registou-se o ligeiro decréscimo de receitas liquidadas, em resultado do incumprimento do pagamento da renda referente aos Centros Geriátricos de Porto Salvo e Caxias, situação que está a ser acompanhada com grande acuidade com o apoio do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso.

No âmbito da gestão dos contratos de fornecimentos das instalações do município e controlo de consumos, por forma a garantir uma gestão eficiente dos recursos materiais, foi celebrado com a EDP Comercial um contrato de fornecimento de energia às instalações do município, permitindo assegurar um sistema de controlo de consumos de cerca de 633 locais. Nos contadores para os quais não foi possível a transferência da titularidade do contrato para a entidade que ocupa o espaço, devido a problemas de ramais, que acarretariam um elevado custo, a solução passou por colocação de contadores parciais ou cobrança através de percentagem, tendo por base os equipamentos e salas utilizadas. O controlo dos consumos tem permitido resultados muito positivos na gestão corrente, de que se destaca a redução de € 105.376,22, em 2017, para € 86.680,58, em 2018, do total de consumos mensais de eletricidade e água.

No decorrer do ano e na sequência da reestruturação orgânica municipal, foi reforçado o número de equipamentos de cópia instalados, para um total de 92 equipamentos. De janeiro a dezembro de 2018, registámos a reprodução de 4.516.805 de cópias nos equipamentos multifunções, divididas por 3.640.789 de tipo preto e branco e 876.016 a cores.

Pretende-se alcançar melhorias ao nível da organização e funcionamento, reduzindo stocks em quantidade e diversidade e obter armazéns funcionais com materiais essenciais ao normal funcionamento dos serviços, mantendo níveis de stock aceitáveis através de fornecimentos contínuos, reduzindo a quantidade infundável de referências e diminuindo de forma significativa o valor global dos armazéns. Foram feitas alterações significativas nas instalações de Porto Salvo, mantendo-se alguns armazéns na responsabilidade dos serviços, com a coordenação e supervisão da Unidade de Gestão de Armazéns.

Dando continuidade à prioridade estratégica definida, no que alude à renovação e otimização da frota municipal, adquiriu-se em 2018, 2 viaturas pesadas de mercadorias, 1 viatura ligeira plataforma elevatória, 1 viatura de transporte de passageiros de 53 lugares, 2 máquinas de grande porte, 1 máquina de limpeza de praias e 29 máquinas de pequeno porte.

Procedeu-se também ao abate patrimonial de 1 viatura pesada de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, 1 viatura semi-reboque, 9 motorizadas, 9 ligeiros de passageiros, 3 ligeiros de mercadorias e 3 atrelados que se encontravam com desgaste mecânico e sem condições de circulação, sujeitas a dispendiosas reparações e elevado nível de inoperacionalidade que já não justificavam economicamente a sua manutenção.

Por forma a acompanhar as necessidades dos serviços e dar uma melhor resposta às solicitações destes, procedeu-se à transformação de duas viaturas, uma viatura foi adaptada para servir de lava ruas e outra transformada em viatura de recolha de verdes.

Deste modo, a Frota Municipal passou a ser composta por 360 viaturas e máquinas de grande porte, aumentando-se assim a capacidade de resposta por parte dos serviços, no desempenho das suas tarefas diárias. Com esta renovação da frota conseguiu-se uma maior operacionalidade e um ajuste às suas reais necessidades. No que toca ao consumo de combustíveis fosseis, este apresenta um ligeiro aumento, passando de 838.091,77 litros em 2017, para 855.449,06 litros, o que significa um incremento aproximado de 2,1%. Estes valores expressam não só o facto de o número de viaturas da frota ter aumentado, bem como, o índice de operacionalidade das mesmas, o que se traduz num melhor aproveitamento dos recursos por parte dos serviços utilizadores, que se traduz numa redução dos custos com manutenção.

Deu-se continuidade ao processo de consolidação do conceito de partilha de viaturas no Município, através da aplicação XRPool, que verificou em 2018 uma taxa de concretização de 92%, e que corresponde à satisfação de 10.647 processos, valores estes que se encontram em linha com os verificados no ano anterior. Procedeu-se à gestão de 3.505 ordens de serviço relativas a movimentação de pessoas e mercadorias e operações de máquinas de grande porte. Destes, 1.261 correspondem a serviços de autocarros, atingindo-se um grau de concretização na ordem dos 86,6%. Iniciou-se o processo de implementação do Projeto Combust, atualmente com duas viaturas a circular entre a Cruz Quebrada e Algés. Foi feita a Implementação do Projeto Oeiras Educa, através do transporte de alunos das escolas para eventos dentro do Concelho, recorrendo a meios próprios e a alugueres no valor de 220.000,00€.

De modo a proporcionar uma utilização apropriada dos recursos existentes, no que respeita ao Setor de Manutenção de Viaturas e Máquinas, foi feita a gestão de 5.394 ordens de trabalho referentes a operações de manutenção preventiva, corretiva e de melhoria. Destas, 5.114 foram concluídas, correspondendo a uma taxa de concretização de 94,8%. A disponibilidade do número de viaturas para recolha e transporte de resíduos urbanos definidos pela unidade orgânica competente foi de 102,8%.

Nas áreas da Gestão Organizacional, com a nova reestruturação orgânica, a nomeação de novos dirigentes, avançamos com a criação de novos processos e a redefinição dos existentes em estreita articulação com as orientações estratégicas, obrigando à revisão dos processos que integram o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e Sistema Integrado de Gestão: Qualidade,

Ambiente e Segurança (SIGQAS) e a promoção de Ações de Sensibilização com o objetivo de dar a conhecer as referidas normas.

No domínio da Qualidade, também introduzimos uma nova metodologia no mapeamento dos processos organizacionais, incorporando o Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local (PCIAAL), permitindo, desta forma, a uniformização na designação dos processos do SGQ com a adoção de uma linguagem comum com o PCIAAL, a contextualização da informação quanto ao processo de negócio em que se insere e a facilidade na integração com os Sistemas de Gestão (criação/classificação dos processos na aplicação de Gestão Documental) e articulação com os processos do SGQ. Quanto ao pensamento baseado em risco, integramos a sua monitorização no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, sob a responsabilidade da área de Auditoria Municipal.

Na área da Modernização Administrativa asseguramos a consolidação do Modelo Integrado de Gestão (MIG), nas suas vertentes organizativas, mediante o estabelecimento de boas práticas de gestão com vista à melhoria dos serviços prestados aos municípios, o funcionamento e a organização interna.

Relativamente à atividade do Arquivo Municipal continuamos no ano de 2018, com a colaboração institucional com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas relativamente a projetos normativos de âmbito nacional, designadamente na elaboração de um novo Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, que implementará uma nova forma de avaliação ao permitir fazê-la em consonância com a classificação atribuída aos processos no momento da sua criação. Internamente manteve-se a envolvimento no âmbito da implementação de uma solução de gestão documental, transversal a todo o Município e a prestação do apoio necessário a todos os serviços na utilização da solução Edoclink. O tratamento e divulgação das diferentes coleções através do Arquivo Online e da Pesquisa Integrada de Conteúdos foram áreas que recolheram algum do foco por parte do Arquivo Municipal, juntamente com a divulgação do património, a satisfação de pedidos de consulta de informação, a incorporação de documentos e a avaliação e seleção documental. Na sua procura de abertura ao exterior o Arquivo Municipal acelerou o tratamento de diversos fundos e aumentou os níveis de qualidade da descrição de algumas séries documentais. Como objetivo último procura-se enriquecer o catálogo do Arquivo Online e disponibilizar o máximo de documentação ao público. A avaliação documental, enquanto elemento central da gestão, foi alvo de um esforço específico. Nesse âmbito foram eliminados mais de 340 metros lineares (ml) de documentos relativos a diversas áreas de intervenção com destaque para os recursos humanos, gestão organizacional, urbanismo, execuções fiscais, contratação pública ou gestão financeira.

No domínio do atendimento e relacionamento com o cidadão, em 2018 registamos cerca de 97 mil atendimentos presenciais. A maioria absoluta dos atendimentos (+70% do total) ocorreu nos Espaços Cidadão, seguidos da área do urbanismo, com 18%, e do Atendimento Genérico, com perto de 9%. Entre os períodos homólogos de 2017 e 2018, verificou-se que no global, os valores aumentaram em 2018 tendo sido realizados mais 8.813 atendimentos (+10%) do que no ano 2017. Os maiores crescimentos ocorreram nos Espaços do Cidadão (+ 12%) e no urbanismo (+ 8,1%).

No que respeita ao atendimento não presencial, no ano de 2018, o Call Center do Ambiente e o Atendimento Telefónico Geral registaram mais de 118.000 chamadas (o Geral recebeu mais de 73.000 chamadas (62%) e o Call Center do Ambiente cerca de 45.000 (38%). Registamos, ainda, mais de 340 emails por dia com a necessidade de encaminhamento e tramitação junto dos serviços.

No âmbito das ocorrências/reclamações foram registadas, durante o ano 2018, um total de 7.204 ocorrências/reclamações, cujo conteúdo foi dado conhecimento às Unidades Orgânicas responsáveis e solicitada a devida resposta no prazo legal de 15 dias. As reclamações georreferenciáveis totalizaram 7.110 (98,7%) tendo sido registadas na plataforma OeirasEu. As reclamações não georreferenciáveis totalizaram apenas 94 ocorrências (1,3%), sendo que as ocorrências do tipo Ambiente (67%) e Infraestruturas (27,8%) dominam as submissões, com aproximadamente 95% do total.

A participação na tomada de decisões/Governança pode ocorrer quando os cidadãos ou grupos de cidadãos são convidados por organismos públicos para fornecerem sugestões e opiniões, por exemplo, o orçamento participativo. Nesta matéria, em 2018 preparamos todo o processo necessário para o arranque da 3ª edição de um novo modelo de Orçamento Participativo que prevê novas normas de participação e de medidas que contribuem para a agilização do processo e melhoria contínua do modelo implementado.

Nas áreas de intervenção dos Serviços Gerais, continuamos a apostar na racionalização dos recursos a afetar, bem como na otimização da gestão dos contratos com as empresas que asseguram a gestão dos refeitórios/bares e prestam serviços de vigilância e limpeza.

A área de Gestão de Recursos Humanos conheceu, no ano de 2018, vicissitudes significativas decorrentes da implementação, a partir de maio, de uma profunda reestruturação orgânica dos serviços municipais, a qual, em razão do subdimensionamento anterior, consubstanciou-se no desdobramento de duas novas Divisões – a Divisão de Gestão de Pessoas e a Divisão de Promoção Socioprofissional, que, por sua vez, integra a Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho, e na respetiva designação dos novos dirigentes.

Esta situação teve reflexos não só do ponto de vista processual, mas também ao nível da constituição das equipas que foram afetadas às novas unidades orgânicas.

A missão de definição e de gestão administrativa e estratégica de recursos humanos cabe à Divisão de Gestão de Pessoas, assim como a missão de qualificação e valorização de recursos humanos compete à Divisão de Promoção Socioprofissional, a par da promoção da segurança e saúde no trabalho.

Para além da informação constante do capítulo relativo aos recursos humanos, parte integrante do presente Relatório, acresce ainda referir que o ano de 2018 foi, também marcado pela entrada em vigor dos novos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública, os quais trouxeram benefícios claros para os trabalhadores, com especial destaque para o acréscimo de 3 dias de férias para aqueles que tenham avaliação de desempenho positiva, a possibilidade de realizar trabalho suplementar até 200 horas por ano e a redução dos períodos experimentais nas três carreiras gerais,

Em matéria de avaliação de desempenho, procedeu-se ao diagnóstico do cumprimento do regime jurídico de avaliação de desempenho, concluindo-se que genericamente não estava a ser aplicado, tendo obrigado à definição de procedimentos urgentes para aplicação da lei e cumprimento das etapas possíveis do processo de avaliação. Cumpre destacar a aprovação pelo Conselho Coordenador de Avaliação, em reunião realizada a 19 de dezembro de 2018, dos critérios a aplicar na avaliação por ponderação curricular e respetiva valoração, para o biénio 2017-2018, e a adoção de alterações ao Regulamento Interno de aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho,

com a finalidade de fazer refletir neste instrumento a nova estrutura orgânica, bem como a aprendizagem adquirida nos últimos ciclos de avaliação.

No domínio da Inovação, Tecnologias de Informação e Comunicação refira-se o novo regulamento orgânico do Município, dando sequência ao extinto Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação. Esta nova reorganização que se materializou na criação de um departamento e de duas divisões, naturalmente veio criar alguma disrupção nas atividades das equipas e serviços de tecnologias e sistemas de informação, durante o ano 2018.

Deste modo, grande parte do período pós regulamento orgânico foi preenchido por atividades de reorganização interna, mas acima de tudo pela natural adaptação dos sistemas e tecnologias de informação à nova realidade organizacional do Município.

Este período foi de facto crítico, com envolvimento especial da Divisão de Gestão do Serviço e Infraestruturas, pela necessidade de associar novas contas de utilizadores e correio, alterar perfis e privilégios de acesso aos sistemas e aplicações, reorganização das áreas de armazenamento, bem como a deslocação de computadores pessoais, instalação e atualização dos mesmos.

Ao nível do próprio departamento, foi igualmente necessário adaptar equipas face aos desafios e orientações estratégicas. Desde logo com a criação de novas áreas funcionais no contexto das Divisões: áreas de Segurança e Monitorização, Gestão de Infraestruturas, suporte ao Utilizador, Gestão de Aplicações, Investigação e Desenvolvimento e Gestão de Informação.

Orientado para os serviços públicos abertos, apoiados na promoção de serviços eletrónicos e com o intuito de promover a afirmação de Oeiras como território inteligente o Departamento teve em 2018 um envolvimento muito próximo e contínuo com o Gabinete de Inteligência Territorial colaborando nas diversas interações com os serviços e stakeholders, com vista à elaboração Plano Estratégico Oeiras Cidade Inteligente (PEOCI).

O projeto estratégico do ano 2018, foi a recuperação do ERP Financeiro. Após decisão de descontinuar o ERP Flylight, iniciou-se o processo recuperação do ERP da AIRC, recuperação essa que passou por diferentes fases, processos de contratação, processos de migração de dados e processo de "reativação" do ERP AIRC, interrompido no final de 2016. Este processo inevitavelmente condicionou a atividade do DITIC, em especial da Divisão de Sistemas Aplicacionais, pela extrema relevância do mesmo. O processo técnico que envolveu a migração (extração e importação dos dados), foi bastante complexo e muito extenso, em virtude das exigências e da sensibilidade da qualidade da informação. O processo foi concluído com sucesso, tendo no dia 3 de janeiro de 2019 entrado em produção o novo ERP, fruto do trabalho desenvolvido no ano 2018.

Prosseguindo o objetivo político da transparência municipal, foi implementado o sistema de Transmissão On-line das Reuniões da Assembleia Municipal de Oeiras, cumprindo o regimento dessa Assembleia. Em 2018, o projeto de transmissão e gravação das sessões da Assembleia Municipal teve a sua primeira transmissão em dezembro, com recurso a variados mecanismos de gravação e utilizando a plataforma youtube e outras redes sociais como meio de publicação e retransmissão.

Foi igualmente em 2018 dado início ao processo de reformulação do Portal do Município, iniciando-se o processo através da elaboração do Caderno de Encargos para contratação do desenvolvimento do futuro Portal. Considerando a presente necessidade de aproximar os diversos serviços municipais do cidadão, estratégia vincada deste executivo, importa reformular o atual portal institucional, permitindo que o mesmo possa vir a constituir uma importante ferramenta de relacionamento e transparência para o cidadão. Assim, no âmbito da elaboração do Caderno de Encargos, foram nestes meses ouvidas todas as unidades orgânicas, e reunidos os diferentes contributos para serem vertidos no caderno de encargos para contratação do próximo portal institucional do Município.

Iniciou-se neste ano a adequação e conformidade do Município face ao Regulamento Geral de Proteção de Dados. Nesse sentido foi efetuado um primeiro trabalho que passou pelo levantamento de vários processos críticos no município. Os serviços foram auscultados, formam levantados os processos, dando origem a um relatório que refletiu o atual grau de conformidade do Município, bem como futuros procedimentos a adotar. Estes levantamentos deram origem a um conjunto de documentos de trabalho, nomeadamente a lista de processos críticos e fluxos de informação de processos críticos da Habitação Municipal e do Recrutamento. Este processo acabou por conduzir à nomeação do DPO. Ficaram, fruto deste trabalho definidos os próximos passos para a contínua adequação do Município às necessidades de privacidade e proteção de dados pessoais.

Como referido anteriormente foi criada uma área funcional orientada para a Segurança e Monitorização, sendo que em especial na área de monitorização foram implementadas soluções de monitorização e alarmística que cobrem não só todos os equipamentos ativos de rede, como todos os sistemas e serviços. Desta forma ficou capacitado o DITIC, em concreto a DGSI com uma capacidade de reação até então não existente que permite reagir a eventuais problemas ou falhas dos sistemas ou equipamentos, diminuído o impacto sobre o trabalho dos utilizadores.

Com vista à colaboração instantânea e partilha de conteúdos iniciou-se a implementação da plataforma Skype for business, solução da Microsoft que permite comunicações de áudio/vídeo. Esta solução vai possibilitar comunicação instantânea, de voz e vídeo, entre os colaboradores do Município, em qualquer lugar que estejam (interno e externo).

Foi implementado no final de 2018 uma nova aplicação de gestão do serviço de tecnologias. A aplicação Easyvista, veio substituir o GLPI, assegurando a monitorização e controlo de toda a atividade do DITIC, na prestação e gestão de serviços tecnológicos, de acordo com a norma ISO 20001. Esta nova ferramenta vai por um lado melhorar os níveis e qualidade de serviço prestados aos serviços e aos utilizadores e por outro assegurar uma melhor gestão dos serviços tecnológicos com base na eficácia e eficiência.

Com focus na garantia da informação foram dados os primeiros passos para melhorar e aumentar continuamente os três pilares da segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade. No que se refere à disponibilidade foi, após vários anos de insistência, instalado um grupo gerador para assegurar a resiliência dos sistemas em situações de falta de energia de rede. Ainda nesta vertente foi ainda este ano estabelecida uma ligação independente entre o Centro de Dados do Município e o PT da EDP.

Ainda na vertente da disponibilidade foram efetuadas diversas ações relevantes muito focadas na resiliência e alta disponibilidade destacando-se a

implementação de uma nova Storage que assegurasse todos os dados informações do Município e a ativação do Centro de Dados Secundário, sito no Palácio do Egito, como Disaster Recovery Site (DRS). Estas implementações obrigaram à implementação de novos equipamentos de firewalls (FW) de perímetro, com redundância física em ambos os Centros de Dados (DC do Lagar do Vinho e DC do Palácio do Egito). Esta implementação permitiu assim o acesso à Internet e aos serviços online do Município (portais web, portal aplicacional, webmail entre outros) em caso de falha do Centro de Dados principal. Em simultâneo, foi requerido ao fornecedor de comunicações de dados a configuração de um novo circuito de Internet na FW do Centro de Dados Secundário (Palácio do Egito).

Foram igualmente implementadas novas Storages (repositório dos dados dos servidores físicos e virtuais, Sistema de Backup desses servidores e Bases de Dados e ainda sistema de armazenamento e arquivo de ficheiros - NAS) e da instalação dos novos servidores de virtualização de máquinas e do VCenter (Software de Gestão da Infraestrutura Virtualizada) em ambos Centros de Dados.

Ainda enquadradas na estratégia de segurança do Município, através da garantia de alta disponibilidade dos serviços tecnológicos do Município. Ainda no capítulo da segurança, foram efetuadas diversas atualizações e parametrizações considerando as boas práticas de segurança.

No âmbito das comunicações e das redes durante o ano 2018 foi disponibilizada rede WIFI em quatro autocarros do Município, permitindo aos ocupantes, acesso contínuo à Internet. No contexto da cobertura e disponibilidade das redes WIFI, foi aumentada a cobertura em vários edifícios municipais. Ainda no que se refere as comunicações, foram estendidas novos pontos e infraestruturas de rede, resultante das necessidades dos serviços, destacando-se a interligação do Casal da Manteiga.

Foi efetuada a análise e avaliação de uma solução de gestão de assiduidade, através da instalação de um piloto em ambiente real, com testes de funcionalidade integrados, avaliação essa que se concluiu no final do ano, tendo sido tomada a decisão de contratar a plataforma avaliada.

Foram implementadas com sucesso, neste período, algumas soluções aplicacionais setoriais nas diferentes unidades orgânicas, das quais destacamos a solução de gestão de tacógrafos e cartões de motoristas – Tachospeed, a implementação de algumas aplicações de suporte à inteligência no negócio nomeadamente através da manutenção de indicadores e relatórios dinâmicos na ferramenta PowerBI da Microsoft e foram ainda colocadas em produção as miniaplicações para gestão dos subsídios para SASE e para transportes escolares.

Iniciou-se o desenvolvimento de uma aplicação para a gestão das Bolsas para 2018. Foi na vertente de aplicações setoriais, foi melhorada a solução de Salão Nobre Digital, passando a mesma a dispor de uma funcionalidade de carregamento de apresentações ao executivo e também da melhoria na adaptação aos dispositivos móveis através da conversão dos conteúdos WORD em PDF.

Foram ainda efetuados diversos desenvolvimentos aplicacionais para melhoria de aplicações setoriais já existentes, nomeadamente nas aplicações "DCP Processos", "Gestão de Consultas Médicas" e "SOS Isolamento". Iniciaram-se também novos projetos como o planeamento e implementação da uma arquitetura aplicacional para Business Intelligence", a utilização da plataforma

Microsoft CRM Dynamics para a Gestão de Entidades para contactos do Gabinete de Comunicação e do Núcleo de Protocolo e a criação de uma área específica para o Património Arqueológico no portal institucional.

Foram, por fim, criados diversos formulários de suporte a várias atividades promovidas pelo município, nomeadamente dos programas “Mexe-te nas Férias”, “Tempo Jovem” e “Projeto Experimenta-te”.

Na área de apoio ao utilizador, foi dada continuidade ao suporte dado aos utilizadores dos diversos serviços do Município, escolas básicas e jardins-de-infância, tanto na vertente do apoio dado aos utilizadores como no suporte a toda a infraestrutura tecnológica instalada nos diversos locais. Assegurou-se desta forma os SLA’s de resposta aos pedidos de intervenção. Foram nesta fase instalados e substituídos diversos computadores pessoais, resultado da aquisição de 370 novos equipamentos com vista à renovação do parque informático do Município. Ainda enquadrado na reorganização interna, foi assegurado a apoio ininterrupto ao utilizador, entre as 9:00h e as 18:00, garantindo-se assim um maior período de suporte e ajustado ao padrão de funcionamento do Município.

Ao nível dos Sistemas de Informação Geográfica, deu-se continuidade ao apoio a todos os serviços na utilização da informação geográfica, a georreferenciação das plantas dos alvarás de loteamento, a atualização permanente dos temas da Base de Dados Geográfica do Município, manutenção dos conteúdos que alimentam o Geoportal e introdução de novos conteúdos, nomeadamente a georreferenciação e caracterização dos acidentes rodoviários (em articulação com a PSP) bem como do módulo do ambiente que agrega temáticas como carta do potencial solar; hortas urbanas; equipamentos de recolha de resíduos; áreas caninas; espaços de jogo e recreio; praias.

Na parte aplicacional destaca-se a continuidade do projeto do Património Municipal (ligação da informação geográfica existente no Geoportal com o ERP do Município), o acompanhamento do desenvolvimento da aplicação de suporte ao planeamento e gestão dos espaços verdes urbanos, a finalização e implementação definitiva da aplicação de gestão dos processos de loteamento, a atualização da Base de Dados de Comércio e Serviços com recurso a tecnologia Mobile Mapping e foi disponibilizado o modelo da Adegas em 3D recorrendo a tecnologia laser.

No âmbito da Gestão do Património, consolidou-se o projeto para implementação do Sistema de Inventário e Cadastro do Município de Oeiras, ferramenta estratégica para a gestão da propriedade imobiliária municipal, com componentes gráficas (georreferenciação) e alfanuméricas (base de dados relacional) associadas, assente na caracterização da propriedade, desde o histórico à situação atual dos bens.

Garantimos a disponibilização do Gis_Oeiras enquanto área de armazenamento e disponibilização interna de informação, disponível apenas aos utilizadores internos para consulta de informação geográfica, estatística, planos e estudos produzida/adquirida pelas U.O. Com a migração dos dados para a base de dados empresarial PostGRESQL, que se constitui a plataforma única de informação geográfica, este repositório está a ser reestruturado para evitar duplicação de informação.

Deu-se continuidade ao processo de aquisição de nova cartografia digital, tendo-se concluído o processo de homologação da cartografia numérica topográfica de 2016.

Procedeu-se à elaboração do estudo “Planeamento de Instalações Desportivas - Níveis de Cobertura e Identificação de Prioridade de Intervenção, com Base numa Análise Multicritério” para avaliar a cobertura das instalações desportivas do concelho de Oeiras identificando as áreas bem servidas e as de cobertura deficitária, à luz das normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, através de uma metodologia própria, em ambiente SIG.

E, ainda, à elaboração de um ensaio metodológico “Áreas de Influência dos Espaços Verdes Urbanos da Estrutura Ecológica Municipal do concelho de Oeiras - Análise de cobertura e de prioridades de instalação de novos espaços verdes” para a determinação de áreas de influência dos espaços verdes da Estrutura Ecológica Municipal do Concelho de Oeiras. Caracteriza, do ponto de vista estatístico, as áreas de influência dos espaços verdes e identifica as áreas de cobertura deficitária, apontando prioridades para a instalação de novos espaços verdes.

No domínio da Comunicação, realizaram-se diversas publicações, não periódicas de livros, coletâneas, coleções e folhetos de cariz institucional. Procedeu-se à edição de 3 livros genéricos, 8 catálogos e foram igualmente concebidos e produzidos mais de 1 milhão e 500 mil exemplares de materiais de divulgação institucional, num valor aproximado de 300 mil euros. Relativamente às publicações periódicas, foram impressas e distribuídas cerca de 925 mil exemplares, representando um investimento de cerca de 120 mil euros.

Em articulação com os media, foram elaborados comunicados de imprensa, para além do envio semanal da agenda das reuniões de Câmara e editais da Assembleia Municipal, entre outros. No conjunto de meios que integram o CAIR, foram publicitados 174 anúncios. Já no âmbito da monitorização dos Órgãos de Comunicação Social, foram selecionadas 12.753 notícias (21% na imprensa, 17,5% na TV, 3,2% na rádio e 58,3% na internet).

No contexto da promoção da imagem institucional, foram desenvolvidas diversas campanhas de comunicação com publicidade nos órgãos de comunicação social (a nível local, regional e nacional), tanto na imprensa, como em cinemas, rádios, televisões e meios de transporte, representando a execução de 91,2% do proposto.

Com o objetivo de se estabelecer uma maior proximidade com o cidadão, foram atualizados os conteúdos do Canal Oeiras, canal corporativo com um número de visualizações superior a 3,5 milhões/ano. No portal Institucional do Município de Oeiras na internet, foram registadas mais de 2 milhões de visitas, de quase 600 mil utilizadores. Em virtude de o portal ser responsivo nas plataformas móveis, as sessões iniciadas nos telemóveis e tablets, representaram já cerca de 50% do total dos acessos.

No que respeita à atividade de Contencioso e Apoio Jurídico, no final do ano de 2018 encontravam-se pendentes 338 processos judiciais no GCAJ, dos quais 75 tiveram início durante o corrente ano.

Quanto à tipologia dos novos processos judiciais, verifica-se que as ações judiciais de maior complexidade jurídica – ADMINISTRATIVAS (16) e DECLARATIVAS (13): Direito do Urbanismo, Contencioso Contratual, Responsabilidade Civil, etc., são as mais representativas, num total de 29. De seguida, os processos relacionados com habitação municipal, nomeadamente na cobrança de valores de rendas em dívida (12). Com relevância, destaque

ainda para os processos de impugnação tributária, relacionados com norma do n.º 4 do artigo 21.º da Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais.

No que concerne à tipologia de processos judiciais pendentes em 31 de Dezembro de 2018 (338) continua a destacar-se os processos relacionados com a resolução de contratos e cobranças de dívidas de renda no âmbito da Habitação Municipal (124), o que corresponde a 36% do total

Segue-se, com maior expressividade, o conjunto das ações de natureza administrativa/declarativa (87), seguida dos processos de impugnação tributária (61). Os processos-crime totalizavam em número de 17. Outros tipos de processos (Reclamação de Créditos, Insolvências, Injunções, etc.) totalizavam 49.

No que às demonstrações financeiras diz respeito, relativamente aos 338 processos judiciais pendentes, cumpre informar que o total de valores reclamados ao Município - 16 869 478,97 € e o total de valores reclamados pelo Município - 4 498 464,15 €.

Relativamente ao período homólogo de 2017 é considerável a redução do montante dos valores reclamados ao Município (em aproximadamente 7 milhões de euros) resultante da transação realizada no âmbito da ação judicial relativa à Parceria Público Privada OeirasExpo. A sentença homologatória desta ação, em Dezembro de 2018, fixou o valor a pagar pelo Município em 9 milhões de euros, contra os aproximadamente 16 milhões de euros reclamados em Dezembro de 2017.

Relativamente às sentenças judiciais relevantes no ano de 2018, refiram-se o OEIRASEXPO – Sentença Homologatória da transação judicial da PPI OeirasExpo: Resolução dos todos os contratos que a corporizavam com o pagamento de indemnização no valor de € 9 000 000 e entrega ao Município das construções destinadas ao Centro de Congresso e Polo de Formação da Outurela; PETROGAL / REPSOL – Acórdão do Plenário do Tribunal Constitucional e outras decisões do mesmo Órgão confirmando a inconstitucionalidade da taxa prevista no n.º 4 do artigo 21.º da Tabela de Taxas e outras Receitas do Município (TTORMO), impondo-se agora aos serviços a adoção de procedimentos de conformação com a decisão judicial, nomeadamente a alteração da taxa nos termos em que se encontra definida em sede de RPATOR; SEBASTIÃO JOSÉ CARVALHO LORENA: Uso da marca Conde Oeiras. – Extinção da execução, com sentença a favor do Município e levantamento das penhoras; FUNDAÇÃO OTÍLIA PESSOA: Pedido de nulidade de atos administrativos relacionados com o Plano de urbanização de Tercena. Ação julgada improcedente dando razão à defesa aduzida pelo Município de Oeiras; JAEFRE - Sentença que considerou improcedente todos os pedidos do Ministério Público - não reconhecendo qualquer nulidade dos atos impugnados no âmbito do Alvará 3/2006 – Tercena/Barcarena; ESPALHA IDEIAS – Acórdão do TCASUL que negou provimento ao recurso (mantendo a decisão recorrida). Assim, a resolução do contrato é válida, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização (a autora pedia € 51.290); HABIDOM – Ação julgada improcedente pugnando pela validade do ato final de adjudicação do contrato de empreitado 2018/4 – DGEPIM – Fornecimento e colocação de protetores metálicos (fixos e amovíveis) e balizadores flexíveis no concelho de Oeiras.

Quanto aos processos de acidente, entre Janeiro e Dezembro de 2018 foram arquivados 261 Processos de acidente, sendo que o valor definido no âmbito do PDE cifrava-se em 169. Ou seja, foram arquivados mais 92 processos para além da meta proposta no quadro do Plano de Desenvolvimento Estratégico deste Gabinete.

Procedendo à análise comparativa dos processos de acidente arquivados entre 2017 e 2018 importa considerar houve uma ligeira diminuição de processos de acidente arquivados em 2018 (-6 processos); uma diminuição do montante pago pelo Município a terceiros, devido a menor número de ocorrências com responsabilidade do Município e a um menor montante reclamado; um aumento de transferência de responsabilidade do Município para a Companhia de Seguros (atendendo à redução da franquia contratualizada); uma diminuição dos valores recebidos pelo Município (diminuição de ocorrências).

Relativamente aos valores indemnizatórios, o total do valor reclamado nos processos de acidente arquivados em 2018 (132.586,12 €) é inferior ao valor reclamado nos processos arquivados em 2017 (173.506,86 €), uma diferença de 40.920,74 €. Dos processos arquivados em 2018 e dos valores reclamados por terceiros (117.449,52 €), o Município apenas assumiu 1.589,44 €, uma redução de 69% relativamente ao ano anterior (5.210,76 €). Em contrapartida, e relativamente aos processos arquivados em 2018 a Seguradora do município assumiu um total de 115.278,47 €, contra os 62.676,96 € assumidos nos processos arquivados em 2017 – um aumento de 54% (52.601,51 €). Durante o ano de 2018, e no que concerne a indemnizações por parte de particulares ou entidades públicas, o Município recebeu a título de indemnização por danos sofridos em propriedade municipal um valor de 15.086,12 €, justificado pela redução deste tipo de ocorrências (68 em 2018 contra 80 em 2017).

O ano de 2018 foi um ano de intensa atividade no âmbito da análise da conformidade legal de projetos de regulamentos. Estando previsto, como meta, a intervenção em 5 regulamentos, a realidade é que a 31 de Dezembro de 2018 o GCAJ tinha intervindo em 12 Regulamentos, 7 dos quais com o procedimento integralmente concluído e publicação em Diário da República (DRE), nomeadamente o Regulamento das Hortas Urbanas (Publicado em DRE, a 14 de Março); o Regulamento de Teleassistência Domiciliária (Publicado em DRE em 31 de Outubro); o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Oeiras (Publicado em DRE em 31 de Outubro); o Regulamento da Atribuição de Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior residentes no Município de Oeiras (Publicado em DRE em 4 de Outubro); a Revisão do Regulamento da Medida de Comparticipação em despesas com Medicamentos pelo Município de Oeiras (Publicado em DRE a 6 de Dezembro); o Regulamento «Fit Sénior» (Publicado em DRE em 29 de Novembro); o Regulamento de Habitação em regime de arrendamento apoiado (Publicado em DRE a 12 de Dezembro); o Regulamento dos Jovens em Movimento (em fase de revisão do projeto, face às recomendações de alteração avançadas pela Assembleia Municipal); o Regulamento Municipal de Auxílios Económicos no Âmbito da Ação Social Escolar – Aprovado em Reunião de Câmara. Remetido para aprovação em Assembleia Municipal; a Revisão do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município (em fase de recolha de contributos junto dos serviços); o Regulamento do Médico em casa- Serviço Médico ao Domicílio – início do procedimento; o Regulamento do Cuidador da Colónia de Gatos – Início do procedimento.

No âmbito da execução dos contratos celebrados, a área de Contencioso e Apoio Jurídico foi ainda responsável pelo acompanhamento e proposta de decisão de aplicação de penalidades contratuais e de rescisão contratual por incumprimento, nas situações reportadas pelos serviços, de que se destacam o contrato de aquisição de bens n.º 322-2015 TNL (Aquisição, instalação e manutenção de equipamento subterrâneo para deposição de resíduos urbanos e instalação de módulos hidráulicos, celebrado com o Município) – a CMO deliberou aprovar a resolução unilateral e o acionamento da caução prestada para ressarcimento dos prejuízos advenientes do incumprimento contratual; a dupla aplicação de penalidade contratual à empresa CONTENUR, S.A. por

incumprimento verificado no âmbito do contrato de prestação de serviços n.º 178/2016 - "Aquisição de serviços de manutenção em Espaços de Jogos e Recreio no concelho de Oeiras"; a proposta de aplicação de uma penalidade contratual à empresa LUTHISA - Lusitana de Tratamentos de Higiene, Lda., por violação do contrato de prestação de serviços n.º 366/2017 "Aquisição da prestação de serviços de controlo de pragas urbanas, desratização, desbaratização, outras pragas e desinfecções"; a aplicação de sanção contratual à empresa PERENE, S.A. no valor de € 4.520,18 por incumprimento verificado no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços n.º 119/2014 - manutenção dos espaços verdes da zona ocidental do concelho de Oeiras; a aplicação de sanção contratual no montante de €340.20 à empresa FCC Environment Portugal, S.A. por incumprimento verificado no âmbito do Contrato de prestação de serviços n.º 175/2016- Aquisição da prestação de serviços de varredura mecânica para assegurar a limpeza dos arruamentos do concelho de Oeiras; a aplicação de sanção contratual à empresa UNISELF, S.A. no valor de €346.94 por incumprimento verificado no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços n.º 182/2016; a aplicação de sanção contratual à empresa RECOLTE – Serviço e Meio Ambiente, S.A., no valor de € 3.319,39 no âmbito do contrato de prestação de serviços n.º 137/2014.

O ano de 2018 marca um ano extraordinário na atividade de Instrução de Atos Notariais. Este foi o ano em que se celebrou o maior número de contratos e um dos anos com maior registo de escrituras pelo Município no período Pós PER – Plano Especial de Realojamento. Entre Janeiro e Dezembro de 2018 foram outorgados 509 contratos e 30 escrituras.

No que concerne às escrituras públicas, destaque para a aquisição do prédio designado como antiga Praça de touros, em Algés, visando a requalificação do espaço público, dando assim, seguimento à linha estratégica do Município de uma regeneração urbana projetada para o futuro do território e, conseqüentemente, da comunidade. Considerar, também, a aquisição do Edifício da Polícia Municipal - Lote 31, no Alto dos Barronhos que, por vicissitudes conexas com o debilitado estado económico-financeiro da sociedade, entretanto declarada insolvente, impediram a concretização do negócio por duas décadas.

Referir ainda a aquisição de imóveis na Rua Heliodoro Salgado (Centro Histórico de Oeiras), na Avenida da República (antiga Praça de Touros), terreno rustico no Alto dos Agudinhos e o contrato promessa de compra e venda da Casa do Casal, no Casal da Choca. Estas aquisições permitiram ao Município a requalificação do espaço público, a regeneração urbana, implementação do projeto de habitação jovem, adaptação de imóveis em avançado estado de degradação para adaptação a equipamento de apoio à Terceira Idade, bem como a construção de infraestruturas de abastecimento de água. Nota ainda para a escritura de aquisição da Parcela P4, com vista à implantação do viaduto da Quinta da Fonte e empreitada de obra pública de construção do viaduto rodoviário local para descongestionamento de trânsito naquela artéria, e a aquisição, por doação, de várias fracções do denominado Centro Comercial do Espargal, destinadas a possibilitar a reabilitação pública daquele espaço e da sua envolvente.

Por último, a escritura de cedência de 561m² de área de terrenos a integrar no domínio público municipal para espaços verdes e de utilização coletiva, sito no lugar dos Agudinhos, em Laveiras.

No que respeita ao universo dos contratos, destacam-se, nomeadamente, os celebrados no âmbito do RAAD, com as coletividades do Concelho, que permitem apoiar as diversas iniciativas/atividades desportivas bem como o

melhoramento dos seus equipamentos; os celebrados com os agentes culturais e socias do Concelho, na prossecução de políticas públicas; e a celebração com as Freguesias e Uniões de Freguesias dos Acordos de renovação dos contratos Interadministrativos e Acordos de Execução, que permitiram desenvolver as delegações de competências neste mandato. Refira-se, por último, que todos os contratos remetidos para fiscalização prévia do Tribunal de Contas obtiveram o respetivo Visto de conformidade.

Na área do Acompanhamento das Entidades Participadas procedeu-se ao levantamento e identificação das participações municipais (com base nos documentos e pastas existentes no Gabinete da Presidência, e atenta a natureza jurídica de cada uma das entidades); a definição do quadro legal aplicável às entidades participadas (de acordo com o art.º 43º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais no âmbito do qual foi elaborada uma matriz de conformidade legal com a informação que deve obrigatoriamente estar permanentemente disponibilizada no site institucional, bem como informação acessória considerada pertinente); a submissão aos órgãos competentes de propostas de deliberação para apreciação dos documentos de gestão das entidades participadas (em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 42º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e na alínea b) do n.º 2 do art.º 25º Regime Jurídico das Autarquias Locais); a interlocução com as entidades participadas para obtenção de resposta às questões colocadas pela assembleia municipal; apresentação das minutas de contratos de gestão a celebrar com as entidades do setor empresarial local e a determinação de um calendário com os deveres de informação legal.

Relativamente à intervenção da Auditoria Municipal, no primeiro semestre de 2018, a sua ação centrou-se na área das existências, face aos riscos inerentes à gestão de stocks. O objetivo inicial era o de auditar todos os armazéns municipais, contudo, foram auditados apenas dois, dado que por determinação superior, no segundo semestre, a Auditoria Municipal passou a concentrar a sua ação na área da contratação pública, envolvendo um universo de 50 processos. Além disso, durante o ano foram assegurados os balanços trimestrais à Tesouraria.

Enquanto responsável pela elaboração do Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras, preparou um modelo standardizado de reporte a ser utilizado por todas as unidades orgânicas, recolheu e validou todos os contributos, e analisou toda a informação por forma a aferir o grau de implementação das medidas propostas e o seu impacto. Uma vez aprovado o Relatório e consequente Plano, diligenciou-se pela sua divulgação junto de todos os colaboradores do Município, bem como pelo seu envio para o Conselho de Prevenção da Corrupção e dos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

No âmbito da atividade do Apoio às Freguesias, durante o ano de 2018, deu-se a renovação dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos. Segundo uma orientação do Tribunal de Contas foi necessário o envio da toda a documentação aprovada para visto. Não houve a introdução de alterações no processo de renovação e foram considerados os últimos valores aprovados nos cronogramas financeiros.

No entanto, e apesar do esforço dos Srs. Presidentes de Junta, não houve capacidade de execução a 100% nos Relatórios bimestrais apresentados, muito especialmente no que a despesa de capital diz respeito. A demora da

documentação no Tribunal de Contas não permitiu uma gestão eficaz dos recursos disponibilizados pelo Município e face aos sucessivos pedidos de esclarecimento ainda agravou a condição financeira das Juntas de Freguesia.

Deu-se início à preparação dos novos contratos de delegação de competências, trabalhou-se a documentação, foram enviados os elementos às Juntas de freguesia, foram ouvidos os Srs. Presidentes de Junta nas várias fases do processo e foram encerradas as negociações a 23Nov2018.

No âmbito dos apoios a festividades e outras iniciativas foram atribuídos os apoios previstos: de âmbito financeiro (total de cerca de €52.761,33) apoio ao fogo-de-artifício, o apoio para aluguer de autocarros (embora disponível, não foi utilizado pela totalidade das freguesias), o apoio para as festividades, o apoio para a sardinhada (a JF de Barcarena optou pela não realização da sardinhada). Foram realizadas cerca de 40 iniciativas previstas e atribuído o apoio logístico habitual para a concretização das mesmas em articulação com os vários serviços da CMO. Estas iniciativas não têm expressão financeira na sua totalidade, no plano e orçamento desta unidade orgânica, mas sim noutras, especialmente no que se refere ao apoio logístico: palco, divulgação, equipamento técnico variado, som, auditórios, limpeza, autocarros, mesas, cadeiras, gambiarras, mastros, entre outros.

Relativamente à intervenção do Gabinete da Presidência e no que confere à cooperação descentralizada e relações internacionais, procedeu-se à preparação do acordo de cooperação entre o município de Oeiras e o distrito de Dongcheng, Pequim, China, bem como à coordenação e preparação da participação do Sr. Presidente, no seminário internacional sobre geminações de cidades, subordinado ao tema "Desenvolvimento Urbano e Herança Cultural", que decorreu em Setembro. Neste seminário, como orador principal, o Sr. Presidente fez duas apresentações, uma intervenção inicial, sobre a importância da cooperação entre cidades como via para o desenvolvimento e para a paz, e uma segunda intervenção, expondo o modelo de desenvolvimento que Oeiras implementou, desde meados dos anos 1980, e finalmente, o que se pretende realizar no Novo Ciclo de Desenvolvimento que estamos a promover.

No âmbito do Projeto BiomboAgir – projeto financiado pela União Europeia e que tem como parceiros, para além da Câmara Municipal de Oeiras, a UrbAfrica – UCCLA e o Governo Regional do Biombo – foi dada continuidade aos trabalhos programados, dos quais se destaca a preparação de um questionário, a ser distribuído por todos os funcionários do Governo Regional, para aferir as necessidades de formação e assim melhor preparar um plano de formação.

Na sequência da substituição do mobiliário das escolas em Oeiras, deu-se início ao processo de expedição desse material para a Guiné-Bissau. Com o mobiliário disponibilizado será possível equipar 88 salas de aulas na Guiné-Bissau. Serão também disponibilizadas 6 viaturas, a saber 4 ambulâncias, uma viatura de transporte de doentes e uma viatura ligeira. As viaturas de socorro foram cedidas pelas associações de bombeiros de Oeiras, Paco de Arcos, Carnaxide e Cruz Quebrada Dafundo.

O Município realizou a receção do Embaixador da Moldávia e do Ministro do Comércio Guiné-Bissau; recebeu o Sr. Embaixador da Federação Russa que visitou o Tagus Park, o Lagoas Parque, o Palácio e a Adega. E finalmente recebeu o Exmo. Sr. Primeiro-Ministro de Cabo-Verde que durante a visita oficial a Portugal quis reunir com o Presidente da Câmara, para agradecer o apoio prestado a Cabo Verde pelo Município, pelo apoio dado à comunidade que reside em Oeiras, e pelos laços de amizade e fraternidade entre Cabo Verde e Oeiras.

No que confere ao financiamento comunitário, foi dada continuidade ao acompanhamento físico e financeiro dos projetos financiados pelo Portugal 2020.

Relativamente à cidadania e proximidade, durante o período em análise realizou-se uma visita de trabalho às Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada Dafundo, tendo-se visitado o JI Nossa Sra. das Graças com vista a avaliar o projeto de ampliação e criação de novo edifício para aumentar a oferta de creche e jardim-de-infância; União de Freguesias Carnaxide Queijas, tendo-se visitado os Armazéns dos Barronhos, o Parque de estacionamento do Centro Cívico de Carnaxide e Bairro da Quinta da Gandarela.

Visitou-se a freguesia de Barcarena a fim de averiguar uma situação de um muro levantada por uma munícipe no nº 7B da Rua Felner Duarte; a União de Freguesias de Oeiras, Paco de Arcos e Caxias com o objetivo de avaliar o muro da ribeira no Jardim Municipal de Oeiras; Casa de Malta; muro de Cacilhas e futura intervenção paisagística de Sto. Amaro de Oeiras.

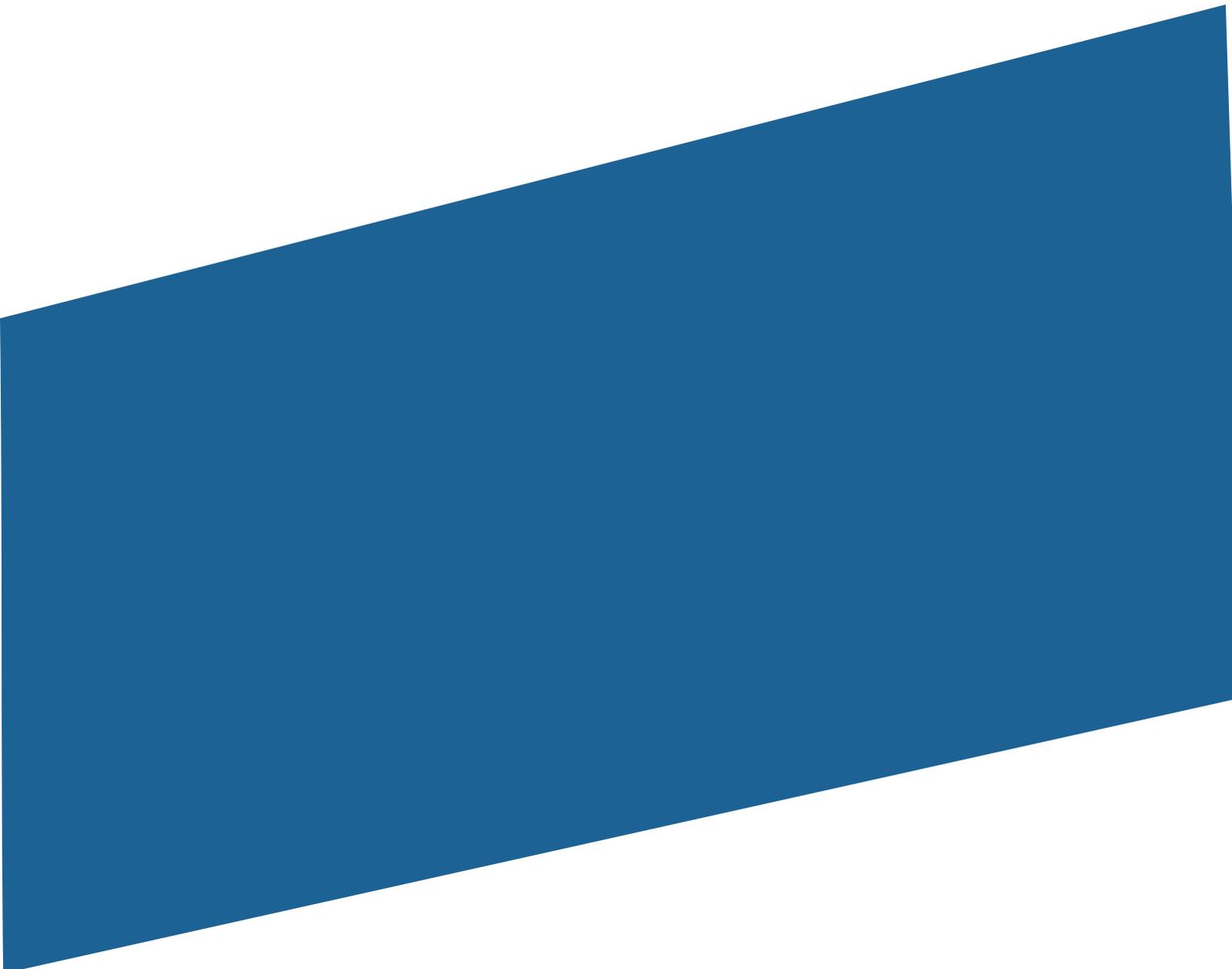
Também durante este período, mais concretamente em outubro foi efetuada uma visita às Esquadras de Polícia de Queijas e de Carnaxide no intuito de se aferir das suas condições. Durante a visita foi determinada a construção de uma nova esquadra de polícia em Carnaxide, bem como a adaptação das atuais instalações para residências para polícias deslocados.

Com vista a assinatura de um acordo com o INIAV para a criação de um parque temático partilhado na Quinta do Marques, para a valorização do conjunto histórico edificado, foi efetuada uma visita a Estação Agronómica Nacional – Casa da Pesca/Casa do Bicho da Seda/Pombal.

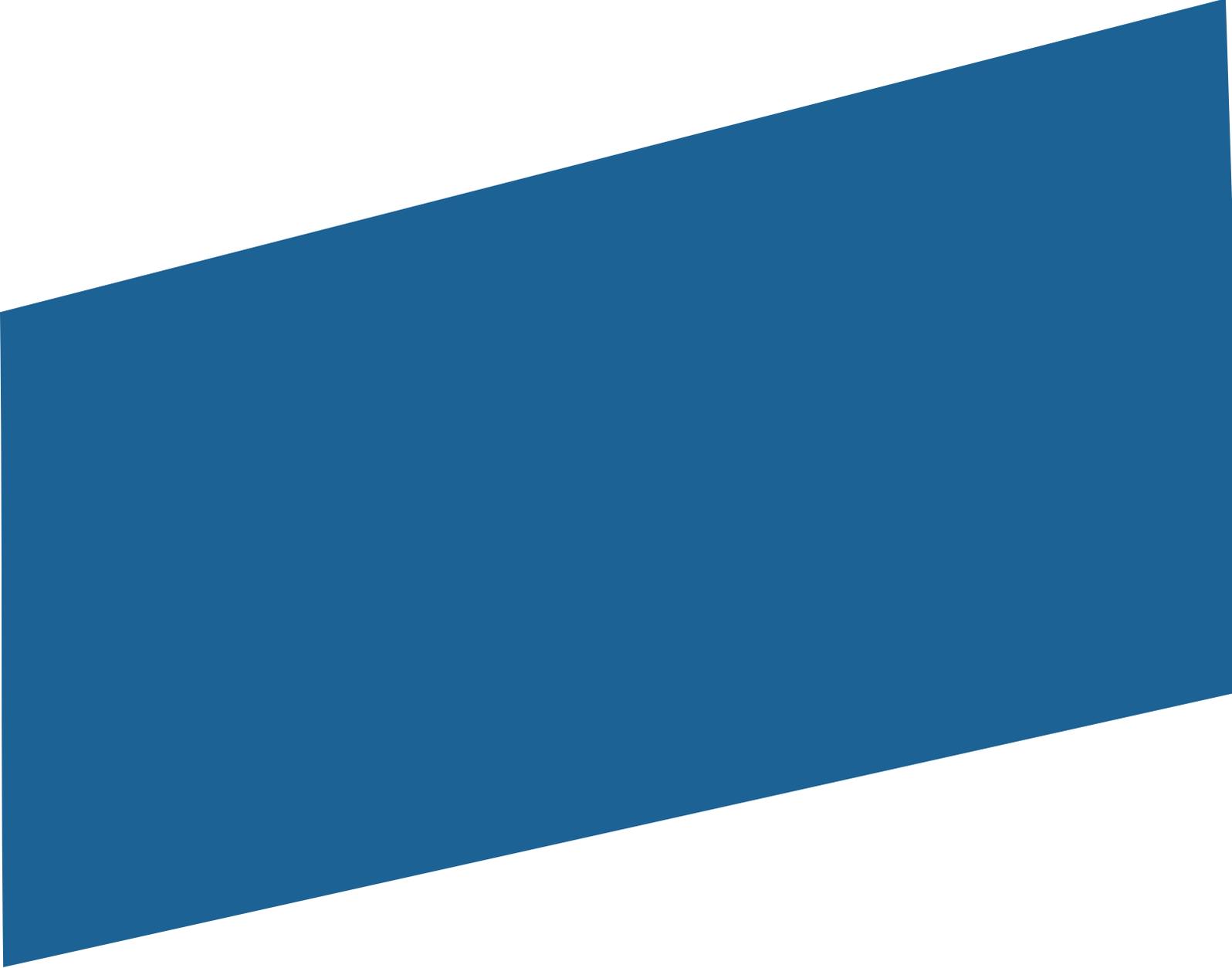




RELATÓRIO FINANCEIRO



Análise Orçamental



4.1 Análise Orçamental

A natureza de análise deste capítulo centraliza-se na **ótica de caixa** – pagamentos e recebimentos, face a uma estimativa de uma dotação inicial e corrigida.

O rigor na elaboração dos orçamentos previsionais tem como resultado uma taxa média acima dos 100% na execução da receita e cerca de 77% na despesa.

Q 28 Evolução da execução do Orçamento

Período de análise	Dotação inicial	Dotação final	Receita cobrada	% Exec	Despesa paga	% Exec
2016	127.424.050	140.285.440	140.482.546	100,1	115.171.511	82,1
2017	128.023.360	155.260.352	178.271.285	114,8	114.798.229	73,9
2018	151.363.360	164.833.832	162.069.067	98,3	122.751.182	74,5

O **orçamento final** do ano de 2018 regista um **incremento de 8,9%** face à dotação inicial, em resultado da inclusão do saldo da gerência de 2017, no montante de 13.470.472,00 €. Foram efetuadas 3 revisões e 14 alterações orçamentais, com ajustamento nas dotações iniciais.

A execução **da receita**, na gerência de 2018, apresenta um **decrécimo** face à dotação final, em **1,7%**, e menos 9,1% comparativamente aos valores realizados no ano de 2017,

Quanto à **despesa** observa-se uma variação negativa de 25,5% face à dotação final e um **crescimento de 6,9%** comparativamente aos valores executados no ano de 2017, percentagem, que em valores absolutos, resulta em mais 7,9 milhões de euros de pagamentos efetuados.

Em suma, face à dotação final verifica-se que a receita apresenta valores inferiores aos realizados em igual período do ano anterior e a despesa um crescimento, resultados decorrentes do abrandamento do crescimento da economia portuguesa ocorrida no ano de 2018.

Q 29 Realização das componentes do orçamento, por natureza

Período de análise	Dotação inicial	Dotação final	Receita corrente	% Exec	Receita capital	% Exec
2016	127.424.050	140.285.440	126.694.517	90,3	746.839	0,5
2017	128.023.360	155.260.352	145.755.241	93,9	5.384.270	3,5
2018	151.363.360	164.833.832	146.880.236	89,1	1.560.549	0,9
			Despesa corrente	% Exec	Despesa capital	% Exec
2016	127.424.050	140.285.440	84.742.690	60,4	30.428.821	21,7
2017	128.023.360	155.260.352	88.535.047	57,0	26.263.182	16,9
2018	151.363.360	164.833.832	95.622.520	58,0	27.128.661	16,5

4.1.1 Análise dos movimentos de Tesouraria

O mapa dos Fluxos de Caixa apresenta a síntese de ligação entre a contabilidade orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis), em que as receitas e despesas são registadas no momento em que se verifica o respetivo recebimento e pagamento, e a contabilidade patrimonial, elaborada na base do acréscimo (accrual basis), evidenciando os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades através do saldo de execução orçamental (ligação ao orçamento).

A discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, desagregado por tipologia, corrente e capital, assim como as operações de tesouraria que representam os valores cobrados para terceiros são os componentes do mapa dos fluxos de caixa.

Q 30 Realização dos Fluxos de Caixa

(euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior	87.043.810	Total Despesas Orçamentais	122.751.182
Execução Orçamental	84.020.294	Despesas Correntes	95.622.520
Operações de Tesouraria	3.023.516	Despesas Capital	27.128.661
Total Receitas Orçamentais	148.598.595	Operações de Tesouraria	9.926.630
Receitas Correntes	146.880.236		
Receitas Capital	1.560.549		
Receitas Outras	157.809		
		Saldo para a Gerência Seguinte	114.014.323
		Execução Orçamental	109.867.707
Operações de Tesouraria	11.049.731	Operações de Tesouraria	4.146.617
Total	246.692.135		246.692.135

O Saldo da Gerência Anterior, que no Balanço se encontra registado nas contas 12 – Depósitos em Instituições Financeiras e 11- Caixa, ascende a 87,0 milhões de euros, com origem na execução orçamental da gerência de 2017. No exercício de 2018 foram arrecadadas receitas no montante de 148,6 milhões de euros e efetuaram-se pagamentos no valor de 122,8 milhões de euros, **no que resulta num saldo para a gerência seguinte, de operações orçamentais e operações de tesouraria, de 114,0 milhões de euros**, valor que regista um crescimento de 31%, comparativamente a igual período do ano anterior.

Crescimento médio de 7,9% no triénio 2016/2018

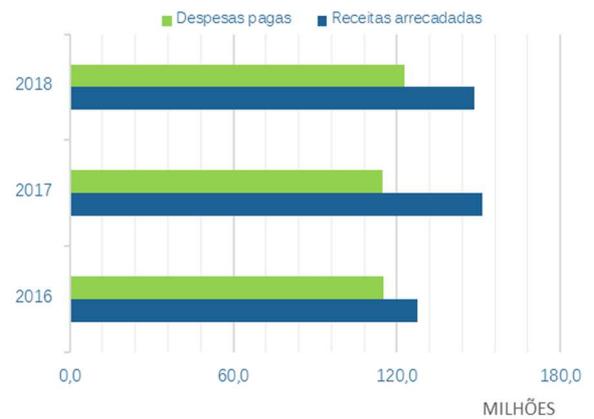
Observa-se que as despesas correntes, são totalmente asseguradas pelas receitas correntes, enquanto o total das receitas de capital em conjunto com as outras receitas se manifestaram insuficientes para cobrir as despesas de capital, ficando com um deficit de 93,7%. A análise, pormenorizada às variações, encontra-se descrita em capítulo próprio.

Q 31 Evolução dos recebimentos e pagamentos

A análise do período de 2016 a 2018 permite observar que a receita cobrada regista um ligeiro abrandamento, comparativamente ao ano de 2017, em cerca de 1,8%.

Contribui para esta variação a quebra de 1,5 milhões de euros na cobrança das rubricas das Taxas, Multas e Outras Penalidades.

No entanto, os valores realizados nos recebimentos, face aos pagamentos efetuados, que verificaram um crescimento no ano de 2018, tem originado saldos de tesouraria expressivos.



4.2 Enquadramento Orçamental

Este capítulo analisa os aspetos relacionados com a contabilidade orçamental cuja especificidade radica numa **ótica de caixa** – pagamentos e recebimentos versus estimativa e/ou dotação inicial ou corrigida – partindo da visão síntese e global dada pela análise dos fluxos de caixa para se fazer, posteriormente, uma análise da receita e da despesa.

A análise da receita e da despesa está estruturada em subpontos, enquadrados pela natureza das operações e respeitando a classificação económica, sendo feitas agregações para fins de análise face aos mapas de execução orçamental apresentados.

A análise assenta na dinâmica do ano económico fazendo um paralelo com o ano anterior, espelhando em algumas situações o comportamento do triénio.

4.2.1 Rácios Orçamentais

Os rácios orçamentais registam em 2018 valores que demonstram o esforço para um maior controlo do orçamento, ou seja, uma gestão financeira mais eficiente em que o exercício orçamental previsional e a sua efetiva realização tendem a colidir.

Q 32 Indicadores orçamentais

Designação	2016	2017	2018
Receita			
Execução da receita total	100,1	114,8	98,3
Execução das receitas correntes	102,0	116,1	98,1
Execução das receitas capital	23,1	3,0	97,4
Receitas fiscais / Receitas correntes	59,6	64,6	67,2
Receitas próprias / receitas totais	70,2	65,0	71,9
Receitas correntes cobradas/Receitas correntes orçadas	102,0	116,1	98,1
Despesa			
Execução da despesa total	82,1	73,9	74,5
Execução das despesas correntes	60,4	83,7	82,2
Execução da despesa de capital	71,7	53,1	55,9
Despesas com Pessoal / Despesas correntes	47,9	47,5	46,8
Despesas correntes pagas / Despesas correntes orçadas	86,6	83,7	82,2
Equilíbrio Orçamental e Dívida			
Saldo corrente (Rc-Dc) / Receita corrente	33,1	39,3	34,9
Serviço da dívida (J+A) / Receita corrente	5,5	2,5	2,1

A **receita total** regista uma variação negativa de 16,0 milhões de euros quando comparada com o ano anterior, para este facto contribuíram, principalmente, as quebras registadas nos valores cobrados nas rubricas das Taxas, Multas e Outras Penalidades e Venda de Bens e Serviços Correntes, com menos de 5,7 milhões de euros, na receita corrente, menos 3,8 milhões no somatório das receitas de capital e uma redução de 13,6 milhões de euros no valor introduzido do saldo da gerência de 2017 face ao valor introduzido em 2016.

As **receitas fiscais**, apresentam-se como o grupo de receitas com o peso mais significativo quer nas receitas correntes, com uma execução de 67,2%, quer no total da receita cobrada, com 66,4%, excluindo o saldo da gerência.

A taxa de cobertura das **receitas próprias** é um dos indicadores com destaque nesta análise, uma vez que regista todas as receitas municipais, desconsiderando as Transferências e os Passivos Financeiros, que representam cerca de 71,9% do total das receitas cobradas. A variação positiva deste indicador, encontra-se suportado na realização do valor dos impostos diretos com uma cobrança superior a 4,1 milhões de euros, comparativamente ao valor de 2017.

Este indicador permite aferir o grau de independência financeira municipal. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representem, pelo menos, 50% das receitas totais. O conceito de independência financeira não deve ser confundido com o de autonomia financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo este último referente ao facto dos municípios disporem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

A independência financeira pressupõe que os recursos financeiros provêm de receitas próprias, onde os impostos e as taxas têm um papel central e as transferências e os empréstimos bancários têm menor influência.

A taxa de execução da receita corrente e da despesa corrente, demonstra o rigor e a prudência aplicados à preparação do orçamento. Apesar do decréscimo do saldo corrente em 2018 em cerca de 10,4%, o **valor pago da despesa corrente foi superior** em mais 7,1 milhões de euros comparativamente. ao ano anterior.

A variação positiva apurada nas **despesas correntes** ocorre essencialmente nas rubricas de transferências correntes, aquisição de bens e serviços e despesas com pessoal, ocorrendo uma redução 38,3% nos juros e outros encargos.

Ao nível das **despesas totais** verifica-se, no ano em apreço, **um crescimento de 6,9%**, que em valores absolutos se traduz em mais 8,0 milhões de euros em pagamentos efetuados.

O rácio do **serviço da dívida** regista, no ano em apreço, uma **redução de 4,2 %** face ao ano anterior, facto justificado pela amortização dos empréstimos em vigor.

Q 33 Serviço da Dívida

Serviço da Dívida	2016	2017	% Var	2018	% Var
Juros de empréstimos	99.396	30.740	-69,1	23.430	-23,8
Amortização	5.419.629	2.508.572	-53,7	2.410.212	-3,9
TOTAL	5.519.025	2.539.312	-54,0	2.433.642	-4,2

4.2.2 Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

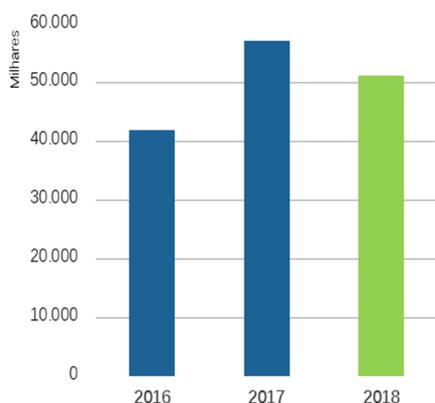
Este princípio foi cumprido pela execução do orçamento do Município de Oeiras, em que a formação de poupança corrente financiou as despesas de capital.

Q 34 Equilíbrio orçamental

Designação	2016	2017	% Var.	2018	% Var.
Poupança corrente	41.951.827	57.220.194	36,4	51.257.716	-10,4
Equilíbrio orçamental	25.311.035	63.473.057	150,8	39.317.885	-38,1
Saldo efetivo	31.506.456	66.607.434	111,4	42.301.691	-36,5

Em 2018, a poupança corrente foi de 51,3 milhões de euros, com uma quebra de 6,0 milhões de euros comparativamente ao valor realizado em 2017.

Q 35 Evolução da poupança corrente



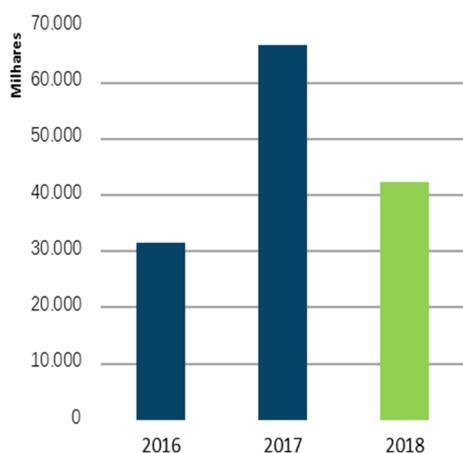
A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio permite verificar o desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida.

O ligeiro acréscimo da receita corrente em 2018, comparativamente a 2017, conjugado com um aumento mais significativo das despesas correntes influenciou a poupança corrente cujo valor foi inferior ao verificado no ano anterior.

O novo regime financeiro das autarquias locais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais, o orçamento deve respeitar o equilíbrio efetivo, suportando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros).

Q 36 Evolução do saldo efetivo



Em 2018, o saldo global efetivo foi de 42,3 milhões de euros. O desvio entre o saldo global efetivo orçamentado, no montante de 3,3 milhões de euros, e o valor que se alcançou no final do ano, resulta em grande parte, do saldo de gerência que transitou do ano de 2017, integrado no orçamento, em sede de revisão orçamental, e dos Impostos Diretos.

A evolução do saldo global efetivo ao longo do último triénio, evidencia a capacidade de poupança do Município, apesar de uma quebra de

36,5% face ao ano anterior, facto que permitiu, de forma sustentada, manter e melhorar o equilíbrio das finanças municipais.

4.2.3 Execução Orçamental

O detalhe da execução da receita e da despesa nas suas componentes, corrente e capital, a taxa de realização face ao orçamento final, bem como a comparação com os valores realizados nos dois anos antecedentes mostra-nos o controlo de gestão pelo qual se tem norteado a gestão financeira da Autarquia.

Q 37 Evolução da Receita e da Despesa

(euros)	2016	2017	Var. %	2018		Var. %
				Orç Final	Cobrada	
Receita Corrente	126.694.517	145.755.241	15,0	149.761.620	146.880.236	0,8
Impostos Diretos	72.548.636	89.970.968	24,0	91.765.980	94.096.049	4,6
Impostos Indiretos	1.917.074	1.669.451	-12,9	2.082.020	3.484.677	108,7
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.093.179	2.580.647	136,1	2.272.660	1.088.090	-57,8
Rendimentos de Propriedade	4.243.108	3.539.354	-16,6	3.392.580	3.468.777	-2,0
Transferências Correntes	28.805.255	30.038.674	4,3	30.307.820	31.038.685	3,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	17.200.713	17.729.303	3,1	19.264.210	13.492.236	-23,9
Outras Receitas Correntes	886.552	226.843	-74,4	676.350	211.722	-6,7
Receita Capital	746.839	5.384.270	>100,0	1.601.730	1.560.549	-71,0
Venda de Bens de Investimento	652.875	189.756	-70,9	162.350	624.778	229,3
Transferências de Capital	85.688	4.988.426	> 100,1	1.408.750	888.457	-82,2
Ativos Financeiros	0	149.987	> 100,0	20	8.250	-94,5
Passivos Financeiros	0	0	0,0	20	0	0,0
Outras Receitas de Capital	8.276	56.102	> 100,0	30.590	39.064	-30,4
Total Receitas S/ Reposições	127.441.357	151.139.511	18,6	151.363.350	148.440.785	-1,8
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	179.799	106.775	-40,6	10	157.809	47,8
Total Receitas C/ Reposições	127.621.156	151.246.285	18,5	152.965.090	148.598.595	-1,8
Saldo da gerência anterior	12.861.390	27.025.000	110,1	13.470.472	13.470.472	-50,2
TOTAL	140.482.546	178.271.285	26,9	164.833.832	162.069.067	-9,1
Receita Efetiva	140.482.546	178.121.299	26,8	164.833.792	162.060.817	-9,0

(euros)	2016	2017	Var. %	2018		Var. %
				Orç Final	Pago	
Despesa Corrente	84.742.690	88.535.047	4,5	116.320.972	95.622.520	8,0
Despesas com o Pessoal	40.594.366	42.070.685	3,6	45.440.986	44.761.954	6,4
Aquisição de Bens e Serviços	31.122.271	32.249.445	3,6	50.927.557	35.281.997	9,4
Juros da Dívida Pública	1.505.334	1.066.151	-29,2	1.146.000	657.402	-38,3
Transferências Correntes	10.355.967	11.973.935	15,6	17.196.305	13.653.378	14,0
Outras Despesas Correntes	1.164.752	1.174.830	0,9	1.610.125	1.267.790	7,9
Despesa Capital	30.428.821	26.263.182	-13,7	48.512.860	27.128.661	3,3
Aquisição de Bens de Capital	22.915.166	20.572.509	-10,2	39.429.667	21.760.770	5,8
Transferências de Capital	1.318.234	2.406.308	82,5	5.800.349	2.375.835	-1,3
Ativos Financeiros	775.792	775.792	0,0	581.844	581.844	-25,0
Passivos Financeiros	5.419.629	2.508.572	-53,7	2.700.000	2.410.212	-3,9
Outras Despesas de Capital	0	0	0,0	1.000	0	0,0
TOTAL	115.171.511	114.798.229	-0,3	164.833.832	122.751.182	6,9
Despesa Efetiva	108.976.090	111.513.865	2,3	161.551.988	119.759.126	7,4

A Receita Efetiva e a Despesa Efetiva resultam da dedução dos Ativos e Passivos financeiros.

Os indicadores de gestão permitem-nos analisar os efeitos resultantes das metas e objetivos orçamentados, de forma a conhecerem-se os desvios e melhorar o desempenho planeado.

Q 38 Indicadores de realização orçamental

(euros)

Indicador	2016	2017	% Var.	2018	% Var.
Saldo Efetivo	31.506.456	66.607.434	111,4	42.301.691	-36,5
Despesa Primária	107.470.756	110.447.713	2,8	119.101.724	7,8
Saldo Corrente	41.951.827	57.220.194	36,4	51.257.716	-10,4
Saldo de Capital	-29.681.982	-20.878.912	29,7	-25.568.112	-22,5
Saldo Primário	33.011.790	67.673.585	105,0	42.959.093	-36,5

O **Saldo Efetivo** resulta da diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas, se este resultado for positivo resulta num excedente orçamental. Na gerência de 2018 esta equação regista uma variação negativa de 36,5%, quando comparado com os valores realizados no ano anterior, facto suportado na quebra da receita efetiva realizada nas rubricas das Taxas Multas e Outras Penalidades e das Vendas de Bens e Serviços e no valor realizado nas receitas de capital. Para este saldo contribuiu, também, o valor do saldo da gerência de 2017 que quando comparado com o valor realizado na gerência de 2017, observa um decréscimo de 13,6 milhões de euros.

O **Saldo de Capital**, que resulta da diferença entre a receita de capital e a despesa de capital, indica que a receita foi insuficiente em 25,6 milhões de euros para liquidar os pagamentos efetuados nas despesas de investimento, face ao ano anterior apresenta uma variação negativa, o que significa que a percentagem de cobertura do investimento passou de 20,5% na gerência de 2017 para 0,5 no ano de 2018.

O **Saldo Primário**, que decorre da diferença entre a receita efetiva e a despesa primária (despesa efetiva excluída da rubrica de juros e outros encargos) regista um decréscimo de 24,7 milhões de euros quando comparada com a gerência anterior.

4.3 Análise da Receita

A inscrição orçamental e contabilística da receita municipal obedeceu ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita foi classificada por capítulos.

4.3.1 – Alterações e revisões orçamentais da Receita

Q 39 Origem do Acréscimo de dotação

Designação	Orçamento inicial	Orçamento final
Receita corrente	149.761.620	149.761.620
Receita de capital	1.601.730	1.601.730
Reposições Não abatidas nos Pagamentos	10	10
Saldo da Gerência Anterior	0	13.470.472
TOTAL	151.363.360	164.833.832

O valor do orçamento final da receita regista um aumento de 13,5 milhões de euros quando comparado com a dotação inicial, variação determinada pela incorporação de parte do saldo de gerência de 2017.

4.3.2 – Execução orçamental da Receita

A Receita cobrada, no ano em análise, regista uma variação negativa de 9,1%, se considerarmos as outras receitas (Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP's) e o Saldo da Gerência anterior), face ao valor realizado na gerência de 2017, se atendermos à receita total (corrigida das RNAP's e Saldo da Gerência) a percentagem do desvio negativo passa a 1,8%, uma quebra de 2,7 milhões de euros face ao ano anterior. No entanto, o valor realizado, perto dos 100,0%, evidencia um maior controlo orçamental exercido pelo município bem como o cumprimento pelas regras orçamentais da previsão da receita.

A execução da receita traduz os recebimentos gerados no ano (receita liquidada e cobrada) acrescidos dos proveitos gerados em anos anteriores e não cobrados.

Q 40 Execução da receita total

Designação	(euros)		
	2016	2017	2018
Receita prevista inicial (1)	127.424.050	128.235.352	151.363.350
Receita liquidada (2)	128.390.205	169.192.950	158.305.404
Receita por cobrar no início ano (3)	6.178.572	6.922.831	7.743.684
Receita cobrada bruta (4)	127.621.156	151.246.286	148.598.595
Excedente da receita prevista (5)=(4)-(1)	197.106	23.010.934	-2.764.755
Grau de execução da receita cobrada do ano (6)=(4-3)/(1)	95,3%	112,5%	93,1%
Grau de execução da receita cobrada no ano (7)=(4)/(1)	100,2%	117,9%	98,2%

Os valores apresentados para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior

A receita prevista inicial corresponde à receita inicial estimada, acrescida das alterações orçamentais à receita realizada ao longo do ano.

Nos três anos em análise os orçamentos previsionais aproximam-se cada vez mais, dos valores cobrados, onde se destaca o ano de 2017 com valores de execução que ultrapassam os 100,0%, no entanto verifica-se na gerência de 2018 uma execução de 98,2% do orçamento final. Valor que promove uma maior sustentabilidade financeira e reduz a possibilidade de ocorrência de condições indutoras de desequilíbrio.

Q 41 Realização da receita, por classificação económica

Designação	(euros)				
	Orçamento final (€) 1	Liquidada (€) 2	Cobrada (€) 3	Desvio(€) 4=3-1	Tx exec (%) 5=3/1
Receita Corrente	149.761.620	156.696.164	146.880.236	-2.881.384	98,1
Impostos Diretos	91.765.980	98.572.668	94.096.049	2.330.069	102,5
Impostos Indiretos	2.082.020	5.692.256	3.484.677	1.402.657	167,4
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.272.660	1.310.026	1.088.090	-1.184.570	47,9
Rendimentos de Propriedade	3.392.580	3.472.934	3.468.777	76.197	102,2
Transferências Correntes	30.307.820	32.634.571	31.038.685	730.865	102,4
Venda de Bens e Serviços Correntes	19.264.210	14.692.473	13.492.236	-5.771.974	70,0
Outras Receitas Correntes	676.350	321.235	211.722	-464.628	31,3
Receita Capital	1.601.730	1.451.431	1.560.549	-41.181	97,4
Venda de Bens de Investimento	162.350	659.835	624.778	462.428	384,8
Transferências de Capital	1.408.750	726.399	888.457	-520.293	63,1
Ativos Financeiros	20	16.500	8.250	8.230	> 100,0
Passivos Financeiros	20	0	0	-20	0,0
Outras Receitas de Capital	30.590	48.697	39.064	8.474	127,7
Total das Receitas S/ Reposições	151.363.350	158.147.595	148.440.785	-2.922.565	98,1
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10	157.809	157.809	157.799	> 100,0
Total das Receitas C/ Reposições	151.363.360	158.305.404	148.598.595	-2.764.765	98,2
Saldo da gerência anterior	0	13.470.472	13.470.472	13.470.472	> 100,0
TOTAL	151.363.360	171.775.876	162.069.067	10.705.707	107,1

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões finais em 6,8 milhões de euros. Contribuíram para esta variação positiva os Impostos Diretos e Indiretos, os Rendimentos de Propriedade, as Transferências Correntes e em sentido

inverso as Taxas, Multas e Outras Penalidades, as Vendas de Bens e Serviços Correntes e as Outras Receitas Correntes.

No que respeita aos valores cobrados verifica-se uma variação positiva de 10,7 milhões de euros face ao valor previsional, se considerado as RNAP's e o saldo da gerência anterior. A nível da receita corrente, os Impostos Indiretos destacam-se com uma cobrança superior ao valor previsional em 67,4%. Na receita de capital a Venda de Bens de Investimento realiza mais 462, 4 mil euros face ao previsto em previsto em orçamento.

Q 42 Receita cobrada por agregados

Designação	2016	2017	(euros)
			2018
Receita Fiscal Municipal (01, 02)	74.465.711	91.640.419	97.580.726
Receita da Atividade Municipal (04,0701,0702)	12.028.937	13.226.780	8.814.473
Receita proveniente Património Municipal (05,0703,09,11)	11.160.938	10.962.267	9.867.657
Transferências Cor + Cap (06, 10)	28.890.943	35.027.100	31.927.143
Outras Receitas (08,12,13)	894.828	282.945	250.787
TOTAL	127.441.357	151.139.511	148.440.785

A receita fiscal destaca-se como o agregado com maior expressividade no total da receita cobrada, quer a nível da componente corrente, com 66,4%, quer na receita total com 65,7%. A execução, deste grupo de receitas, regista no triénio uma evolução média anual de 14,5%, nos valores cobrados.

4.3.3 – Execução da receita corrente

Q 43 Execução da receita corrente

Designação	(euros)		2018		
	2017	% Pond		% Pond	% Var.
Receita Corrente					
Impostos Diretos	89.970.968	61,7	94.096.049	64,1	4,6
Impostos Indiretos	1.669.451	1,1	3.484.677	2,4	108,7
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.580.647	1,8	1.088.090	0,7	-57,8
Rendimentos de Propriedade	3.539.354	2,4	3.468.777	2,4	-2,0
Transferências Correntes	30.038.674	20,6	31.038.685	21,1	3,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	17.729.303	12,2	13.492.236	9,2	-23,9
Outras Receitas Correntes	226.843	0,2	211.722	0,1	-6,7
Total	145.755.241	100,0	146.880.236	100,0	0,8

Na gerência de 2018 a receita corrente regista um aumento de 1,1 milhões de euros face aos valores cobrados no ano anterior, variação que decorre, fundamentalmente, nos impostos indiretos com mais 1,8 milhões de euros na cobrança final.

O conjunto das receitas agregadas a impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades denominada por receitas fiscais, constitui a parcela mais significativa da receita corrente, com uma realização de 98,7 milhões de euros.

Q 44 Estrutura da receita fiscal

(euros)

Designação	Cobrada 2016	Cobrada 2017	% Var.	Orçada 2018	Cobrada 2018	Desvio	% Var.
Impostos Diretos	72.548.786	89.970.968	24,0	91.765.980	94.096.049	2.330.069	4,6
Imp. Municipal s/ Imóveis (IMI) / Contribuição Autárquica	31.895.781,0	31.024.766	2,8	29.781.840	31.288.384	1.506.544	0,8
Imp. Único de Circulação (IUC) / IMV	12.073.793,0	13.123.949	-8,0	14.705.530	13.334.677	-1.370.853	1,6
Imposto Municipal s/ Trans. Onerosas Imóveis (IMT) / SISA	13.226.939,0	27.770.802	-52,4	32.394.250	32.890.545	496.295	18,4
Derrama	15.338.002,0	18.033.968	-14,9	14.877.220	16.564.877	1.687.657	-8,1
Impostos Diretos Diversos	14.271,0	17.483	-18,4	7.140	17.565	10.425	0,5
Impostos Indiretos	1.917.075	1.669.451	-12,9	2.082.020	3.484.677	1.402.657	108,7
Mercados e Feiras	0	0	0,0	10	0	-10	0,0
Loteamentos e Obras	917.102	673.249	36,2	1.072.290	993.372	-78.918	47,5
Ocupação da Via Pública	378.572	267.099	41,7	322.960	1.602.480	1.279.520	>100,0
Publicidade	150.072	166.774	-10,0	161.220	168.203	6.983	0,9
Outros	471.329	562.329	-16,2	525.540	720.622	195.082	28,1
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.093.030	2.580.647	136,1	2.272.660	1.088.090	-1.184.570	-57,8
Mercados e Feiras	0	0	0,0	10	0	-10	0,0
Loteamento e Obras (particulares)	287.953	297.061	-3,1	1.634.950	337.007	-1.297.943	13,4
Ocupação da Via Pública (particulares)	118.313	46.060	156,9	91.110	60.485	-30.625	31,3
Caça, uso e porte de arma	0	0	0,0	10	0	-10	0,0
Outras	149.212	94.369	58,1	130.150	410.297	280.147	>100,0
Multas e Outras Penalidades	537.552	2.143.157	-74,9	416.430	280.302	-136.128	-86,9
Total	75.558.891	94.221.067	-19,8	96.120.660	98.668.816	2.548.156	4,7

Os **impostos diretos** destacam-se no grupo das receitas fiscais como a principal receita do município. Com um valor arrecadado superior ao valor previsional em mais 2,3 milhões de euros e mais 4,1 milhões de euros comparativamente ao valor cobrado na gerência anterior.

Neste grupo de impostos, todos apresentam variações positivas face ao valor estimado com exceção do IUC com um desvio negativo de 1,3 milhões de euros.

Destaca-se o IMI, com mais 1,5 milhões de euros, a Derrama, com um aumento de 1,7 milhões de euro e o IMT com mais 496 mil euros. Apesar de se verificar uma variação positiva nestes impostos, a realização dos valores face ao ano anterior evidencia o abrandamento da economia portuguesa verificada no ano de 2018, conforme dados do Banco de Portugal.

Os **impostos indiretos** registam um crescimento, comparativamente ao ano anterior, em mais de 100,0% e uma taxa de execução de 67,4% do valor orçamentado. Resultados influenciados pelo comportamento positivo da receita realizada na rubrica da ocupação da via pública, com cobranças superiores 1,6 milhões de euros.

As **taxas, multas e outras penalidades** apresentam-se com um desvio negativo de 1,1 milhões de euros perante o orçamento final e 1,5 milhões de euros quando comparado com os valores realizados em 2017. Esta realização de valores encontra-se justificada pela devolução de juros de mora retidos pela administração tributária nos últimos 12 anos, em janeiro de 2017. Expurgando este reconhecimento excecional, verifica-se que 2018 regista uma quebra de 277,9 mil euros face ao ano anterior.

Q 45 Estrutura da receita não fiscal

(euros)

Designação	Cobrada 2016	Cobrada 2017	% Var.	Orçada 2018	Cobrada 2018	Desvio	% Var.
Rendimentos de Propriedade	4.243.108	3.539.354	-16,6%	3.392.580	3.468.777	76.197	-2,0
Transferências Correntes	28.805.255	30.038.674	4,3%	30.307.820	31.038.685	730.865	3,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	17.200.713	17.729.303	3,1%	19.264.210	13.492.236	-5.771.974	-23,9
Outras Receitas Correntes	886.552	226.843	-74,4%	676.350	211.722,06	-464.628	-6,7
Total	51.135.628	51.534.175	0,8%	53.640.960	48.211.420	-5.429.540	-6,4

A rúbrica **rendimentos de propriedade** regista uma variação positiva de 70,6 mil euros comparativamente ao ano anterior, em consequência da diminuição do valor cobrado na rúbrica rendas de terrenos.

O aumento do valor cobrado nas **transferências correntes** advém dos montantes transferidos ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Ministério da Educação, previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assinado em 17 de junho de 2015 (Diário da República, 2.ª série — N.º 145 — 28 de julho de 2015, Contrato n.º 558/2015). No âmbito deste acordo foi transferido um total de 12,2 milhões de euros, valor repartido para despesas de funcionamento, no montante de 3,6 milhões de euros, e para despesas com pessoal não docente e no âmbito do acordo de cooperação (pré-escolar), 8,6 milhões de euros.

A **venda de bens e serviços correntes** observa uma quebra de 23,9% quando comparado com o ano cobrado em 2017, suportado pela variação negativa na realização da receita dos resíduos sólidos (menos 2,7 milhões de euros) e rendas de habitação social (menos 1,3 milhões de euros). Comparativamente ao valor orçamentado verifica-se a mesma tendência, com uma redução de 5,8 milhões de euros no valor cobrado.

4.3.4 – Execução da receita capital

As receitas de capital de carácter transitório, estão em regra geral, associadas a uma diminuição de património e registam em 2018 uma variação negativa de 3,8 milhões de euros comparativamente ao valor cobrado em 2017 e uma execução de 97,4% face ao valor previsional.

Q 46 Execução da receita de capital

(euros)							
Designação	Cobrada 2016	Cobrada 2017	% Var.	Orçada 2018	Cobrada 2018	Desvio	% Var.
Receita Capital							
Venda de Bens de Investimento	652.875	189.756	-70,9	162.350	624.778	462.428	229,3
Transferências de Capital	85.688	4.988.426	5.721,6	1.408.750	888.457	-520.293	>100,0
Ativos Financeiros	0	149.987	0,0	20	8.250	8.230	100,0
Passivos Financeiros	0	0	0,0	20	0	-20	0,0
Outras Receitas de Capital	8.276	56.102	100,0	30.590	39.064	8.474	-30,4
Total	746.839	5.384.270	620,9%	1.601.730	1.560.549	-41.181	-71,0

As **vendas de bens de investimento** apresentam um aumento de 435 mil euros face ao valor realizado em 2017 e duas vezes mais que o valor previsto em orçamento, variação suportada pela alienação de um terreno sito em Cacilhas de Oeiras, destinado à construção de equipamento de uso coletivo na área da saúde pelo valor de 415 mil euros.

As **transferências de capital** contabilizam as transferências de entidades societárias, privadas, do Estado e as receitas provenientes das participações a fundo perdido de contratos comunitários e de contratos com fundos autónomos.

Este grupo de receitas apresenta-se como o mais expressivo no conjunto das receitas de capital, com uma realização de 888,5 mil euros, valor que representa 63,1% do valor orçado e uma quebra de 4 milhões de euros quando comparado com o ano anterior.

Para o valor realizado contribuíram:

- Os reembolsos dos projetos financiados por parte do FEDER (Horizonte 2020) em 291 mil euros, nomeadamente para as intervenções na EB Conde de Oeiras, EB Bessa Múria, EB Jorge Mineiro, EB Sophia de Mello Breyner, EB Alto de Algés, Requalificação da Frente Marginal, Reabilitação no Pátio dos Cavaleiros e Casa das Letras;
- 279,7 mil euros no âmbito do acordo de colaboração com o Turismo de Portugal para obras e projetos de interesse turístico;
- 127,4 mil do Fundo Ambiental para aquisição de veículos elétricos;
- 170,3 mil como remanescente do financiamento por parte da ARSLVT para o Centro de saúde de Barcarena

Comparativamente a 2017, verifica-se uma quebra de 4,1 milhões de euros face à os valores realizados no ano anterior. Este facto é suportado pela entrada dos valores referentes aos financiamentos por parte do PorLisboa (Portugal 2020) e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) relativas às Unidades de Saúde de Barcarena e Carnaxide no valor total de 2,4 milhões de euros e pela execução das garantias bancárias da empresa Pimenta & Rendeiro, SA (por falência) e Ferreira & Magalhães (por falência, num total de 2,5 milhões de euros).

Os valores realizados nas [outras receitas de capital](#) referem-se ao procº nº 3246 da entidade Condomínio do Edifício Tejo Residence, que se encontra em liquidação de dívida que detém para com o Município.

4.4 Análise da Despesa

A execução da despesa, expressa-se em fluxos de saída/pagamento referentes aos custos gerados no ano, aos investimentos executados, à utilização de recursos para pagamento de custos e aos investimentos de anos anteriores não pagos no exercício respetivo.

4.4.1 – Alterações e revisões orçamentais da Despesa

Q 47 Modificações ao orçamento, por natureza

	Orçamento inicial		Orçamento final		Variação	
Despesa Corrente	108.154.557	71,5%	116.320.972	70,6%	8.166.415	7,6%
Despesas com o Pessoal	44.622.003	29,5	45.440.986	27,6	818.983	1,8
Aquisição de Bens e Serviços	45.876.253	30,3	50.927.557	30,9	5.051.304	11,0
Juros da Dívida Pública	1.141.000	0,8	1.146.000	0,7	5.000	0,4
Transferências Correntes	14.902.676	9,8	17.196.305	10,4	2.293.629	15,4
Outras Despesas Correntes	1.612.625	1,1	1.610.125	1,0	-2.500	-0,2
Despesa Capital	43.208.803	28,5%	48.512.860	29,4%	5.304.057	12,3%
Aquisição de Bens de Capital	35.150.013	23,2	39.429.667	23,9	4.279.654	12,2
Transferências de Capital	4.581.790	3,0	5.800.349	3,5	1.218.559	26,6
Ativos Financeiros	776.000	0,5	581.844	0,4	-194.156	-25,0
Passivos Financeiros	2.700.000	1,8	2.700.000	1,6	0	0,0
Outras Despesas de Capital	1.000	0,0	1.000	0,0	0	0,0
TOTAL	151.363.360	100,0%	164.833.832	100,0%	13.470.472	8,9%

Apesar da identificação das despesas aquando a elaboração do orçamento, durante a execução acontecem situações em que as dotações previsionais são insuficientes ou até mesmo inexistentes. Como forma de ultrapassar estas situações, efetuaram-se modificações orçamentais que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 13,5 milhões de euros, entre as quais 3 revisões para integração do saldo de gerência transitado do ano anterior e retificação de valores de anos futuros, e 14 alterações.

Os reforços ao orçamento inicial da despesa permitiram adaptar as dotações de todas as rubricas que constituem a despesa com exceção das outras despesas correntes e ativos financeiros que registaram uma diminuição do valor inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, para outros bens, outros trabalhos especializados e outros serviços, bem como transferências para instituições sem fins lucrativos.

Q 48 Modificações ao orçamento, por serviço responsável

(euros)

Designação	Orçamento inicial		Orçamento final		Variação	
Assembleia Municipal e Câmara Municipal[CM]	587.500	0,4	627.056	0,4	39.556	6,7
Operações Financeiras [OF]	3.891.000	2,6	3.896.000	2,4	5.000	0,1
Serviços Assessoria [SA]	12.663.644	8,4	13.603.435	8,3	939.791	7,4
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]	68.065.333	45,0	75.684.817	45,9	7.619.484	11,2
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	1.185.631	0,8	1.187.281	0,7	1.650	0,1
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU]	11.660.921	7,7	8.357.406	5,1	-3.303.515	-28,3
Departamento de Obras Municipais [DOM]	17.574.175	11,6	19.595.365	11,9	2.021.190	11,5
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	17.836.482	11,8	19.454.311	11,8	1.617.829	9,1
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	3.213.400	2,1	6.135.548	3,7	2.922.148	90,9
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	6.539.236	4,3	8.394.290	5,1	1.855.054	28,4
Departamento de Educação [DE]	8.146.038	5,4	7.898.323	4,8	-247.715	-3,0
Total	151.363.360	100,0	164.833.832	100,0	13.470.472	8,9

Com exceção dos Departamentos de Habitação e Reabilitação Urbana e de Educação, com uma redução do orçamento inicial de 28,3% e 3,0%, respetivamente, todas as restantes unidades orgânicas verificam acréscimos de valores.

Em termos de reforços orçamentais destaca-se o Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento pela percentagem de acréscimo ao orçamento inicial, mais 90,9%, em valores absolutos traduz-se num reforço de 2,9 milhões de euros, valor necessário para o cumprimento dos protocolos de apoio aos agentes culturais e agentes recreativos e comerciais p/ fins turísticos.

O Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional, destaca-se com um reforço de 7,6 milhões de euros, maioritariamente em rubricas de pessoal e para aquisição, por via do direito privado, de terrenos.

O Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social também se destaca com um reforço de 28,4% da dotação inicial, que em valores absolutos se traduz num aumento de 1,9 milhões de euros nomeadamente para a comparticipação no equipamento e obras em instituições de apoio social e saúde e para apoio ao associativismo desportivo, no desenvolvimento de atividades.

4.4.2 – Execução orçamental da Despesa

A **Despesa** previsional teve um acréscimo de 8,9% em sede de orçamento final. Quando comparado com os valores executados em 2017, regista-se uma execução de 6,9% a par do valor dos compromissos do exercício que também regista um aumento de 9,4%.

As **despesas totais pagas** apresentam um crescimento de 6,9% comparativamente ao ano anterior, o que significa mais 8,0 milhões de euros em pagamentos efetuados. Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2019, de 3,3 milhões de euros, valor que apresenta um decréscimo face a igual período do ano anterior de 25,0%.

A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2018, em 6 dias. Saliente-se que esta dívida diz, exclusivamente, respeito a dívida não vencida, uma vez que o Município não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Q 49 Evolução da despesa

Designação	(euros)		
	2016	2017	2018
Despesa prevista final (1)	140.285.440	155.260.352	164.833.832
Compromissos do exercício* (2)	129.400.108	132.997.099	145.510.514
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (3)	115.171.511	114.798.229	122.751.182
Compromissos do exercício por pagar (4)= (2)-(3)	14.228.597	18.198.870	22.759.332
Compromissos a pagar em exercícios futuros **	202314435	300.649.631	255.856.699
Grau de execução da despesa comprometida (2)/(1)	92,2%	85,7%	88,3%
Grau de execução da despesa paga vrs compromissos do	89,0%	86,3%	84,4%
Grau de execução da despesa paga vrs despesa prevista (3)/(1)	82,1%	73,9%	74,5%
Prazo médio de Pagamento	32	40	6

* Inclui os compromissos não pagos que transitaram de exercícios anteriores

** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes, não constituem dívida apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos contratuais ainda não faturados

A despesa prevista final regista, nos 3 anos em análise, um crescimento médio anual de 8,4%.

Os compromissos para anos futuros registam um decréscimo de 14,9% face ao valor comprometido no ano anterior em consequência da elaboração de novos projetos que se encontram em fase de preparação.

Q 50 Realização da Despesa, por classificação económica

(euros)

Designação	Orçamento final	Despesa Comprometida	Despesa		Desvio	Por executar	Tx exec (%)
			Faturada	Paga			
	1	2	3	4	5=4-1	6=3-4	7=4/1
Despesa Corrente	116.320.972	105.485.384	97.246.388	95.622.520	-20.698.452	1.623.868	82,2
Despesas com o Pessoal	45.440.986	44.776.196	44.761.954	44.761.954	-679.032	0	98,5
Aquisição de Bens e Serviços	50.927.557	43.294.881	36.500.247	35.281.997	-15.645.560	1.218.250	69,3
Juros da Dívida Pública	1.146.000	674.864	657.402	657.402	-488.598	0	57,4
Transferências Correntes	17.196.305	15.182.616	14.058.987	13.653.378	-3.542.927	405.609	79,4
Outras Despesas Correntes	1.610.125	1.556.827	1.267.798	1.267.790	-342.335	8	78,7
Despesa Capital	48.512.860	40.025.130	28.782.423	27.128.661	-21.384.198	1.653.761	55,9
Aquisição de Bens de Capital	39.429.667	32.264.666	21.932.954	21.760.770	-17.668.896	172.183	55,2
Transferências de Capital	5.800.349	4.768.408	3.857.413	2.375.835	-3.424.514	1.481.578	41,0
Ativos Financeiros	581.844	581.844	581.844	581.844	0	0	100,0
Passivos Financeiros	2.700.000	2.410.212	2.410.212	2.410.212	-289.788	0	89,3
Outras Despesas de Capital	1.000	0	0	0	-1.000	0	0,0
TOTAL	164.833.832	145.510.514	126.028.810	122.751.182	-42.082.650	3.277.629	74,5

Em termos globais o orçamento de 2018 regista compromissos que representaram 88,3% do orçamento final e uma faturação de 76,5%. Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 77,9% do total executado e as despesas de capital, 22,1%.

Nas **despesas correntes** são as despesas com pessoal que registam o maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçamentado.

Na **aquisição de bens e serviços**, o desvio negativo de 7,6 milhões de euros, no que respeita aos compromissos assumidos face ao valor orçamentado espelha o esforço na contenção das despesas ao longo do ano.

As **despesas de capital** comprometidas, ascendem a 82,5% do orçamento final e registam uma faturação de 59,3%. Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados nas rubricas de aquisição de bens de capital e transferências de capital e dentro das mesmas, nas rubricas de terrenos, edifícios, outras construções e infraestruturas e equipamento básico.

O **investimento** global inicialmente previsto com 35,9 milhões de euros no agrupamento de aquisição de bens de capital, teve um aumento em sede de modificações orçamentais, de 12,2%, para o qual contribuíram as rubricas de investimentos e bens do domínio público.

Q 51 Despesa paga por serviço responsável

(euros)

Designação	Orçamento final		Despesa Paga		Tx Exec.
Assembleia Municipal e Câmara Municipal [CM]	627.056	0,4	549.589	0,4	87,6
Operações Financeiras [OF]	3.896.000	2,4	3.113.863	2,5	79,9
Serviços Assessoria [SA]	13.603.435	8,3	8.433.449	6,9	62,0
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]	75.684.817	45,9	65.011.571	53,0	85,9
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	1.187.281	0,7	150.311	0,1	12,7
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU]	8.357.406	5,1	3.293.907	2,7	39,4
Departamento de Obras Municipais [DOM]	19.595.365	11,9	12.468.626	10,2	63,6
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	19.454.311	11,8	13.529.230	11,0	69,5
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	6.135.548	3,7	4.796.351	3,9	78,2
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	8.394.290	5,1	5.507.958	4,5	65,6
Departamento de Educação [DE]	7.898.323	4,8	5.896.326	4,8	74,7
Total	164.833.832	100,0	122.751.182	100,0	74,5

Na despesa executada por **Serviço Responsável** observa-se que o **Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional (DGDO)** é a unidade orgânica que apresenta o maior peso no orçamento quer em termos previsionais quer em sede de execução de despesas, ao agregar as despesas com pessoal, pagamento dos encargos decorrentes das parcerias público privadas, transferências para as empresas municipais e intermunicipais, despesas de funcionamento transversais a toda a autarquia bem como os consumos das instalações, seguros e aquisição de mobiliário.

O **Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU)**, apresenta-se com o segundo maior orçamento, por força das despesas com a manutenção e construção de parques e jardins, com a recolha de resíduos sólidos e a gestão da frota do Município, logo seguido do Departamento Municipal de Obras (DOM) que agrega as despesas relacionadas com a requalificação/reparação de equipamentos municipais e escolares, requalificação de espaços públicos, consumos de iluminação pública.

4.4.3 – Execução da despesa corrente

Q 52 Evolução da despesa corrente

(euros)

Designação	Pago 2016	Pago 2017	% Var.	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	%Var. 18/17
Despesa Corrente	84.742.690	88.514.854	4,5	116.320.972	95.622.520	-20.698.452	8,0
Despesas com o Pessoal	40.594.366	42.070.685	3,6	45.440.986	44.761.954	-679.032	6,4
Aquisição de Bens e Serviços	31.122.271	32.229.252	3,6	50.927.557	35.281.997	-15.645.560	9,5
Juros da Dívida Pública	1.505.334	1.066.151	-29,2	1.146.000	657.402	-488.598	-38,3
Transferências Correntes	10.355.967	11.973.935	15,6	17.196.305	13.653.378	-3.542.927	14,0
Outras Despesas Correntes	1.164.752	1.174.830	0,9	1.610.125	1.267.790	-342.335	7,9

As **despesas correntes** observam um crescimento de 7,1 milhões de euros em pagamentos efetuados no ano de 2018 quando comparado com o ano anterior e um desvio negativo de 20,7 milhões de euros perante o valor previsional.

A análise das despesas correntes permite observar que **as despesas com o pessoal** se apresentam como sendo o agregado mais expressivo, quer no total da despesa corrente, com 46,8%, quer no total da despesa paga, com 36,5%, apresenta-se com uma execução do orçamento final de 98,5%. Este agregado em conjunto com as aquisições de bens e serviços representam 83,7 % da despesa corrente paga.

Q 53 Evolução das despesas com o pessoal

(euros)

Designação	Pago 2016	Pago 2017	% Var.	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	%Var.
Despesas com o Pessoal	40.594.366	42.070.685	3,6	45.440.986	44.761.954	-679.032	6,4
Remunerações Certas e Permanentes	29.847.765	31.281.636	4,8	33.946.272	33.493.909	-452.363	7,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	2.288.890	1.951.584	-14,7	2.271.365	2.197.722	-73.643	12,6
Segurança Social	8.457.711	8.837.465	4,5	9.223.349	9.070.322	-153.027	2,6

As **despesas com o pessoal** apresentam uma variação positiva de 6,4% relativamente ao período homólogo. À semelhança do ano de anterior, o ano de 2018 ficou marcado por diversas alterações legislativas:

- O Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro, fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2018 para o montante de 580,00€;

- Relativamente ao subsídio de alimentação, mantêm-se o valor 4,77€. Em agosto de 2017, o subsídio de alimentação foi atualizado para 4,77€, tendo sido nessa altura o aumento de 0,25€, sendo que se manteve o valor de isenção de tributação nos 4,52€ por dia, ou seja, os 0,25€ de aumento eram sujeitos a tributação. A partir de 1 de janeiro de 2018 o valor de subsídio de alimentação manteve-se nos valores de 2017, mas é agora isento de tributação até este montante;
- Determinou o artº 18º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (LOE2018) as valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes dos seguintes atos:
 - a) Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão;
 - b) Promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos.O pagamento dos acréscimos remuneratórios a que houve direito é faseado nos seguintes termos:
 - a) Em 2018, 25 % a 1 de janeiro e 50 % a 1 de setembro
 - b) Em 2019, 75% a 1 de maio e 100% a 1 de dezembro
- Foi reposto o regime de trabalho suplementar previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no que respeita aos acréscimos ao valor da retribuição horária.

Foram efetuados vários procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento do município com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o que permitiu ao Município a possibilidade de recurso a esta bolsa com vista ao exercício de funções destinadas à satisfação de necessidades permanentes dos serviços quando tal fosse necessário.

No final de 2018 o número de efetivos era de 2427, número que regista um aumento de 1,4% face ao ano anterior, percentagem que se nas variações de crescimento ocorridas nas despesas com o pessoal.

A [aquisição de bens e serviços](#), com um crescimento de 9,5% relativamente ao ano de 2017, apresenta-se como o segundo agregado com maior expressividade nas despesas correntes com pagamentos efetuados no montante de 35,3 milhões de euros que se traduz uma execução de 36,9% neste grupo de despesas.

Nas [aquisições de bens](#) destacam-se as despesas com combustíveis, com 1,1 milhões de euros, material de transporte – peças, com 658,7 mil euros e outros bens, com 870,2 mil euros e prémios, condecorações e ofertas 284,9 mil euros.

No que respeita às [aquisições de serviços](#) salientam-se as despesas com os encargos das instalações, com 2,8 milhões de euros, a conservação de bens, com 5,6 milhões de euros, outros trabalhos especializados, com 4,1 milhões de euros e aquisição de outros serviços, com 11,6 milhões de euros.

Os [juros da dívida pública](#) apresentam-se com pagamentos efetuados no montante de 657 mil euros valor quando comparado com o ano anterior exibe uma poupança de 488,6 mil euros.

As [transferências correntes](#) apresentam, relativamente aos valores executados em 2017, um crescimento de 1,7 milhões de euros. Para esta variação concorreram as transferências efetuadas no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia, para manutenção de atividades nas Corporações de Bombeiros, apoio às atividades relacionadas com o associativismo

desportivo, apoio social das famílias, apoio no funcionamento e transportes escolares nas escolas.

As **outras despesas correntes**, agrupamento que comporta despesas de carácter residual, evidenciam um desvio negativo de 342 mil euros face ao valor estimado e comparativamente ao valor realizado em 2017 em menos 93 mil euros.

4.4.4 – Execução da despesa de capital

As **despesas de capital** registam um desvio negativo de 21,4 milhões de euros face ao valor estimado e um crescimento comparativamente ao valor realizado no ano anterior na ordem dos 845,3 mil euros.

Q 54 Execução da despesa de capital

(euros)

Designação	Pago 2016	Pago 2017	% Var.	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	%Var. 18/17
Despesa Capital	30.428.821	26.283.375	-13,6	48.512.860	27.128.661	-21.384.198	3,2
Aquisição de Bens de Capital	22.915.166	20.592.702	-10,1	39.429.667	21.760.770	-17.668.896	5,7
Transferências de Capital	1.318.234	2.406.308	82,5	5.900.349	2.375.835	-3.424.514	-1,3
Ativos Financeiros	775.792	775.792	0,0	581.844	581.844	0	-25,0
Passivos Financeiros	5.419.629	2.508.572	-53,7	2.700.000	2.410.212	-289.788	-3,9
Outras Despesas de Capital	0	0	100,0	1.000	0	-1.000	0,0

A **aquisição de bens de capital**, com 80,2% do total da despesa paga, destaca-se como sendo o agrupamento mais expressivo no total dos pagamentos efetuados na despesa de capital, comparativamente ao valor executado ano anterior, apresenta-se com uma variação positiva em mais de 1,1 milhões de euros.

Q 55 Evolução das despesas de investimento

(euros)

Designação	Pago 2016	Pago 2017	% Var.	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	%Var.
Investimentos	15.158.189	13.805.547	-8,9	28.335.909	15.087.491	-9.760.313	9,3
Terrenos	919.530	2.458.321	167,3	4.694.863	4.096.908	-597.955	66,7
Habitacões	1.552.246	637.871	-58,9	2.018.372	1.001.844	-1.016.528	57,1
Edifícios	6.894.288	6.242.584	-9,5	12.759.752	5.533.258	-7.226.494	-11,4
Construções Diversas	2.642.040	1.314.280	-50,3	1.510.037	590.700	-919.337	-55,1
Material de Transporte	645.611	588.167	-8,9	2.004.957	1.261.366	-743.591	114,5
Equipamento de informática	169.467	489.001	188,6	1.205.900	1.006.401	-199.499	105,8
Software informático	233.338	377.589	61,8	774.918	378.380	-396.538	0,2
Equipamento administrativo	43.119	301.058	598,2	696.475	444.169	-252.306	47,5
Equipamento básico	2.048.306	1.396.676	-31,8	2.450.885	740.653	-1.710.233	-47,0
Artigos e objectos de valor	10.244	0	-100,0	219.750	33.812	-185.939	100,0
Bens de domínio público	7.756.975	6.766.962	-12,8	11.093.758	6.673.279	-4.420.479	-1,4
Total	22.915.164	20.572.509	-10,2	39.429.667	21.760.770	-17.668.896	5,8

O agrupamento das despesas de **investimento**, apresenta uma variação positiva de 1,3 de milhões de euros face ao valor realizado em 2017, onde se destacam os subgrupos edifícios com uma quebra de 709,3 mil euros, construção diversa, com menos 723,6 mil euros e equipamento básico, com um decréscimo de 656 mil euros.

O investimento global, que atingiu o montante de 21,8 milhões de euros, efetuou-se em:

Terrenos

- Aquisição de prédio urbano, denominado Praça de Touros, em Algés, à Sociedade Encurtar Caminho, Lda pelo valor de 1,7 milhões de euros;
- Compra e venda do Lote 31 no Alto dos Barrinhos, Edifício da Policia Municipal, no valor de 1,1 milhões de euros;
- Aquisição de prédio urbano situado no centro histórico de Oeiras, pelo valor de 282,5 mil euros;
- Aquisição de terreno sito no Páteo dos Cavaleiros, na Portela de Carnaxide, pelo valor de 223,7 mil euros;
- Aquisição de fração no Alto Lagoal no valor de 185 mil euros;
- Aquisição de parcela de terreno afetada pelo viaduto da Qta da Fonte no valor de 124,3 mil euros;

Habitações

- Reabilitação e beneficiação em bairros municipais – edifícios e reabilitação de edifícios no âmbito do programa de habitação jovem, no montante de 1,0 milhão de euros;

Edifícios

- Requalificação/reparação de equipamentos municipais no montante de 1,0 milhão de euros;
- Parcerias Público Privadas, valor relativo às 2 prestações do ano de 2018, 4,4 milhões de euros

Construções diversas

- Construção e reparação em Instalações e equipamentos, 173,4 mil euros
- Construção e beneficiação de espaços exteriores, 87mil euros
- Instalação de sinalização de segurança rodoviária no concelho, no valor de 330,1 mil euros

Material de transporte

- Grandes reparações em viaturas e equipamento de RSU, 404,4 mil euros
- Aquisição de viaturas e máquinas, no valor de 857,0 mil euros

Equipamento básico

- Aquisição de equipamento informático, 989,5 mil euros;
- Aquisição de diverso equipamento administrativo, num total de 438,0 mil euros;
- Aquisição de equipamento eletromecânico, no valor de 282,2 mil euros;
- Implementação de iluminação led em equipamentos municipais, no valor de 188,3 mil euros;
- Equipamento diverso a nível do mobiliário urbano, equipamento vitivinícola, marcos toponímicos, entre outros, num total de 247,7 mil euros;

Bens do domínio público

- Requalificação de espaços públicos, no valor de 4,4 milhões de euros;
- Requalificação de equipamentos escolares, no total de 1,1 milhões de euros;
- Reparação e manutenção de obras de arte - pontes, viadutos e afins, no montante de 313,5 mil euros;
- Requalificação e manutenção de redes de energia e sistemas elétricos, 303,3 mil euros.

As transferências de capital registam um ligeiro decréscimo comparativamente ao valor realizado em 2017, em cerca de 1,3%, suportado na diminuição dos valores transferidos no âmbito da delegação de competências para as Juntas de Freguesia - obras que

regista uma quebra de 918,3 mil euros, e nas transferências efetuadas para obras em instituições sem fins lucrativos, com menos 681,9 mil euros, em consequência da conclusão de obras iniciadas no ano anterior.

O valor dos **ativos financeiros** corresponde ao valor pago referente ao Fundo de Apoio Municipal, que no ano de 2018 viu alterado o artº 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, com a entrada em vigor da LOE de 2018. Resultou esta alteração na modificação por redução das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios.

O valor realizado de 2,4 milhões de euros nos **passivos financeiros** corresponde à amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, que no final de 2018 apresentam um capital em dívida de 13,5 milhões de euros.

4.5 Análise das Grandes Opções do Plano

O orçamento inicial, no valor de 151,3 milhões de euros, foi objeto durante a gerência de 2018, de 14 modificações orçamentais e 3 revisões ao orçamento, em consequência de dotações previsionais insuficientes para a realização/concretização de projetos decorrentes da gestão do município.

No final do mês de dezembro o orçamento ascendia ao valor de 164,8 milhões de euros, distribuídos para ações integradas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e para Atividades mais Relevantes (AMR).

Q 56 Distribuição do orçamento em PPI e AMR

(euros)

	Dotação inicial	%	Dotação atual	%	Pago	%
Orçamento Total						
PPI	43.208.803	28,5	48.512.860	29,4	27.128.661	22,1
AMR	108.154.557	71,5	116.320.972	70,6	95.622.520	77,9
Total	151.363.360	100,0	164.833.832	100,0	122.751.182	100,0

O orçamento previsional do PPI, apesar de ser aquele que menor expressividade tem no valor total do orçamento inicial, apresenta-se com um reforço de dotação no montante de 5,3 milhões de euros.

A execução das Grandes Opções do Plano (doravante designadas de GOP), apresentam uma realização de 74,5% face à dotação final.

O total dos pagamentos efetuados verte-se na execução das despesas de investimento (PPI) no montante de 27,1 milhões de euros e nas despesas correntes (AMR's) no valor de 95.6 milhões de euros.

4.5.1 – Despesa por função

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município e classificados por funções.

Q 57 Execução das Grandes Opções do Plano

(euros)					
Designação funcionais	Orçamento inicial	Orçamento atual	Despesa paga AMR	Despesa paga PPI	Despesa paga
Funções gerais	68.854.568	72.209.862	60.541.816	3.625.090	64.166.906
Administração Geral	66.317.708	69.260.459	58.551.649	3.075.530	61.627.179
Proteção Civil	2.471.635	2.895.999	1.974.177	549.560	2.523.737
Polícia Municipal	65.225	53.404	15.990	0	15.990
Funções sociais	64.530.713	70.546.361	26.568.121	18.434.813	45.002.935
Ensino Não Superior	8.946.308	9.491.464	3.416.777	4.443.453	7.860.230
Serviços Auxiliares de Ensino	3.119.658	2.978.609	2.084.525	0	2.084.525
Saúde	3.002.557	3.162.232	337.063	905.729	1.242.792
Ação Social	6.291.132	12.678.163	3.182.418	1.811.311	4.993.729
Habituação	7.157.726	4.199.493	944.434	1.192.481	2.136.915
Ordenamento do Território	16.091.850	14.958.294	1.854.710	8.905.830	10.760.540
Resíduos Sólidos	7.155.077	8.214.887	5.237.529	313.365	5.550.893
Proteção do Meio Ambiente	5.943.847	5.729.071	4.039.461	48.784	4.088.245
Cultura	3.439.925	4.803.098	3.138.179	222.072	3.360.251
Desporto, Recreios e Lazer	3.382.633	4.331.050	2.333.025	591.790	2.924.814
Funções económicas	9.528.079	13.847.967	6.395.751	1.877.195	8.272.947
Indústria e Energia	3.321.401	4.581.401	2.577.879	372.098	2.949.976
Transportes Rodoviários	2.577.803	3.544.994	132.838	1.504.729	1.637.567
Comércio e Turismo	56.400	41.522	2.604	0	2.604
Comércio e Turismo (Turismo)	785.830	2.525.005	1.921.183	369	1.921.552
Outras Funções Económicas	2.786.645	3.155.046	1.761.248	0	1.761.248
Outras Funções	8.450.000	8.229.642	2.116.832	3.191.563	5.308.395
Operações da Dívida Autárquica	3.891.000	3.896.000	703.651	2.410.212	3.113.863
Transferências entre Administrações	4.338.000	3.893.480	1.097.050	781.351	1.878.402
Diversas não especificadas	221.000	440.162	316.130	0	316.130
TOTAL	151.363.360	164.833.832	95.622.520	27.128.661	122.751.182

No ano de 2016 foi dado cumprimento ao preceituado no art.º 41.º e art.º 44.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, em que os orçamentos devem ser enquadrados num quadro plurianual de programação orçamental que define os limites para a despesa do Município tendo sido em sequência incluída em Grandes Opções do Plano as despesas referentes a Pessoal, Serviço da Dívida (valor de amortização e juros dos empréstimos) assim como o valor dos Fundos de Maneio.

As **Grandes Opções do Plano** no ano de 2018 apresentam uma execução face ao orçamentado, de **22,1% em investimento (PPI)**, com destaque para as funções sociais com um peso de 68,0% do total pago nesta área, e **77,9% em despesas correntes (AMR)**, onde as funções gerais se apresentam com o valor mais expressivo, 63,3% do total pago nesta componente.

Q 58 Evolução das despesas por funcionais

(euros)						
Designação funcionais	2.016	2.017	% Var.	Orçamento final	Pago	%Var.
Funções gerais	65.648.742	58.651.465	-10,7	69.310.902	64.166.906	9,4
Administração Geral	64.138.362	56.435.505	-12,0	66.566.892	61.627.179	9,2
Proteção Civil	1.505.291	2.205.148	46,5	2.707.503	2.523.737	14,4
Polícia Municipal	5.089	10.811	112,4	36.506	15.990	47,9
Funções sociais	39.253.011	43.587.746	11,0	62.443.170	45.002.935	3,2
Ensino Não Superior	6.154.523	7.240.245	17,6	8.458.599	7.860.230	8,6
Serviços Auxiliares de Ensino	2.029.662	1.804.181	-11,1	2.791.392	2.084.525	15,5
Saúde	3.449.972	1.577.921	-54,3	2.392.842	1.242.792	-21,2
Ação Social	3.982.451	4.885.815	22,7	12.022.212	4.993.729	2,2
Habituação	1.955.921	2.075.287	6,1	3.172.563	2.136.915	3,0
Ordenamento do Território	2.430.320	4.486.181	84,6	13.590.953	10.760.540	139,9
Resíduos Sólidos	7.963.792	6.312.570	-20,7	6.556.907	5.550.893	-12,1
Proteção do Meio Ambiente	6.601.687	8.329.365	26,2	5.073.098	4.088.245	-50,9
Cultura	2.328.232	2.761.994	18,6	4.389.897	3.360.251	21,7
Desporto, Recreios e Lazer	2.356.450	4.114.186	74,6	3.994.707	2.924.814	-28,9
Funções económicas	7.832.496	6.252.605	-20,2	10.176.347	8.272.947	32,3
Indústria e Energia	2.973.975	2.717.273	-8,6	3.583.876	2.949.976	8,6
Transportes Rodoviários	1.117.429	782.356	-30,0	2.214.312	1.637.567	109,3
Comércio e Turismo	1.893	1.329	-29,8	26.105	2.604	96,0
Comércio e Turismo (Turismo)	2.789.008	704.028	-74,8	2.059.937	1.921.552	172,9
Outras Funções Económicas	950.191	2.047.619	115,5	2.292.117	1.761.248	-14,0
Outras Funções	2.437.262	6.306.413	158,7	7.280.794	5.308.395	-15,8
Operações da Dívida Autárquica	0	3.574.724	100,0	3.131.488	3.113.863	-12,9
Transferências entre Administrações	2.259.456	2.560.476	13,3	3.797.755	1.878.402	-26,6
Diversas não especificadas	177.806	171.214	-3,7	351.552	316.130	84,6
TOTAL	115.171.511	114.798.229	-0,3	149.211.212	122.751.182	6,9

As **funções gerais**, que compreendem as atividades de âmbito geral da administração do município, apresentam-se como o grupo com maior expressividade de valores realizados, com uma **execução de 92,4% do valor orçamentado nesta função** e um crescimento de 5,5 milhões de euros em pagamentos efetuados, quando comparado com os valores do ano anterior. Destaca-se o subgrupo **administração geral com 61,6 milhões de euros** de despesa paga, em que mais de metade deste valor corresponde a despesas de pessoal (42,0 milhões de euros).

As **funções sociais**, que abrangem os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a ação social, o ordenamento do território, entre outros, realizam um total pago de 45,0 milhões de euros, valores que apresentam um crescimento de 1,4 milhões de euros face ao ano anterior e uma execução de 72,1% do valor previsional. Do montante pago destaca-se o valor com o **ordenamento do território**, com o valor de 10,8 milhões de euros para requalificação dos espaços públicos, aquisição de imóveis e cartografia e informação, seguido do **ensino não superior e serviços auxiliares de ensino**, que no seu total apresenta despesa no valor de 9,9 milhões de euros, com destaque para as transferências no âmbito do contrato interadministrativo com o Ministério da Educação, no valor de 2,8 milhões de euros, a realização de obras várias nos equipamentos escolares, num total de 1,2 milhões de euros e ainda apoios vários (aquisição de mobiliário, despesas de funcionamento, entre outras), no montante de 704,4 mil euros, e ainda o funcionamento dos refeitórios escolares (pagamento à empresa de restauração), no valor de 1,1 milhões de euros.

As **funções económicas**, que abrangem as áreas de desenvolvimento e atividades económicas, apresentam uma evolução positiva de 2,0 milhões de euros quando comparado com o valor pago no ano anterior e uma realização de 81,3% do valor orçamentado, nomeadamente em consumos de iluminação pública e pagamento da indemnização correspondente ao acordo da PPP Oeiras Primus.

As **outras funções** apresentam o valor pago de 5,3 milhões de euros, montante que regista uma quebra de 998,0 mil euros comparativamente ao ano anterior. Esta variação negativa encontra-se justificada pela diminuição do valor pago dos juros da dívida pública e da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo.

4.5.2 – Despesa por unidades responsáveis

Q 59 Evolução da despesa por serviço responsável

Unidades responsáveis	2016	2017	% Var.	Orçamento final	Pago	%Var.
Assembleia Municipal e Câmara Municipal[CM]	465.645	548.880	17,9	627.056	549.589	0,1
Operações Financeiras [OF]	6.924.963	3.574.724	-48,4	3.896.000	3.113.863	-12,9
Serviços Gerais [SA]	4.548.280	7.262.584	59,7	13.603.435	8.433.449	16,1
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]	57.999.191	59.795.862	3,1	75.684.817	65.011.571	8,7
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	149.094	194.019	30,1	1.187.281	150.311	-22,5
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU]	6.147.553	5.770.121	-6,1	8.357.406	3.293.907	-42,9
Departamento de Obras Municipais [DOM]	13.604.677	10.572.671	-22,3	19.595.365	12.468.626	17,9
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	14.696.636	13.992.726	-4,8	19.454.311	13.529.230	-3,3
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	6.898.925	2.651.962	-61,6	6.135.548	4.796.351	80,9
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	3.736.548	5.154.579	38,0	8.394.290	5.507.958	6,9
Departamento de Educação [DE]		5.280.101		7.898.323	5.896.326	11,7
Total	115.171.512	114.798.229	-0,3	164.833.832	122.751.182	6,9

A **Assembleia Municipal e Câmara Municipal** apresentam um crescimento residual face ao ano anterior, a que correspondem essencialmente despesas com o pessoal (membros da assembleia e vereação).

As **Operações Financeiras** registam em 2018 um decréscimo de 12,9% comparativamente com o ano de 2017, facto suportado na quebra de 408,7 mil euros no valor pago nos juros e outros encargos e 98,4 mil euros nas amortizações.

Os **Serviços Gerais**, que agrupam o conjunto das orgânicas na dependência da Presidência, apresentam valores globais de realização de 8,4 milhões de euros, despesa que verifica um crescimento de 1,7 milhões de euros face a 2017. Destacam-se, nesta variação, o Departamento de Policia Municipal e Proteção Civil, com as transferências efetuadas para as corporações de bombeiros no valor de 1,5 milhões de euros, entre outras e o Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação com uma execução de 2,3 milhões de euros em serviços de comunicações, prestações de serviço e aquisição de equipamento informático – hardware.

O **Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]** com uma realização de 65,0 milhões de euros, agrega, para além, das despesas com o pessoal, despesas transversais ao funcionamento da autarquia, como os consumos das instalações em água e eletricidade. Deste departamento destaca-se os pagamentos efetuados com a aquisição de várias frações de terreno (descriminados no capítulo da despesa de capital), encargos de cobrança (valores cobrados pela prestação de serviços da administração central no processamento de receitas) no montante de 2,0 milhões de euros, o montante de 2,8 milhões de euros pagos em consumos de água e eletricidade,

o valor correspondente às duas prestações do contrato referente à PPP Oeiras Expo no montante de 4,4 milhões de euros.

O [Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística \[DPGU\]](#) apresenta-se como a unidade orgânica que menor volume efetuou em pagamentos, com cerca de 150,1 mil euros para a aquisição de serviços de inspeção de elevadores e assessorias técnicas.

O [Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana \[DHRU\]](#) apresenta uma despesa de 3,3 milhões de euros, valor que observa uma quebra de 2,5 milhões de euros face ao ano anterior. O valor executado comporta, entre outras, a conservação e manutenção de fogos no parque habitacional (751,1 mil euros), o programa de habitação jovem - reabilitação de edifícios (869,8 mil euros), a requalificação e manutenção do espaço urbano (276,6 mil euros) e a atribuição de subsídios a entidades para obras (252,9 mil euros).

O [Departamento de Obras Municipais \[DOM\]](#) apresenta uma execução de 12,5 milhões de euros e um crescimento de 1,9 milhões de euros quando comparado com o valor realizado em 2017. Despesa consequente da requalificação de espaços públicos (4,4 milhões de euros), requalificação de equipamentos escolares (1,1 mil euros), requalificação de equipamentos municipais (785,4 mil euros), entre outras, sinalização e segurança rodoviária no concelho (330,1 mil euros).

O [Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos \[DASU\]](#), destaca-se com o valor pago de 13,5 milhões de euros, onde os pagamentos efetuados em aquisição de combustíveis (1,0 milhão de euros), a aquisição de serviços de manutenção e levantamento de espaços verdes (3,4 milhões de euros), aquisição de serviços de gestão de resíduos sólidos (3,7 milhões de euros), grandes reparações em equipamentos de RSU e equipamentos vários (404, 1 mil euros) e aquisição de viaturas e máquinas (857,0 mil euros), destacam-se como sendo os de maior volume.

O [Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento \[DCPC\]](#) com uma execução de 4,8 milhões de euros, regista um crescimento de 2,1 milhões de euros quando comparado com o valor realizado no ano anterior. Execução que se refletiu, entre outras ações, nos apoios aos agentes culturais no valor de 971,0 mil euros, na área do turismo e ações de promoção, na animação e programação cultural (1,4 milhões de euros) e apoio a agentes recreativos e comerciais para fins turísticos (1,5 milhões de euros).

O [Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social \[DCDS\]](#) agrega as despesas desenvolvidas na área da ação social e no desporto, com uma execução de 5,5 milhões de euros, observa um crescimento de 353,4 mil euros comparativamente aos valores realizados em 2017.

Na [área da ação social](#), destacam-se as transferências efetuadas para as juntas de freguesia – para funcionamento dos estabelecimentos de infância (531,8 mil euros), para instituições de apoio social e saúde (725,2 mil euros), aquisição de serviços para projetos de intervenção em áreas de ação social e saúde (274,0 mil euros), comparticipação de equipamento e obras em instituições de apoio social e saúde e comparticipação em equipamentos e obras na área da juventude num total de 867,4 mil euros.

Relativamente à [área do desporto](#) salienta-se o apoio ao associativismo desportivo para atividades (909,9 mil euros), remodelação e apetrechamento em instalações (368,0 mil euros), contrato programa Oeiras Viva (300 mil euros) e a promoção de atividades desportivas e de formação (341,1 mil euros).

O [Departamento de Educação \[DE\]](#) apresenta-se com uma despesa realizada de 5,9 milhões de euros, onde se destacam as transferências correntes no âmbito do Contrato Interadministrativo do ME para o pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e secundário no total de 3,0 milhões de euros, refeitórios de gestão não municipal – pagamento de refeições nas

escolas EB1 (1,1 milhões de euros) e apoio ao funcionamento dos jardins-de-infância/EB1 (390,4 mil euros), apoio social escolar - transportes escolares (251,0 mil euros).

Posição Económico-Financeira



5.1 Análise do Balanço

O Balanço do Município de Oeiras reflete a posição financeira a 31 de dezembro e, encontra-se dividido em duas grandes áreas: de um lado o património detido pelo Município e utilizado na persecução dos seus objetivos e, de outro, os recursos utilizados para a obtenção desses ativos.

Registe-se que os recursos podem ter duas proveniências, ou são detidos pela própria entidade, denominados de Fundos Próprios, ou são detidos por entidades externas, designando-se por Passivo.

Q 60 Balanço sintético

(euros)	2017		2018		Variação	
Descrição	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	%
Ativo Líquido						
Imobilizado	500.859.633	83,4	495.365.512	79,27	-5.494.122	-1,1
Circulante	93.081.135	15,5	119.707.333	19,16	26.626.198	28,6
Existências	2.535.552	0,4	2.388.674	0,38	-146.878	-5,8
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0	0,0	0	0,00	0	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	3.501.774	0,6	3.304.335	0,53	-197.439	-5,6
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	87.043.810	14,5	114.014.324	18,24	26.970.514	31,0
Acréscimos e Diferimentos	6.803.806	1,1	9.866.129	1,58	-3.295.500	-48,4
Total	600.744.575	100,0	624.938.974	100,00	24.194.399	4,0
Fundos Próprios						
Património	328.524.152,40	60,3	328.550.651	57,95	26.498,77	0,0
Reservas Legais	16.323.927,75	3,0	18.488.540	3,26	2.164.611,75	13,3
Doações	3.784.422,07	0,7	4.007.339	0,71	222.917,14	5,9
Reservas Decorrentes Cedência Apropriação Ativos	60.055.654,92	11,0	60.055.655	10,59	0,00	0,0
Resultados Transitados	93.014.736,10	17,1	130.150.066	22,96	37.135.329,78	39,9
Resultado Líquido do Exercício	43.292.235,08	7,9	25.697.268	4,53	-17.594.967,27	-40,6
Total	544.995.128,32	100,0	566.949.518	100,00	21.954.390,17	4,0
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	2.990.983,69	5,4	13.783.140	23,77	10.792.156,79	360,8
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	21.091.699,44	37,8	11.256.967	19,41	-9.834.732,36	-46,6
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	16.510.460,59	29,6	15.915.887	27,45	-594.573,69	-3,6
Acréscimos e Diferimentos	15.156.302,60	27,2	17.033.461	29,37	1.877.158,05	12,4
Total	55.749.446,32	100,0	57.989.455	100,00	2.240.008,79	4,0
Fundos Próprios e Passivo	600.744.574,64		624.938.974		24.194.398,96	4,0

Da análise ao Ativo Líquido destaca-se o seu crescimento em 4,0%, comparativamente ao ano anterior, fortemente impulsionado pelo crescimento do ativo circulante, assente nos Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa por via do saldo de tesouraria, ou seja, da liquidez verificada entre os pagamentos e os recebimentos ocorridos em 2018. Este valor representa cerca de 18,2% de todo o ativo do Município.

Q 61 Imobilizado Líquido

(euros) Descrição	2017		2018		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	%
Imobilizado Líquido						
Bens do Domínio Público	81.653.683	16,3	77.334.093	15,61	-4.319.590	-5,3
Imobilizações Incorpóreas	407.980	0,1	657.087	0,13	249.107	61,1
Imobilizações Corpóreas	397.049.301	79,3	397.570.141	80,26	520.840	0,1
Investimentos Financeiros	21.748.669	4,3	19.804.191	4,00	-1.944.478	-8,9
Total	500.859.633	100,0	495.365.512	100,0	-5.494.122	-1,1

O **Imobilizado Líquido** com um valor de realização de 495,4 milhões de euros, apresenta-se como o grupo de contas mais relevante no Ativo Líquido, com um peso relativo de cerca de 79,3%, apresenta uma diminuição de 5,5 milhões de euros, sobretudo, por via das amortizações.

Encontra-se, esta variação, suportada por:

- Nos **Bens do Domínio Público** – procedeu-se à transição de imobilizações em curso para firme de bens no valor de 3,7 milhões de euros e aumentos, referentes a novas obras, no valor 2,5 milhões de euros e amortizações num total de 3,1 milhões de euros;
- As **Imobilizações Incorpóreas**, com uma variação de 61,1% face a 2018, em termos absolutos regista um aumento de 249,1 mil euros, devida à atualização de software informático e aquisição dos direitos de autor relativos à atualização da Cartografia Topográfica;
- As **Imobilizações Corpóreas**, com um crescimento, em valores absolutos, de 520,8 mil euros face ao ano anterior regista as seguintes variações:
 - transição de imobilizado em curso para firme, no valor de 641 mil euros, transferências de contas, bens no valor de 2,6 milhões de euros;
 - aumentos pela via da realização de novas obras no valor de 1,2 milhões de euros;
- Os **Investimentos Financeiros**, com uma quebra de 1,9 milhões de euros, resultam da alteração do artº 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, em que reduz o valor da subscrição do capital social do Fundo de Apoio Municipal, passando o Município de Oeiras do valor de 5.430.542,18€ para 3.491.064,00€.

O valor dos **Fundos Próprios** apresenta um crescimento de mais de 4,0% por via dos resultados transitados. De realçar também o valor de 222,9 mil euros de aumento proveniente de diversas Doações.

O **Passivo** apresenta um crescimento de 2,2 milhões de euros, assente no aumento das provisões para riscos e encargos com a constituição da provisão como forma de acautelar o pagamento aos parceiros privados da Oeiras Expo, a título indemnizatório, no âmbito de um acordo de transação judicial na ação de resolução da referida PPP e pelo aumento dos acréscimos e diferimentos.

5.1.1 Indicadores Económico-Financeiros

Q 62 Indicadores económico financeiros

Indicadores	2016	2017	2018
Estrutura do Ativo			
Ativo Fixo / Ativo Total	88,6%	83,4%	79,3%
Ativo Circulante / Ativo Total	11,4%	16,6%	20,7%
Estrutura do Passivo			
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	42,10%	37,8%	19,4%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	22,80%	29,6%	27,4%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	185,10%	127,7%	70,7%
Rácios de Liquidez			
Liquidez Geral	3,43	5,64	7,52
Liquidez Reduzida	3,27	5,48	7,37
Prazo Segurança Liquidez	180	312	348
Rácios de Rendibilidade			
ROE	4,3%	7,9%	4,5%
ROI	3,8%	7,2%	4,1%
ROA	2,3%	5,3%	3,7%
Rendimento do Investimento Total	21.542.182	43.292.235	25.697.268
Rendimento dos Fundos Próprios	18.887.183	39.274.690	23.312.762
Rendimento dos Fundos Alheios	2.654.999	4.017.545	2.384.506
Índice de Solvabilidade			
Fundos Próprios / Fundos Alheios	8,56	13,43	13,84
Índice de Autonomia Financeira			
Fundos Próprios / Ativo Líquido	84,8%	90,7%	90,7%
Prazo Médio de Pagamentos			
PMP de acordo com DGAL (DF / A)	41	32	6

DF = Dívidas a Fornecedores

A= Aquisição de bens e serviços

Os indicadores referentes à estrutura do ativo mantêm-se, com alterações pouco significativas relativamente a 2017, evidenciando uma alteração face à gerência anterior, por via do aumento do peso do ativo circulante no total do ativo, como consequência do aumento do valor dos depósitos bancários.

A estrutura do passivo mostra-nos uma posição confortável em consequência da redução do passivo de curto e médio e longo prazo, em que no triénio apresenta um decréscimo médio anual de 9,1%.

A redução do passivo de médio e longo prazo assenta no término do contrato relativo à PPP OeirasExpo, com valores só em curto prazo, referente ao pagamento da última prestação em junho de 2019 e da redução da subscrição do capital social do Fundo de Apoio Municipal.

Sendo a classe de ativos financiada pelos fundos próprios e pelo passivo, e uma vez que da análise anterior se verifica uma diminuição do passivo de curto e médio e longo prazo, por exclusão de partes, obtém-se um crescimento dos fundos próprios, sustentado sobretudo pela inclusão do resultado líquido do exercício, conforme análise anteriormente efetuada.

Em termos de autonomia financeira, o Município mantém a posição financeira que se tem verificado no último triénio, com um crescimento médio anual de 6,6%. Paralelamente, está interligado às mesmas variáveis, o índice de solvabilidade é condizente com o cenário retratado, ou seja, o Município tem uma capacidade maior de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem recurso ao crédito.

Uma vez que se verificou um resultado líquido do exercício inferior ao do ano anterior, a rentabilidade obtida foi naturalmente inferior. O desempenho económico advém, quase 86%, por via do investimento efetuado pelos capitais próprios da entidade, e apenas cerca de 14% por via dos capitais alheios.

Por último, destaca-se o indicador referente ao Prazo Médio de Pagamentos, calculado de acordo com as recomendações da DGAL, que apresenta uma melhoria de 81,0% face ao período homólogo, significando assim uma redução de 26 dias.

5.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados reflete o desempenho económico obtido pelo Município através das operações ocorridas no exercício económico em apreço, comparando-o com o do ano anterior permitindo analisar a sua evolução.

Q 63 Demonstrações Financeiras

Demonstração de Resultados	2017		2018		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	%
Custos e Perdas						
Custo das Mercad. Vend e das Matérias Consumidas	662.301	0,6	775.995	0,6	113.695	17,2
Fornecimentos e Serviços Externos	39.459.466	35,2	41.039.176	32,3	1.579.710	4,0
Custos com o Pessoal	42.450.800	37,9	45.753.180	36,0	3.302.380	7,8
Transf. e Subsídios Corr Concedidos e Prest.Sociais	11.774.359	10,5	13.504.928	10,6	1.730.569	14,7
Amortizações do Exercício	10.192.175	9,1	10.004.939	7,9	-187.236	-1,8
Provisões do Exercício	996.887	0,9	11.438.946	9,0	10.442.058	> 100,0
Outros Custos	6.525.066	5,8	4.479.699	3,5	-2.045.366	-31,3
Total	112.061.054	100	126.996.863	100	14.935.810	13,3
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	16.075.657	10,3	14.322.144	9,4	-1.753.513	-10,9
Impostos e Taxas	91.137.113	58,7	100.158.611	65,6	9.021.498	9,9
Trabalhos Para a Própria Entidade	131.287	0,1	116.065	0,1	-15.223	-11,6
Proveitos Suplementares	4.493	0,0	9.569	0,0	5.075	> 100,0
Transferências e Subsídios Obtidos	30.203.263	19,4	31.576.015	20,7	1.372.752	4,5
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	20.441	0,0	950	0,0	-19.491	-95,4
Proveitos e Ganhos Financeiros	4.858.014	3,1	5.049.839	3,3	191.825	3,9
Outros Proveitos	12.923.019	8,3	1.460.939	1,0	-11.462.081	-88,7
Total	155.353.289	31	152.694.131	25	-2.659.158	-1,7
Resultados Operacionais	31.706.047		23.249.871		-8.456.176	-26,7
Resultados Financeiros	3.792.122		4.347.688		555.566	14,7
Resultados Correntes	35.498.169		27.597.559		-7.900.610	-22,3
Resultado Líquido do Exercício	43.292.235		25.697.268		-17.594.967	-40,6

Os **custos operacionais** agregam o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVC), os fornecimentos e serviços externos (FSE), os custos com pessoal, as transferências, subsídios concedidos, as prestações sociais e outros custos, a que acrescem as amortizações e as provisões do exercício apresentam-se com um valor realizado de 127,0 milhões de euros, valor que se traduz num acréscimo de 13,3% quando comparado com o valor realizado no ano anterior, variação acompanhada em todas as suas componentes com exceção das amortizações do exercício e dos outros custos que apresentam uma diminuição.

As provisões do exercício apresentam-se como o agregado em que ocorre o maior crescimento face a 2017 com um acréscimo de 10,4 milhões de euros suportado pela:

- Conta 291 - Provisões - Para Cobranças Duvidosas, com o acréscimo de 644,0 mil euros, referente à dívida relativa a rendas de habitação, resíduos sólidos, mercados, entre outros;
- Conta 292 - Provisões - Para Riscos e Encargos, com o registo de 9,0 milhões de euros para constituição da provisão para o processo judicial relativo à OeirasExpo.

Também os **custos com pessoal** apresentam evolução semelhante, assente nas diversas alterações legislativas ocorridas no ano de 2018, como o aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida, as valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes das

alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou postos superiores aos detidos e a reposição do regime de trabalho suplementar previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no que respeita aos acréscimos ao valor da retribuição horária.

Para o aumento dos **fornecimentos e serviços externos** concorre o acréscimo verificado nas rubricas de aquisição de combustíveis, nos encargos das instalações, na conservação de bens e nos trabalhos especializados.

A **diminuição ocorrida nos outros custos** assenta sobretudo na diminuição verificada nos custos suportados com juros e encargos financeiros e com a diminuição dos custos e perdas extraordinárias.

Os **proveitos operacionais** gerados pela atividade corrente do Município apresentam uma realização de **152,7 milhões de euros**, valor que quando comparado com o ano anterior apresenta uma ligeira quebra de 1,7%, suportado na diminuição do valor dos outros proveitos.

O elevado valor ocorrido em 2017, neste grupo, justifica-se pelo registo da redução da provisão criada para o processo judicial referente à OeiasExpo no valor de 10,5 milhões de euros, e optando-se pela constituição de uma provisão que resultou da diferença entre o valor dos Ativos Fixos Tangíveis da OeiasExpo (15.006.990 €), identificados no balanço, e o valor a pagar a título indemnizatório (15.950.526 €), identificados nas responsabilidades contingentes.

Q 64 Demonstração de Resultados simplificada

(euros)

Demonstração de Resultados _ Simplificada	2018	2017
Custos Operacionais (-)	122.933.483	105.866.208
Proveitos Operacionais (+)	146.183.353	137.572.255
Resultados Operacionais	23.249.871	31.706.047
Encargos Financeiros (-)	702.151	1.065.892
Proveitos Financeiros (+)	5.049.839	4.858.014
Resultados Financeiros	4.347.688	3.792.122
Resultados Correntes (RO + RF)	27.597.559	35.498.169
Custos Extraordinários (-)	3.361.230	5.128.953
Proveitos Extraordinários (+)	1.460.939	12.923.019
Resultados Extraordinários	-1.900.291	7.794.066
Resultado Líquido (RC + RE)	25.697.268	43.292.235
Rácio da Rentabilidade Operacional	17,6%	31,5%

O rácio da Rendibilidade Operacional reflete a dimensão do lucro líquido operacional obtido, ou seja, do total dos proveitos operacionais, que correspondem aos proveitos obtidos da própria atividade do Município **mais de 17,6%** relevam para o resultado líquido.

Da totalidade dos proveitos obtidos em 2018, no montante de 152,7 milhões de euros, quase 16,8% fica em forma de lucro na entidade.

5.2.1 Proposta de Aplicação do Resultado Líquido

Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL, previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de fevereiro, face ao **resultado positivo de 25.697.267,81 €** apurado no exercício económico de 2018, propõe-se a constituição da Reserva Legal obrigatória, aplicando o restante Resultado Líquido do Exercício em Resultados Transitados dado que o valor contabilístico da conta 51 "Património" é superior a 20% do Ativo Líquido:

- Reserva Legal (conta 571) 1.284.863,39€
- Resultados Transitados (conta 59) 24.412.404,42€

5.3 Apuramento da Dívida Total

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais determina que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

No início de 2018, o limite à dívida total ascendeu a 219,7 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano de 2018 (44,5 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 35,0 milhões de euros.

Q 65 Cálculo da margem para a dívida total

(euros)	31-dez-16	31-dez-17	31-dez-18
Dívida a terceiros			
Empréstimos	18.397.398	15.888.825	13.478.614
Outras formas de endividamento	13.674.595	7.613.088	193.948
Débitos a terceiros	13.461.615	14.100.246	13.500.292
Total	45.533.608	37.602.159	27.172.854
Valores Excluídos			
Débitos a terceiros (OT's)	2.588.620	3.023.516	4.146.617
FAM (-)	3.878.958	3.103.167	581.844
Total	6.467.578	6.126.683	4.728.461
Contribuição SEL para a Dívida Total			
Entidades Participadas	12.380.778	13.091.213	13.495.449
Dívida total de operações orçamentais do município (engloba as entidades e exclui não orçamentais)	51.446.808	44.566.689	35.939.842
Margem Absoluta			175.227.455
Utilização da margem disponível (20%)			35.045.491

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a dívida das entidades que relevam para este efeito, reduziu 19,4%, sendo 35,9 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 22,4 milhões de euros por parte da autarquia, e 13,4 das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento aos quais se excluem 4,7 milhões de euros de operações não orçamentais e do Fundo de Apoio Municipal.

De acordo com o art.º 54º da referida Lei, as entidades que relevam para efeitos de apuramento do montante da dívida do Município, no final de 2018, são as seguintes:

Q 66 Entidades que relevam para o montante da dívida municipal

% Partic.	Entidades	Dívida Total entidade	Valor
50,0%	SIMAS	18.136.112,75	9.068.056,38
100,0%	Oeiras Viva	570.566,34	0,00
100,0%	Parques Tejo	328.855,93	0,00
56,7%	Município	586.620,95	0,00
49,0%	Oeiras Expo, SA	9.021.820,70	4.420.692,14
19,2%	Taguspark	0,00	0,00
20,0%	Tratolixo	158.376.945,98	0,00
12,5%	Fundação Marquês de Pombal	2.912,38	0,00
2,9%	E.I.A	0,00	0,00
20,0%	AMTRES	27.877,25	5.575,45
2,1%	AMPV- AM Portugueses do Vinho	0,00	74,29
3,6%	RPCS_Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	7.273,73	0,00
5,5%	AML	9.448,28	515,10
7,0%	ARTEMREDE - Teatros Associados	42.475,52	2.850,11
0,4%	ANMP (o valor indicado na coluna é valor da quota)	0,00	535,55
Total			13.495.448,91

Procedendo ao cálculo do limite da dívida total para o ano de 2019, verifica-se que registará um crescimento de 13,4%, o que significa uma margem disponível de mais 29,5 milhões de euros.

Q 67 Limite da Dívida total

		2016	2017	2018
SIMAS				
1	Receita corrente cobrada líquida (50%)	29.036.253	27.873.485	24.405.938
2	Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)	-439.294	-724.331	-724.330
(3) = (1) + (2)	Total receita SIMAS (extra Município)	28.596.959	27.149.154	23.681.608
MUNICÍPIO				
4	Receita corrente cobrada líquida	126.694.517	145.755.241	146.869.886
5	Receita corrente líquida cobrada aos SMAS (-)	-137.486	-569	-5.920
(6) = (4) + (5)	Total receita (extra SIMAS)	126.557.032	145.754.672	146.863.966
7	Total das despesas correntes do Município com os SIMAS	439.294	724.331	590.536
(8) = (3) + (6)	Total receita Município + SIMAS	155.153.991	172.903.826	170.545.574
Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos		166.201.130,04		
Limite da dívida total para 2019		249.301.695,06		
<small>(15 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)</small>				

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300
FAX: 214.418.712
email. municipio.oeiras@cm-oeiras.pt

www.cm-oeiras.pt

www.facebook.com/MunicipiodeOeiras
<http://twitter.com/MunicipioOeiras>
<http://issuu.com/municipiodeoeiras>
www.youtube.com/MUNICIPIODEOEIRAS

GPS: Lat 38.41'34.44"N | Long. 9°18'52.54'O

RELATÓRIO DE CONTA E GERÊNCIA



Um **NOVO CICLO**
de Desenvolvimento